UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

TIBÉRIO STORCH DE SOUZA

MARCAS DE MEMÓRIA DAS POLÍTICAS DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO INSERIDAS NO ARQUIVO PESSOAL DE ELPÍDIO BARBOSA (1939-1942)

FLORIANÓPOLIS - SC
2024

TIBÉRIO STORCH DE SOUZA

MARCAS DE MEMÓRIA DAS POLÍTICAS DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO INSERIDAS NO ARQUIVO PESSOAL DE ELPÍDIO BARBOSA (1939-1942)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Teresa Santos Cunha.

FLORIANÓPOLIS
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Universitária Udesc,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Tibério Storch de
Marcas de memória das políticas de nacionalização do ensino inseridas no arquivo pessoal de Elpídio Barbosa (1939-1942) / Tibério Storch de Souza. -- 2024.
138 p.

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

1. Arquivo pessoal. 2. Elpídio Barbosa. 3. Conservação preventiva. 4. Memória. 5. Nacionalização do ensino. I. Cunha, Maria Teresa Santos. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Tibério Storch de Souza

MARCAS DE MEMÓRIA DAS POLÍTICAS DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO INSERIDAS NO ARQUIVO PESSOAL DE ELPÍDIO BARBOSA (1939-1942)

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 28 de maio de 2024.

Banca Examinadora:

Presidente/a: _____
Profª. Drª. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Profa. Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Membro: _____
Profa. Dra. Vania Grim Thies
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Membro: _____
Profa. Dra. Fernanda de Sales
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Prof. Dr. Lourival José Martins Filho
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma primordial e inicial ao ensino público, gratuito de qualidade e excelência fornecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina, minha casa desde a graduação, onde aprendi o ofício da pesquisa historiográfica com profissionais e gestores extremamente competentes. Espero que, no futuro, mais e mais pessoas tenham a oportunidade de se beneficiar deste mesmo sistema de ensino único e valioso, conquistado a duras lutas.

Deixo registrada minha eterna gratidão à minha orientadora, que agora considero como amiga, a professora Maria Teresa Santos Cunha, a qual sempre me apoiou, incentivou e instruiu dentro do ambiente acadêmico, fazendo parte do historiador que sou hoje. Sou igualmente grato a todos os professores que me acolheram em seus projetos e contribuíram para a minha formação, me instigando nos caminhos da pesquisa – em especial o professor Gabriel Torelly e o professor Lidnei Ventura. Também agradeço a toda a equipe do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), especialmente à professora Fernanda de Sales; todos sempre foram muito solícitos e prestativos durante minhas idas e vindas de consulta ao arquivo pessoal do professor Elpídio Barbosa.

Meus agradecimentos também vão para as duas figuras que mais me inspiram e me guiam na minha mais longa jornada, a vida. Estas são meu pai e minha mãe, meus melhores amigos, o Evandro e a Thais. Minha gratidão se estende também aos meus avós, Laury e Tudinha, por todo o apoio, o carinho e as ligações batendo papo e me perguntando como estava o curso de mestrado.

Por fim, sou grato a todos os camaradas que conheci já na graduação e mantive amizade durante o mestrado. Estes fizeram parte da minha jornada acadêmica e boêmia, em especial o Guga, o Locks e o Klement. Também agradeço aos amigos de longa data de fora da faculdade, que certamente irão caminhar comigo durante toda a vida – Robles, Calvinho, Romero, Guinu, Vini, Paulo, Lindinho e a Dudinha: amo muito vocês.

O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira.
(Dominique Julia, 2001, p. 17)

RESUMO

O presente trabalho se insere no campo de estudos dos arquivos pessoais, em especial a análise de uma série documental encontrada em meio ao arquivo pessoal de Elpídio Barbosa (1909-1966). Ele foi um educador e inspetor escolar catarinense exercendo diversas funções no sistema educacional do estado catarinense, atuando também na política como deputado estadual. Seu arquivo está depositado no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UDESC), em Florianópolis, e reúne documentos relacionados à educação catarinense dos anos de 1935 a 1966. A série de documentos em destaque é constituída de telegramas e fonogramas – 65 documentos – preservados em seu arquivo, mas que não foram produzidos por ele, mas por dois de seus colegas de trabalho, os inspetores escolares Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão, deste montante foram selecionados 15 telegramas que dialogam com as políticas e práticas de nacionalização do ensino. São constituídos de comunicações escritas a mão no formato de telegrama, produzidas e enviadas pelos dois inspetores em suas viagens de fiscalização escolar pelo território catarinense, de 1939 a 1942. Como aporte para analisar a presente série documental, foram movimentados os escritos de Jacques Le Goff (1990) para a sua compreensão como documento/monumento. Tais documentos apresentam vestígios acerca das marcas das políticas educacionais ocorridas na época e estão imersos no processo de nacionalização do ensino no período do Estado Novo (1937-1945). Para analisar este processo, foram utilizadas pesquisas feitas, sobre Santa Catarina, por Fiori (1991), Seyferth (1999), Monteiro (1984) e Campos (2004). Os estudos de Pierre Nora (1997) e Paul Ricouer (2007) foram operacionalizados acerca do conceito de memória presentes em documentos que integram o patrimônio documental educacional de Santa Catarina. A metodologia guiou-se por procedimentos advindos da pesquisa documental (Cellard, 2008) e foram narrados e expostos os procedimentos práticos de conservação preventiva (Cassares, 2000) aplicados nos telegramas. No campo dos arquivos pessoais, estão referenciados, entre outros, estudos de Cunha (2019), Belloto (2006) e Heymann (1997). A pesquisa buscou objetivar como as mensagens escritas pelos inspetores escolares auxiliaram na promoção da fiscalização das políticas nacionalizantes no período, evidenciando marcas do processo de formação de identidade almejado pelo estado no período.

Palavras-chave: Arquivo pessoal. Elpídio Barbosa. Conservação preventiva. Memória. Cultura política. Nacionalização do ensino.

ABSTRACT

The present work falls within the field of studies of personal archives, in particular the analysis of a documentary series found in the personal archive of Elpídio Barbosa (1909-1966), he was an educator and school inspector from Santa Catarina performing various functions in the educational system from the state of Santa Catarina, also working in politics as a state deputy. Its archive is deposited at the Institute of Documentation and Research in Human Sciences (IDCH/UDESC), in Florianópolis, and brings together documents related to education in Santa Catarina from 1935 to 1966. The series of documents highlighted consists of telegrams and phonograms – sixty five documents – preserved in his archive, but which were not produced by him, but by two of his work colleagues, school inspectors Luiz Sanches Bezerra da Trindade and João dos Santos Areão. They consist of handwritten communications in telegram format, produced and sent by the two inspectors on their school inspection trips throughout the Santa Catarina territory, from 1939 to 1942. As a contribution to analyze the present documentary series, I will start from the writings of Jacques Le Goff (1990) to understand it as a document/monument. Such documents present traces of the marks of educational policies that occurred at the time and are immersed in the process of nationalization of education during the Estado Novo period (1937-1945). To analyze this process, research carried out, on Santa Catarina, of Fiori (1991), Seyferth (1999), Monteiro (1984) and Campos (2004) will be used. The studies by Pierre Nora (1997) and Paul Ricouer (2007) will be operationalized around the concept of memory present in documents that make up the educational documentary heritage of Santa Catarina. The methodology will be guided by procedures arising from documentary research (Cellard, 2008) as well as practical preventive conservation procedures (Cassares, 2000) applied to the telegrams will be narrated and exposed. In the field of personal files, studies by Cunha (2019), Belloto (2006) and Heymann (1997) are referenced, among others. The research sought to determine how the messages written by school inspectors helped to promote the inspection of nationalizing policies in the period, highlighting marks of the identity formation process desired by the state in the period.

Keywords: Personal archive. Elpidio Barbosa. Preventive conservation. Memory. Political culture. Nationalization of education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Imóvel que abriga o IDCH e se encontra em reforma. 33
Ilustração 2 – Prédio Comercial que abriga temporariamente o IDCH, situado na rua Lauro Linhares, 2055 - sala 692..... 34
Ilustração 3 – Beneficiamento recebido pelos documentos no IDCH. 40
Ilustração 4 – Quadro de resultados dos testes realizados nos documentos. 42
Ilustração 5 – Higienização e planificação. 44
Ilustração 6 – Retirada do excesso de oxidação. 45
Ilustração 7 – Acondicionamento primário. 45
Ilustração 8 – Acondicionamento secundário e terciário. 46
Ilustração 9 – Resultado. 47
Ilustração 10 – À esquerda: Elpídio Barbosa; no centro: Luiz Sanches bezerra da Trindade; à direita: João dos Santos Areão..... 55
Ilustração 11 – Quadro de circunscrições e unidades escolares. 56
Ilustração 12 – Nota sobre Luiz Sanches Bezerra da Trindade. 60
Ilustração 13 – Quadro com relação das redes de comunicação em Santa Catarina. 66
Ilustração 14 – Telegrama. 68
Ilustração 15 – Foto de Robert King Hall, década de 1940. 107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE – Conselho Estadual de Educação
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
ESPECOR – Especialização em Conservação e Restauração de documentos em suporte de papel
FAED – Centro de Ciências Humanas e da Educação
IDCH – Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
MESC – Museu da Escola Catarinense
PLC – Partido Liberal Catarinense
PRC – Partido Republicano Catarinense
PSD – Partido Social Democrático
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 UM OLHAR AO ARQUIVO PESSOAL DE ELPÍDIO BARBOSA: UMA ABORDAGEM AOS TELEGRAMAS GUARDADOS 11

2 A MATERIALIDADE DE UM ARQUIVO PESSOAL 22

2.1 A(S) MEMÓRIA(S) EM ARQUIVOS PESSOAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ... 23

2.2 O INDIVÍDUO E SEUS VESTÍGIOS: O QUE GUARDA O ARQUIVO PESSOAL 29

2.3 AÇÕES DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E O DEVIDO ACESSO À FONTE: UM RELATO 41

3 TRÊS INSPETORES A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO CATARINENSE: TRINDADE, AREÃO E ELPÍDIO 48

3.1 VIDAS EM PERCURSO: TRAJETÓRIAS NA PRÁTICA DA INSPEÇÃO ESCOLAR 49

3.2 A COMUNICAÇÃO VIA TELEGRAMA E FONOGRAMA EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA 62

4 "INSPETOR NACIONALIZAÇÃO": OS TELEGRAMAS DE LUIZ SANCHES BEZERRA DA TRINDADE E JOÃO DO SANTOS AREÃO 70

4.1 A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA PELA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM SANTA CATARINA: UM PANORAMA GERAL 71

4.2 ECOS TELEGRÁFICOS: OS VESTÍGIOS DE UMA CULTURA POLÍTICA NOS TELEGRAMAS/FONOGRAMAS INSTITUCIONAIS DE 1939 A 1942 90

4.2.1 A questão do ensino em língua portuguesa 96

4.2.2 A prática do canto orfeônico 100

4.2.3 As bibliotecas escolares 104

4.2.4 A visita do professor norte americano Robert King Hall 107

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

REFERÊNCIAS 115

ANEXO A – LEVANTAMENTO DE TRABALHOS QUE ABORDAM ELPÍDIO BARBOSA ..... Erro! Indicador não definido.

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DOS QUINZE TELEGRAMAS ANALISADOS E UTILIZADOS NA PESQUISA 127

1 UM OLHAR AO ARQUIVO PESSOAL DE ELPÍDIO BARBOSA: UMA ABORDAGEM AOS TELEGRAMAS GUARDADOS

Desde meados dos anos 1990, as pesquisas envolvendo a escrita da história receberam um reforço em seu leque de fontes passíveis de análise, e um enorme campo de documentos que começou a atrair atenções de forma tímida, mas que vem agregando cada vez mais historiadores para sua utilização, é o da pesquisa em arquivos pessoais, que passam a ser vistos como "documentos de vida" (Cunha; Almeida, 2021, p. 3). Tais documentos, se preservados, podem atuar como testemunhos multifacetários de passados, tanto do produtor do arquivo quanto da própria sociedade em que estava inserido, representando assim um terreno fértil de ligação entre a memória e a história, e que deve ser valorizado e cuidado. De acordo com os estudos de Heloísa Bellotto (2014), os arquivos de cunho pessoal são fontes multidisciplinares, pois oferecem diferentes abordagens e perspectivas que inspiram inúmeras interpretações e possibilidades de estudos acadêmicos. A autora argumenta que os arquivos pessoais, assim como os públicos, possibilitam "enriquecimentos recíprocos" (Bellotto, 2014, p. 108), que podem ser explorados em várias áreas, como a Museologia, Arquivologia, História, Psicologia, Educação, Antropologia, Literatura, Sociologia e outras.

Na esteira da transdisciplinaridade e do cuidado e trato com os documentos para a promoção e manutenção da memória, as práticas de conservação preventiva também ganharam força e ampliaram suas zonas de discussão desde o fim dos anos 1990, alongando seu alcance para museus, casas de memória, arquivos e acervos públicos e/ou privados, promovendo uma oxigenação de ideias a respeito de conceitos como acondicionamento, manuseio, higienização e a condição do ambiente onde estão guardados os documentos.

No entanto, é visível que experiências de parceria envolvendo essas duas áreas, de pesquisa e práticas de salvaguarda, ainda se manifestam de forma tímida no cenário brasileiro. É nessa ponte entre duas áreas diferentes, mas que caminham juntas, que este trabalho se encaixa, buscando mostrar que é possível realizar o caminho duplo, de trabalhar com o viés da análise documental, colocando em pauta documentos inseridos em arquivos pessoais, neste caso o arquivo do educador e político catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966), e articular discussões e promover ações práticas que visem aumentar a sua vida útil.

Ao dialogar com autores-chave para a compreensão do universo dos arquivos, é possível perceber que o contato inicial do pesquisador com os documentos é uma fase

importante da pesquisa. Nesse aspecto, a historiadora Luciana Heymann (1997, p. 41) coloca que é nesse momento inicial que o encantamento e a sedução agem sobre o cientista, uma mistura de expectativa e excitação para com as frações muito íntimas da(s) história(s) inserida(s) nos diversos formatos de documentos que podem compor o arquivo de um indivíduo. Já a historiadora francesa Arlette Farge (2009, p. 12), tratando dos arquivos, nos adverte que é preciso desvendá-los "[...] como um oceano de documentos em que se mergulha e onde pode ocorrer uma espécie de afogamento".

Neste viés, o problema desta pesquisa surgiu a partir de necessidades reais encontradas durante os chamados "gestos de coleta" (Farge, 2009, p. 57) ocorridos na fase inicial do trajeto deste mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação ofertado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 2022. Em visita ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) para consulta ao arquivo pessoal do educador e político catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966), foi localizado uma série documental – telegramas e fonogramas – que não estava catalogada no índice geral do arquivo e também não se encontrava tratada e acondicionada, sendo, portanto, inédita do ponto de vista da pesquisa e carente de um acondicionamento que facilitasse o seu manuseio, armazenamento, a sua catalogação e análise. Nesse sentido, foi estabelecida uma parceria com o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Conservação e Restauração de documentos (Especor), coordenado pelo professor Doutor Cezar Karpinski. Essa parceria resultou na aprendizagem e realização de procedimentos práticos de conservação preventiva, que foram objeto de um estudo pormenorizado e que resultou em um relatório técnico apresentado por Tibério Storch de Souza[1] como produto final do curso de especialização, aprovado em junho de 2023 (Souza, 2023).

A série documental encontrada, tratada e analisada possui 65 documentos e representa os registros de mensagens telegráficas[2] na estrutura de 63 telegramas e dois fonogramas,

---

[1] Bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2021), construiu seu Trabalho de Conclusão de Curso em torno do campo da historiografia da educação, com o título de "Discursos de nacionalização e inspeção escolar na Primeira Conferência de Ensino Primário em Santa Catarina (1927). Concluiu, posteriormente, uma especialização em Conservação e Restauração de Documentos em Formato de Papel (Labcon-UFSC), em 2023.

[2] O telégrafo é um aparelho criado no século XIX, sendo largamente utilizado para a comunicação ao longo do século XX. Esse equipamento faz uso da energia elétrica para enviar pulsos na corrente que eram interpretados por meio do código Morse, usando pontos e linhas, por meio de pulsos curtos e longos, respectivamente, para enviar uma mensagem de um ponto ao outro. Pode ser enviado aos correios no formato de telegrama, em que o emissor entrega uma mensagem escrita ao funcionário que a transcreve e envia via código Morse, ou no formato de fonograma – neste o emissor passa a mensagem via telefona ao funcionário, que então transcreve e envia a mensagem em código Morse até o receptor (Zebendo; Nobre, 2019).

produzidos por dois inspetores escolares durante suas visitas de inspeção pelas circunscrições escolares do estado de Santa Catarina entre 1939 e 1942. São eles Luiz Sanches Bezerra Trindade (1892-1971) e João dos Santos Areão (1892-1980), e que se encontram salvaguardados no arquivo pessoal de Elpídio Barbosa. Areão e Trindade, ao lado de Elpídio Barbosa, constituíram-se como figuras proeminentes no Departamento de Educação de Santa Catarina desde o início dos anos de 1930 até o início da década de 1950, e o trio recebia a alcunha de "Santíssima Trindade da Educação" (Fiori, 1991, p. 124). Os documentos em questão não foram produzidos por Elpídio Barbosa, porém, de algum modo, foram parar entre os tomos do seu arquivo pessoal, possivelmente por tê-los recebido e guardado.

Luciana Heymann (1997) nos aponta que os arquivos pessoais são norteados seguindo critérios, interesses e redes de interação do titular do arquivo, delimitando o que entra e sai do seu universo documental. Para a autora,

> [...] a ênfase na acumulação significa que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental. (Heymann, 1997, p. 43).

No caso do conjunto documental em questão, é possível verificar uma diversidade de formatos e suportes em sua constituição. Estes foram fabricados ao longo da vida pública de Elpídio como profissional da educação, e dessa forma é importante conceder atenção à materialidade do arquivo, pois permite um olhar mais detalhado tanto para com o seu titular quanto para com os sujeitos inseridos nos conjuntos de documentos. Para Bellotto (2006), essa atenção garante ao pesquisador uma imersão nos registros, que podem ser encontrados em um arquivo pessoal, representando uma multifacetada fonte de informações que necessita ser problematizada por meio do ato de historicizar: é nesta ótica que se dará a escrita e organização deste trabalho. Os outros sujeitos presentes nos documentos do arquivo podem nos fornecer pistas tanto sobre a trajetória do próprio Elpídio quanto sobre a formação do sistema educacional de Santa Catarina.

Os estudos de Cunha (2017) relatam que o arquivo em questão se encontrava no prédio do Museu da Escola Catarinense e chegou ao IDCH em 2014 dentro de velhas caixas. A autora desenvolveu, a partir desse arquivo, o Projeto de Pesquisa intitulado "Do traçado manual ao registro digital: o acervo profissional do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): dimensões e possibilidades"[3]. O projeto proporcionou que as peças do arquivo do educador

[3] Com verbas do CNPq, esse projeto teve o objetivo de higienizar, inventariar, catalogar e analisar o arquivo pessoal e profissional do professor Elpídio Barbosa (1909-1966), com foco na salvaguarda, preservação e disponibilização aos pesquisadores da memória do professor e gestor de políticas públicas para a educação em Santa Catarina (IDCH, 2023).

fossem higienizadas, acondicionadas e posteriormente catalogadas. No entanto, a série documental que é objeto desta pesquisa se encontrava inserida dentro de um exemplar da Revista da Educação Catarinense dos anos 1960, e por esse motivo pode ter passado despercebida aos olhares anteriores e por isso ainda não se encontrava incluída no sumário de itens do arquivo.

Neste sentido, a série de documentos em foco nesta pesquisa constitui-se como uma fonte inexplorada que abriga rastros importantes para o estudo das políticas educacionais ocorridas em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. Esse período foi marcado pelo aprofundamento de tensões entre o estado brasileiro e as populações de origem estrangeira que aqui viviam. Esses tensionamentos se deram a partir do aprofundamento de uma cultura política específica e se manifestou de forma potente no sistema educacional, que foi organizado para abrasileirar a população, especialmente em solo catarinense, no qual se encontravam imigrantes alemães e italianos, principalmente. Os rastros e vestígios dessa cultura política podem ser percebidos nas comunicações produzidas pelos dois inspetores que estavam em suas viagens, muito atentos ao seguimento das normativas impostas pelo governo da época, e que, por isso, estabeleciam contato com autoridades dos mais diversos níveis, do policial ao político, para informar sobre o andamento das situações nas escolas em que passavam. Neste viés, essas comunicações são tidas como rastros que remetem às memórias acerca das medidas que visavam conceder à educação do período a formação de uma identidade nacional e catarinense, em especial, pautada em símbolos e práticas de natureza patriótica.

Para analisar as políticas e ideais de nacionalização, irei utilizar o conceito de cultura política formulado pelo historiador Serge Berstein (1998), que compreende a cultura política como um sistema de representações que permite estabelecer a visão e os projetos que os homens têm para a sociedade e que explicam os comportamentos políticos desses sujeitos em resposta aos problemas e às demandas enfrentados por ela. Essa cultura manifesta-se em diversos campos e sujeitos, por exemplo, no sistema de ensino, na religião e em outras instituições com seus agentes públicos e privados. Gradualmente e por diversos mecanismos, as culturas políticas são difundidas e passam a ser internalizadas como uma mensagem natural de cunho político. Para o autor:

> A cultura política ocupa um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele tem e da imagem que tem da felicidade. (Berstein, 1998, p. 363).

Os estudos de Gentil (2015) demonstram que assuntos que envolvem a nacionalização do ensino estão bem presentes no arquivo de Elpídio Barbosa e podem fornecer conexões importantes a serem feitas entre as comunicações de Trindade e Areão e os documentos remanescentes guardados por Elpídio. Cunha (2017) explana sobre a variedade das peças presentes no arquivo em questão:

> [...] revistas pedagógicas, catálogos e cadernos com anotações manuscritas, recortes de jornais e colagens contendo cópias de leis, atas de reunião e fotografias escolares que se encontram coladas em seus cadernos, autonomeados como tomos, todos relativos à sua atuação na educação em Santa Catarina, entre 1935 e 1966. (Cunha, 2017, p. 195).

O sumário completo dos documentos está disponível de forma virtual na página da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na internet, na seção relativa ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH)[4]. A instituição atua como um lugar de memória e de custódia de arquivos pessoais catarinenses, com destaque a arquivos de educadores, e atende a pesquisadores e ao público em geral, mediante agendamento de horário.

Segundo o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 21), os lugares de memória podem ser compreendidos em três facetas: são locais físicos onde a memória social se fundamenta e pode ser percebida pelos sentidos; são locais funcionais, pois desempenham ou adquiriram a função de sustentar memórias coletivas; e são locais simbólicos onde essa memória coletiva, ou seja, a identidade, se manifesta e se revela. Portanto, esses lugares são permeados de uma intenção de preservar a memória, pois sua existência deve-se ao fato de não se ter mais a memória, podendo eles serem vetores para o seu acionamento.

Vidal (2005, p. 19), com base nos apontamentos de Pierre Nora (1993), sinaliza os arquivos como lugares de memória, na figura de espaços duplos, no sentido de atuarem como locais de guarda de seus acervos, mas também "[...] constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente". São espaços que precisam de um tratamento apropriado, ao alinhar princípios de organização e conservação à prática de pesquisa, demandando assim uma comunicação entre historiadores e arquivistas.

De acordo com Cunha (2017), desde os anos 1970 existe um esforço de reflexão sobre os arquivos pessoais, advindo das propostas dos Annales, mas também envolvendo áreas como a nova história política, a micro-história, os estudos culturais, a própria antropologia e, mais recentemente, a arquivologia, e isto resultou numa cultura de pesquisa diferente que pode ser observada a partir da consolidação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) em 1990.

---

[4]Disponível no link: https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es. O IDCH está sob coordenação da Prof.ª Dr.ª Fernanda de Sales (UDESC).

O acesso à memória é uma demanda constante na sociedade moderna que busca validar suas múltiplas identidades, crenças e tradições por meio de pontes que as conectem com o passado. Essa espécie de ânsia pela memória manifestada pelas sociedades ocidentais é relativamente nova, e no Brasil esse cenário ecoa nos esforços empenhados nos últimos anos para a criação e manutenção de arquivos por todo o país. Essa "vontade de memória" (NORA, 1993, p. 22) demonstra o potencial que os arquivos carregam em nos conectar, com olhos no presente, naqueles documentos passados, sejam eles reais ou imaginários. Para Paul Ricoeur (2007, p. 414):

> Essa nova memória é uma memória arquivística, uma memória do papel. Reconhecemos "nessa obsessão" do arquivo a grande mutação exagerada pelo mito de Fedro que trata da invenção da escrita. Vitória do escriturário no próprio cerne do memorial. Superstição e respeito pelo rastro [...]. O sentimento da perda como no mito platônico torna-se a contrapartida dessa institucionalização da memória. Produzir arquivo é o imperativo da época [...]. O arquivo não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada e memória perdida.

O rastro, nesse sentido, é a manifestação de vestígios dos quais os arquivos estão lotados: são eles que fornecem pistas ao pesquisador sobre fatos e acontecimentos registrados nos documentos. É curioso perceber que, mesmo com a obsessão da sociedade atual com a cultura escrita, os vestígios não são exclusivamente provenientes da informação que está escrita nos documentos do arquivo; eles também se manifestam de forma sutil, por meio dos tipos de suporte presentes no acervo, nas marcas físicas nos documentos que possam indicar sua trajetória e seu manuseio e no modo como o arquivo está separado e organizado – muitas informações podem ser extraídas desses cenários.

A partir da identificação desses vestígios no arquivo pessoal em foco, a problemática desta pesquisa orbitará em torno de responder à questão sobre a presença e, consequentemente, qual era a relação das comunicações analisadas com a promoção das chamadas políticas de nacionalização do ensino, em voga no período.

O estado em que os documentos foram encontrados foi determinante para traçar a metodologia empregada nesta pesquisa. Primeiramente foi necessário aplicar algumas ações de conservação preventiva sobre os telegramas para que fossem manuseados e armazenados sem risco de perda de suporte e informação, e estas serão descritas no capítulo a seguir. A partir dessas ações, foi possível a aplicação da metodologia de pesquisa qualitativa, mais especificamente a pesquisa documental, para analisar efetivamente os documentos em foco sem danificá-los. Seguindo os estudos de Cellard (2008), compreendo que este tipo de pesquisa é utilizado para coletar, interpretar e analisar informações contidas em documentos, isto por meio de uma série de procedimentos que envolvem o olhar do pesquisador para cinco dimensões que

permeiam a documentação analisada, são elas: o contexto de produção do documento; o(s) autor(es); a autenticidade e a confiabilidade do texto; o tipo de suporte em que se encontra a informação; e, por último, os conceitos-chave e a lógica interna da informação. Essas informações, e as análises envolvendo elas, estarão dispostas ao longo da escrita deste trabalho.

Utilizando deste olhar analítico sobre a série de telegramas e fonogramas que integram o arquivo de Elpídio Barbosa, podemos acessar rastros escritos que nos ligam a uma dada memória relacionada ao processo de formação e consolidação do sistema educacional catarinense. Para tanto, é necessário fazer um esforço para realizar algumas considerações acerca do conceito de documento.

Numa perspectiva mais geral, o dicionário Houaiss (2008, p. 310) norteia a noção de documento nos seguintes sentidos: "1. Atestado: certidão, certificado, declaração; 2. Comprovação: demonstração, evidência, manifestação, prova, testemunho; 3. Escritura: título; 4. Registro: papelada". Este trabalho atentará mais ao segundo significado da palavra, entendendo os telegramas e fonogramas como documentos que evidenciam que as políticas de cunho nacionalizador tinham na prática da inspeção escolar um braço fiscalizador atento e articulado em diversos níveis, que serão discutidos no decorrer deste trabalho. Essa fiscalização se dava de variadas maneiras, e a comunicação "imediata" e mais rápida (da época) era feita por esses meios, dos telegramas e fonogramas aqui em pauta.

No final do século XIX, com a ascensão da escola positivista, a maioria dos historiadores priorizava o uso de documentos escritos, especialmente os documentos oficiais, os quais eram considerados como a principal base de prova histórica, com a objetividade fundamentada na crença de que eles eram fiéis representações dos acontecimentos do passado. Destaco que busco me afastar dessa valorização total do documento como garantia de objetividade, pois compreendo que ela exclui a noção de intencionalidade contida no objeto estudado e na ação do pesquisador, sendo esse processo construído historicamente. Atrelada à noção de documento como "reflexo" da verdade objetiva, também desvio da armadilha positivista de conceber o documento apenas na qualidade do material escrito, e para tanto parto das contribuições de Paul Ricoeur (2007, p. 189), que vão além da noção de documento a partir de sua materialização escrita, compreendendo que "[...] se torna documento tudo que pode ser interrogado pelo historiador com a ideia de encontrar nele informações sobre o passado", visto que ele não é algo dado: ele é procurado, constituído e instituído como documento com base nos questionamentos do historiador, pautado na análise e na crítica.

Desse modo, o referido conjunto documental será analisado como constituinte de um documento-monumento, seguindo a lógica de Jacques Le Goff (1990), pois só foram

produzidos a partir das regras de um ideal político que tinha como foco a construção e o fortalecimento de uma identidade nacional – e, para isso, componentes de uma série de normativas que estipularam a promoção de práticas, símbolos e rituais que deveriam ser seguidos ou proibidos, por consequência, foram postos sob o olhar dos inspetores escolares. Nesse sentido, um olhar historiográfico compreendendo esses documentos na qualidade de monumentos produzidos em determinado espaço de tempo e criados involuntariamente a partir da prática diária da inspeção escolar permite perceber vestígios de situações e sujeitos que auxiliem em futuras pesquisas envolvendo esse período da história catarinense. Nesse viés, trabalhar sobre a análise e conservação desta, e de outras séries documentais que forneçam vestígios de realidades passadas, exige o diálogo entre historiadores e arquivistas.

A organização e escrita deste trabalho se deu a partir da fixação de um objetivo geral, o qual tem como foco compreender quais relações institucionais e oficiais os diálogos presentes nos telegramas possuem com a gestão do ensino em Santa Catarina de 1939 a 1942, principalmente no que se refere ao processo de nacionalização de ensino. Esse objetivo geral é aliado a três específicos, que nortearam a produção desta análise historiográfica, e são eles: demarcar qual era o papel dos telegramas e fonogramas trocados pelos agentes educacionais no funcionamento do sistema de ensino do estado catarinense; identificar quais personagens dialogavam com a superintendência de ensino e quais eram suas demandas; e analisar qual é a função dos registros escritos de comunicação na composição do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa.

Para contextualizar previamente o momento histórico em que foram produzidas as comunicações que são objeto deste estudo, a historiografia tanto regional quanto nacional já debateu e discutiu sob diversos prismas a ocorrência desse acontecimento e seus propósitos que integravam as chamadas políticas nacionalizadoras do ensino desenroladas em diversos estados brasileiros na primeira metade do século XX. Neste trabalho, utiliza-se a periodização de Neide Fiori (1991) acerca da delimitação dos períodos e das características de cada fase deste processo em Santa Catarina, que no geral é traduzida como um projeto de formação identitário, cultural e político pensado pelas elites e intelectuais da época e que viam o setor educacional como peça-chave para inculcação de símbolos e hábitos nacionais. A mesma autora divide o processo de nacionalização em dois momentos: o primeiro tem início em 1906, com a ida do educador paulista Orestes Guimarães para Joinville e se estende até o fim da Primeira República, em 1929, e é caracterizado por uma tentativa de assimilação da população de origem estrangeira por meio de políticas passivas, refletindo a ótica liberal do estado no período, pela ampliação da rede pública de ensino e também por mudanças didático-pedagógicas. O segundo momento

diz respeito ao período iniciado no governo de Getúlio Vargas em 1930, estendendo-se até o fim do Estado Novo em 1945, e tem como característica a figura dos interventores e de uma política educacional centralizada no Governo Federal, sendo marcado por medidas legais mais combativas e repressivas contra as culturas de origem estrangeiras, principalmente as de origem italiana e alemã, muito associadas ao cenário e discurso pré Segunda Guerra Mundial que estava se formando.

Dialogando com Campos (2004), as concepções de nacionalização de ensino desse segundo momento enfatizaram a afirmação da identidade nacional brasileira e trouxeram intervenções de forma mais contundente, sobretudo nos estabelecimentos de ensino primário – estes compreendiam os quatros anos iniciais da formação escolar, direcionada a crianças de 7 a 12 anos. Este trabalho vincula-se ao momento de nacionalização, o Estado Novo (1937 a 1945), em que o governo do estado catarinense estava sob a chefia de Nereu de Oliveira Ramos[5], nomeado interventor pelo presidente Getúlio Vargas em 1937. Já o Departamento de Educação ficou vinculado à Superintendência de Ensino entre 1938 e 1942 e teve como profissionais da educação centrais Luiz Sanches Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa, que se alternavam nos cargos de gerência e inspetoria do sistema educacional catarinense da época.

Esse período caracteriza-se por uma onda de políticas nacionalizantes aplicadas em Santa Catarina e aprofundamento de medidas contra as culturas dos diversos povos que migraram e aqui formaram suas comunidades. Para Seyferth (1999, p. 210), em 1938 a chamada Campanha de Nacionalização tratou do abrasileiramento do ensino a partir da emissão de uma série de decretos que abarcavam questões como:

> [...] exigência do ensino do português; necessidade de as escolas terem nomes brasileiros; apenas brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção; os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras; as aulas deviam ser ministradas em português; proibição do ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos; vedação de subvenções provenientes de governos e instituições estrangeiras; introdução das matérias obrigatórias de educação moral e cívica e educação física.

Em 1939, novas medidas foram aplicadas, principalmente a partir da emissão do Decreto-Lei n.º 1.545 pelo então presidente Getúlio Vargas, que estipulou 21 artigos versando sobre "[...] a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros" (Brasil,

---

[5] Nasceu em 3 de setembro de 1888, em Lages/SC. Elegeu-se quatro vezes como Deputado Estadual –8ª Legislatura (1910-1912); 11ª Legislatura (1919-1921); 35ª Legislatura (1930-1930); 36ª Legislatura (1933-1935). Foi eleito Deputado Federal em duas ocasiões – 38ª Legislatura (1946-1951); 39ª Legislatura (1951-1955). Governou o Estado de Santa Catarina duas vezes: de 1º de maio de 1935 a 16 de novembro de 1937; e de 16 de novembro de 1937 a 6 de novembro de 1945. Faleceu em 16 de junho de 1958, em São José dos Pinhais/PR. (MEMORIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2023).

1939)[6], endereçado a todos os órgãos públicos federais, estaduais, municipais e entidades paraestatais. Dentre algumas determinações estavam: a proibição de se falar línguas estrangeiras em repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar, inclusive durante cerimônias religiosas e festas locais; as associações culturais e recreativas foram direcionadas a encerrar todas as atividades que pudessem estar relacionadas a outras culturas; os professores e instrutores de qualquer espécie, que lidavam com a infância e juventude, deveriam se esforçar para difundir o sentimento da nacionalidade e o amor à pátria.

Este cenário de cerceamento de manifestações culturais estrangeiras acabou gerando um clima de animosidade e repressão cultural que ecoou nos telegramas produzidos pelos dois inspetores escolares em foco neste trabalho, fermentando uma rotina de trabalho pautada na fiscalização dos estabelecimentos de ensino, tanto particulares quanto públicos, sob a ótica das novas legislações publicadas. Essa prática de fiscalização gerava relatórios criados pelos inspetores, e estes podem ser analisados em futuras pesquisas a partir do diálogo com este trabalho, que tem como foco a análise das comunicações desses profissionais durante suas viagens a trabalho, sendo possível estabelecer contrapontos com a documentação oficial gerada a partir da ação prática da inspeção.

No capítulo a seguir desta pesquisa será abordada de maneira contextual a formação dos arquivos pessoais, focalizando a composição e a trajetória percorrida pelo arquivo de Elpídio Barbosa até ser salvaguardado pelo IDCH. A materialidade do arquivo do educador será analisada como um terreno fértil, carregado de rastros/vestígios que, se analisados de maneira crítica, podem beneficiar e fortalecer as discussões entorno da memória e do patrimônio. Ademais, dado o contexto que os telegramas e fonogramas que são objeto desta pesquisa foram encontrados, carentes de camadas de acondicionamento, serão expostas e analisadas as ações de conservação aplicadas nessa série de documentos, isto sob o prisma do beneficiamento de outros arquivos para futuras pesquisas, com o intuito de mostrar que o modelo de ações utilizado pode servir de guia a outros pesquisadores que se encontrem em situações semelhantes e busquem ter o devido acesso à sua fonte sem prejudicar seu suporte e/ou suas informações.

No capítulo seguinte será feito um panorama geral histórico da prática de inspeção escolar que deu origem às comunicações analisadas, focalizando em compreender por quem, onde e como ela era realizada. Também serão expostas nesse capítulo as trajetórias de Elpídio Barbosa, como titular do arquivo, e de Luiz Sanches Bezerra Trindade e João dos Santos Areão, que se comunicavam com Elpídio, verificando quais as ligações entre o trio durante os anos de

[6] Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

1939 a 1942, sejam elas de cunho pessoal ou profissional. Como o telégrafo foi o meio de comunicação utilizado para fabricar os documentos analisados, serão feitos um levantamento de como a tecnologia foi implementada no Estado e algumas considerações acerca de sua utilização como fonte de pesquisa e, igualmente, sua importância para a sociedade na época, focalizando a gestão do sistema educacional e o trabalho dos inspetores de ensino.

O terceiro capítulo gira em torno de delimitar a evolução das leis e dos decretos que fermentaram normativas e métodos de ensino que visavam incutir nos alunos um sentimento de identidade e pertencimento nacional ao longo da primeira metade do Século XX. Serão abordadas diretamente as mensagens telegráficas encontradas no arquivo de Elpídio, analisando o contexto de produção das mensagens como imersas em uma cultura política específica ligada a um sistema de burocratização das atividades administrativas às quais os inspetores estavam submetidos. Entendendo o conteúdo das mensagens por meio de suas relações com as políticas e práticas de cunho nacionalizante, serão tecidas considerações sobre: a fiscalização da obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa, o trabalho dos professores, a prática do canto orfeônico, a inauguração de bibliotecas escolares, o simbolismo por trás do plantio de mudas de pau-brasil e a visita do professor norte-americano Robert King Hall em 1940 e suas impressões sobre o ensino em regiões catarinenses com forte presença de culturas estrangeiras.

Como forma de encerrar esta pesquisa, este trabalho buscará trazer contribuições às discussões acerca da memória em arquivos pessoais, utilizando como fio condutor os vestígios de determinada cultura política que deixaram marcas em uma série de mensagens escritas. Esses telegramas e fonogramas, apesar de tratarem de um passado, fazem parte da formação da nossa identidade como sociedade, constituem-se como patrimônios documentais e devem ser, portanto, analisados e preservados para servirem de norte às gerações futuras.

2 A MATERIALIDADE DE UM ARQUIVO PESSOAL

> Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social à imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência – arquivar a própria vida é querer testemunhar, é querer destacar a exemplaridade da própria vida. (Artières, 1998, p. 11).

As pesquisas científicas que abordavam a temática "arquivos pessoais" no Brasil até a década de 1970 eram mais raras, visto que os documentos oficiais, ou seja, aqueles ligados à administração do Estado, eram considerados como fontes históricas legítimas. No máximo, os arquivos pertencentes a grandes personalidades políticas e/ou heróis nacionais eram considerados relevantes para se preservar como certa consagração de memórias e, por isso, justificavam sua conservação.

A produção voluntária e involuntária de arquivos pessoais perpassa a rotina da sociedade atual, assim, diariamente todos nós acabamos de uma forma ou outra produzindo arquivos, seja guardando objetos ou mesmo documentos pessoais. Esse ato, que muitas vezes é tão recorrente e natural, acaba por ser desatento, e muitas vezes os documentos ali caem no esquecimento: dentro de uma gaveta pouco usada, inseridos em envelopes já amarelados pela ação do tempo ou em velhas caixas cheia de pastas que ninguém mexe. Nesse viés, compreender como é constituído um arquivo pessoal nos possibilita criar perguntas acerca das intenções e motivações que permeiam o processo de produção e acumulação dos documentos, tendo em vista que o ato de guardar documentos carrega uma carga de cunho tanto material quanto simbólico da sociedade e do indivíduo que os produz, não importando sua classe social, seu gênero ou credo, todos deixam vestígios de si e marcas de seu tempo nos documentos manuseados e guardados que podem ser percebidos pelo pesquisador atento. Segundo Bellotto (2006, p. 24):

> O historiador não analisa o documento pelo documento, antes, utiliza-o como ponte para o passado, ou do arquivo para uma realidade. Esta passagem do documento ao passado é um processo decisivo pelo qual cumpre o essencial da elaboração do conhecimento histórico.

Nesse viés, assumindo que Elpídio Barbosa foi um profissional da educação, em vários níveis, e também político catarinense, torna-se extremamente profícuo e necessário construir reflexões a partir tanto do conteúdo quanto da trajetória de seu arquivo pessoal, tendo em mente que ele, em certo ponto de sua vida, resolveu guardar recortes que noticiavam seu dia a dia profissional e da rotina de outros sujeitos que orbitavam sua esfera de trabalho, como é o caso dos telegramas produzidos e enviados por Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão. Este fato joga luz na relevância que tais documentos possuíam para a formação e

organização de seu pensamento educacional, e esses papéis também se constituem como vestígios que podem conectar camadas de tempos passados com realidades do tempo presente.

Com este cenário posto, este capítulo trabalhará a partir de três direções em seus subtítulos, isso para analisar de forma mais efetiva diferentes facetas que envolvem o conjunto de telegramas em foco nesta pesquisa e inseridos no arquivo pessoal de Elpídio Barbosa. Nesse sentido, primeiramente serão tecidas algumas considerações acerca do conceito de memória, para delimitar seu uso dentro dos arquivos pessoais. Também serão trabalhados os conceitos de documento e patrimônio, aliados à contextualização da trajetória do arquivo de Elpídio Barbosa até a sua chegada no IDCH, compreendendo a instituição como um local de guarda e manifestação de memórias. Por último, serão relatados alguns procedimentos de ordem da conservação preventiva, realizados em cima dos documentos analisados, como parte da metodologia necessária para ter o devido contato e análise da fonte sem correr o risco de prejudicar seu suporte ou sua informação.

2.1 A(S) MEMÓRIA(S) EM ARQUIVOS PESSOAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para visualizar como são criados os arquivos pessoais, parto dos estudos do historiador Phillipe Artières (1998, p. 18) sobre a prática do “arquivamento do eu”, a qual está diretamente conectada com a importância atribuída pela sociedade ocidental aos registros escritos desde o final do século XVIII. Para o autor:

> [...] existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito. Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar! a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia, não conservamos senão uma parte ínfima de todos esses vestígios.

Dialogando com esse cenário, os estudos de Dóris Bittencourt Almeida (2021, p. 50) atentam sobre a necessidade de considerar que o descarte “[...] faz parte da constituição de nossas memórias, não há como lembrar/conservar tudo”. A autora dialoga com as ideias de Artières (1998, p. 11) para compreender a prática do arquivamento do eu como uma “[...] construção de si mesmo e de resistência [...] não guardamos todas as maçãs de nossa cesta pessoal. Fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência, omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque [...]”. Segundo Ribeiro (1998, p. 35), este ato de construção é impregnado de um “[...] desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, o de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória”.

A partir desses apontamentos, é possível notar pela constituição do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa que houve uma atenção especial por parte dele em guardar documentos relacionados a várias esferas e etapas da sua vida como profissional da educação. Portanto, é necessário entender o significado dos objetos guardados pelo educador, os quais representavam uma forma de colecionar impulsionada por uma narrativa pessoal e uma conexão mais profunda com o seu trabalho.

Como os documentos armazenados no arquivo pessoal em foco perpassam um horizonte temporal de mais de três décadas, foi necessário fazer um recorte para a realização desta pesquisa, assim, serão analisadas as mensagens de cunho telegráfico e fonográfico produzidas entre 1939 e 1942 pelos inspetores escolares Luiz Sanches Bezerra Trindade e João dos Santos Areão, que serão apresentados na sequência, e foram parar, de alguma maneira, nas mãos de Elpídio, que julgou importante guardá-los entre os documentos de seu arquivo. Nesse sentido, para realizar a ação historiográfica proposta, concordo com a afirmação de que "[...] memórias em papel, se problematizadas, podem se constituir em substrato para a produção historiográfica em torno deles" (Almeida, 2021, p. 42).

Nesse sentido e de acordo com os estudos da professora Vania Grim Thies (2023), localizo os telegramas e fonogramas analisados neste trabalho como pertencentes a escritas e registros "sobre si e para si" (Thies, 2023, p. 25) no campo da educação, e estes acabam por guardar não somente vestígios de quem os produziu, mas também favorecem o entendimento sobre a relação do autor com outros sujeitos: "Entrelaçando vida pessoal e profissional, entre o espaço público e o privado, esses registros vão constituindo uma história pessoal de si e de outros (de familiares, de alunos, entre outros)" (Thies, 2005, p. 25).

Ao relacionar a guarda de documentos com a criação de memórias, esta pesquisa é norteada pela noção de que é necessário perceber que os documentos analisados não remetem somente à memória individual que Elpídio buscou preservar; do mesmo modo, ela reflete nas memórias acerca dos dois inspetores escolares que produziram os documentos e, num espectro mais amplo, sobre a própria constituição das memórias acerca de como se organizava e fiscalizava o sistema de ensino em Santa Catarina durante o período. Encarando as marcas presentes nos documentos não somente como vestígios, mas também na qualidade de testemunhos que fornecem informações valiosas ao pesquisador atento, parto da ideia de que, primeiramente:

> [...] a qualidade da memória se mede pelo valor-depoimento de fatos históricos reconhecidos como tais desde o início [...]; no segundo, seu valor histórico depende de outro sentido de história, não a grandeza, não o fato político, mas o testemunho que oferece da sociedade - e aí o valor dos homens pequenos se revela, mercê em boa medida do inesperado. (Ribeiro, 1998, p. 37-38).

Atento aos estudos da historiadora Maria Teresa Santos Cunha (2019) sobre a prática do arquivamento de si e a questão da memória, partirei do entendimento da autora de que a sociedade contemporânea vive uma urgência de preservação do passado, e este se manifesta sob diversas formas, por meio de marcas e vestígios de memória que podem ser acessados mediante o contato com sujeitos, documentos, objetos e instituições, provenientes tanto de contextos macro quanto microssociais. Acerca da formação dos arquivos pessoais, Almeida (2021) faz apontamentos sobre o caráter individual de cada sujeito refletido na materialidade presente neste tipo de arquivo, atuando como componente para a construção e manutenção tanto da memória como da identidade das sociedades modernas. Para a autora (2021, p. 42), "Na esteira da constituição do cidadão moderno, desenvolve-se um conceito de individualidade, marcado, entre tantas outras questões, pelas intenções de agregar materialidades que representem os percursos vividos em diferentes fases da vida".

Esses "fragmentos de vidas" inseridos nos arquivos pessoais abrem portas para o historiador que busca vestígios para compreender, comparar e/ou analisar determinada situação histórica. No caso desta pesquisa, as informações obtidas a partir da análise dos documentos relacionados às comunicações de dois inspetores escolares serão utilizadas para perceber como a temática da nacionalização do ensino foi trabalhada pelos profissionais de inspeção entre os anos de 1939 e 1942 e quais eram suas demandas e seus apontamentos acerca das normativas a que ambos deveriam estar atentos. Isso objetiva compor um quadro de pesquisas mais amplo acerca da formação do sistema de ensino em Santa Catarina, passando pelo prisma da formação da identidade do cidadão catarinense.

Para compor meu quebra-cabeças historiográfico, dialogo com Laurent Vidal (2007) partindo do entendimento de que os arquivos pessoais remetem o historiador ao nível microssocial, e este pode ser utilizado para fornecer dimensões e visões mais particulares sobre determinadas discussões presentes em cenários mais amplos. Segundo o autor, sua utilização na pesquisa histórica possibilita ao pesquisador:

> [...] um acesso privilegiado à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais, como um indivíduo reage, antecipa ou encontra um descaminho para escapar de uma realidade difícil. A partir daí, é a compreensão da articulação entre os níveis micro e macro que está em jogo, entre o singular e o geral. (Vidal, 2007, p. 6)

Compreendo que os documentos reunidos e armazenados por Elpídio passaram por um filtro de seleção próprio por parte dele, o qual, para além de uma reunião de fragmentos de memórias, pode refletir na intenção de constituir um "legado". Concordo com os estudos de

Luciana Heymann (2007) sobre como a dimensão memorial dos arquivos – neste caso, os pessoais – pode atuar para a formação e constituição da noção de “legado”.

Segundo a autora, o termo pode ser entendido de duas formas. A primeira é externa ao arquivo e remete ao reconhecimento advindo de princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação de determinados personagens ou, no caso de regimes e períodos históricos, às instituições, práticas e aos ideários que neles se originaram. É possível identificar que Elpídio Barbosa foi reconhecido por elementos da sociedade em que viveu, e isto se verifica, por exemplo, a partir da criação do Prêmio Educador Elpídio Barbosa em 1992 concedido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que será esmiuçado na seção seguinte deste trabalho. Este movimento de criação de um legado por meio de uma premiação pode ser associado ao “[...] investimento social por meio do qual uma determinada memória é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc.” (Heymann, 2007, p. 2).

A segunda maneira de manifestação do legado, segundo a autora, tem a ver com os arquivos e a materialidade intrínseca a eles, que se refletem em informações que podem ser acessadas e debatidas.

> Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, objetos e toda sorte de registros que remetam ao personagem, ao período ou ao tema em questão, que passam a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o conteúdo associado ao personagem, período ou tema são constantemente atualizados e renovados. (Heymann, 2007, p. 2).

Assim, é preciso ter em mente o potencial memorial, tanto pelo campo da história da educação quanto da política em Santa Catarina, relacionado as informações presentes que foram produzidas e armazenadas a partir da interação de Elpídio com seus colegas, na figura de funcionários públicos a serviço do Departamento de Educação. Estes podem fornecer elementos valiosos para as inúmeras discussões que permeiam os dois campos.

Para esta pesquisa, torna-se interessante o fato de os telegramas e fonogramas não terem sido produzidos por Elpídio, pois isso nos coloca em contato com outros dois sujeitos que podem fornecer visões e vivências sobre a temática que é foco desta pesquisa – a nacionalização do ensino –, contribuindo com apontamentos relacionados às práticas de gestão, promoção e fiscalização do sistema de ensino catarinense, possibilitando estabelecer paralelos e análises entre as legislações impostas por uma esfera maior, o Poder Legislativo, e suas reverberações diretamente no contexto social dos profissionais encarregados de verificar o cumprimento dessas normas. De acordo com Cunha (2018, p. 22), ao lançar luz em documentos inseridos em arquivos pessoais,

> [...] é possível refletir sobre outros significados dos papéis escritos/guardados que passam do espaço privado para a visibilidade pública. Ao iluminarmos esses papéis "ordinários" podemos pensar na importância de uma memória de papel para o reconhecimento de diferentes práticas, costumes, rituais, ações e sociabilidades como ponto de partida para reinventar outros presentes [...].

Desse modo, entendo que os documentos nos colocam em contato com fragmentos de memórias, que são evocados por quem os manuseia e os interpreta. Os documentos preenchem as perguntas que o pesquisador possui em sua pesquisa, podendo um único documento fornecer respostas específicas diversas para diferentes pesquisas, sendo sempre suscetível ao presente. A memória também parte do presente, a partir de fragmentos do passado, e é construída com base em uma relação entre o objeto–sujeito que a manifesta com o seu receptor, que a interpreta e se coloca a partir de seus próprios desejos, ambições, emoções e objetivos.

Sob o prisma da prática da escrita da história, a memória, que antes era concebida apenas se proveniente de instituições oficiais, como o Estado e a Igreja, ou produzidas por indivíduos detentores de títulos e/ou grande capital econômico, agora passa a ser estudada a partir de aspectos microssociais, isto é, a partir de uma diversidade maior de fontes ligadas a qualquer prática que forneça prova da ação humana. O historiador Francois Hartog (2017, p.42) explana que a escrita da história "a serviço de uma história oficial" não conseguia dar conta de analisar as minúcias e particularidades dos diversos extratos sociais. Em consonância com este cenário, concordo com Ribeiro (1998, p. 37) no entendimento de que:

> [...] a memória deixou de significar a unidade nacional, para designar, agora, um fracionamento, o reconhecimento de identidades parciais e essencialmente antiunificáveis. Mas, além disso, ela deixou de residir no gesto exemplar, econômico, do herói, para figurar numa multiplicidade de pequenos atos e gestos, quase anônimos.

A presente pesquisa se associa à ideia de criar uma história baseada em personagens e documentos que antes não eram muito valorizados pela escrita da história, levando em consideração não a posição de poder ocupada pelo sujeito ou instituição, mas sim pelo valor particular do testemunho de seu relato, que pode ser utilizado para observar contextos mais amplos a partir de realidades especificas. Para isso, além de Elpídio Barbosa, Luiz Trindade e João dos Santos Areão, também serão indicados e contextualizados, na medida em que as informações disponíveis permitam, visto que são sujeitos inseridos dentro das informações contidas nos telegramas e fonogramas e que às vezes versavam sobre um relato ou uma demanda de um(a) professor(a), delegado, inspetor escolar ou aluno. Esses testemunhos serão analisados a partir de um olhar crítico, buscando identificar os sujeitos, as intenções e o contexto em que a informação surgiu e circulou.

Nesse sentido, compreendo as discussões que envolvem a questão da memória e a prática historiográfica como um campo de estudos urgente de um olhar crítico. Neste campo, o

historiador fica sujeito às disputas realizadas que permeiam o próprio processo de produção, circulação e preservação do que quer que se queira memoriar. Assim, "[...] o historiador vive acometido da ânsia de guardar passado e criar memórias, e pode-se dizer que nunca, como hoje, a memória foi um tema tão espetacularmente social" (Cunha, 2019, p. 19). Para Cunha (2019), cabe cada vez mais a utilização de um olhar crítico por parte do historiador que deseja analisar os vestígios de memórias que irradiam de suas fontes.

Além da atenção à materialidade presente nos arquivos institucionais e/ou pessoais, também se torna interessante tecer algumas considerações a respeito da percepção do tempo que está intrínseca nesses conjuntos documentais, orientando-se pelas discussões que partem da História do Tempo Presente.

De acordo com Almeida (2021, p. 20), a pesquisa em arquivos é tida como entrelaçada por diversas temporalidades, chamando a atenção para a noção de "Tempo Presente": este entrelaça "[...] a memória das coisas passadas e a espera do que virá". De acordo com Hartog (2006, p. 263), a História do Tempo Presente como campo de estudo reflete as experiências ocorridas no tempo e como "[...] em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro são postas em relação" (Hartog, 2006, p. 263). Nesse viés, compreendo tanto o conteúdo quanto a materialidade presentes nos documentos guardados no arquivo pessoal de Elpídio Barbosa ao longo dos anos como vestígios de um passado que possui suas reverberações no presente e nos fornece elementos que podem contribuir para a formação de questões e análise de temas futuros. Assim, partirei do entendimento de que os

> Arquivos são lugares apropriados para que se desnaturalize o conceito de tempo. Usualmente identificados ao passado, lá se tramam complexas relações temporais: conservam-se materialidades de outrora, que são pensadas no presente, mas almejam a perenidade, ou seja, pretérito, presente e futuro estão urdidos nos Arquivos, que acumulam camadas de tempo, como estratos de experiência, que coexistem em permanente ajustamento. (Almeida, 2021, p. 20).

Entendo que não somente vestígios estão presentes no arquivo pessoal em foco, mas também é possível observar diferentes "extratos de tempo" (temporalidades múltiplas) em seus documentos, isso porque os objetos ali inseridos abrangem mais de três décadas, fornecendo substratos valiosos para o historiador atento às noções de temporalidade e dos seus contextos de produção. De acordo com os estudos de Cunha (2019, p. 78), compreendo que o ato de guardar, registrar e arquivar sua vida possibilitou ao historiador do tempo presente "[...] o acesso a determinadas temporalidades que podem dizer sobre o próprio presente pela relação entre passado e presente e os usos que este passado adquiriram na atualidade".

Dessa forma, dialogo com aspectos levantados por Reinhart Koselleck (2006) sobre "experiência e expectativa" para entender que os arquivos pessoais possuem camadas de tempo

que refletem os “espaços de experiência” do titular do arquivo, e estes estão associados ao passado atual, no qual os acontecimentos voluntários e involuntários foram desenvolvidos e podem ser lembrados. Sob este prisma, “Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento” (Koselleck, 2006, p. 309). Ademais, concordo que as experiências individuais de cada sujeito transmitidas por “gerações e instituições” sempre estarão intrínsecas e que é “conservada uma experiência alheia” (Koselleck, 2006, p. 310), que no caso desta pesquisa se refletirá nas comunicações de dois inspetores escolares que foram guardadas por Elpídio. A categoria de “expectativa” pode nos ajudar a compreender a relação que o titular do arquivo e suas conexões construíram com o futuro presente, para o previsto, movimentando sentimentos e ambições.

> Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (Koselleck, 2006, p. 310).

Neste cenário, compreendo os documentos armazenados por Elpídio em seu arquivo pessoal como provas de suas experiências vividas no âmbito profissional; e que a partir de sua guarda, estes passam a ser ressignificados pelo titular, acessando um horizonte de expectativas permeadas pelas intenções de Elpídio em preservar aquele passado, projetando-o para o futuro.

2.2 O INDIVÍDUO E SEUS VESTÍGIOS: O QUE GUARDA O ARQUIVO PESSOAL

Os estudos de Heymann (2013) acerca do arquivo de Darcy Ribeiro contribuem para uma reflexão sobre as várias fases de um arquivo pessoal e auxiliam na compreensão dos fundos documentais ou pessoais como resultantes naturais das trajetórias individuais em vez de serem considerados como produtos de intenções e investimentos pessoais (Heymann, 2013). A autora enfatiza a importância de explorar as particularidades do processo de acumulação de documentos, um processo que se caracteriza por uma dinâmica operada em diferentes momentos ao longo do tempo que reflete a relação do titular com a preservação de seus documentos ao longo dos anos. Suas observações sugerem a análise do percurso seguido pelos documentos e da acumulação documental realizada pelo titular, e também a organização, muitas vezes feita posteriormente, do arquivo pelo profissional.

Elpídio Barbosa foi, com certeza, um profissional da educação extremamente empenhado em diversas esferas de seus cargos frente ao sistema educacional catarinense, e esta

afirmação se apoia nos estudos recentes de Gentil (2015), Cunha (2017), Oliveira Junior (2015), Rosso (2019) e Oliveira (2023). Para nortear esta pesquisa e mapear o que já foi escrito sobre Elpídio Barbosa, foi realizado um levantamento de artigos, periódicos, monografias, dissertações e teses das áreas de História ou Educação ou História da Educação que contenham no assunto, no título ou no resumo "Elpídio Barbosa" (entre aspas, para filtrar somente as pesquisas que contenham o termo). As buscas foram realizadas na plataforma da Scielo, do Google Acadêmico e do Portal de Periódicos CAPES, estendendo-se até a Biblioteca Universitária da UDESC e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Quadro - Levantamento de obras que abordam Elpídio Barbosa.

TIPOLOGIA DA OBRA	TÍTULO	AUTOR(ES/AS)	ANO
Artigo	Higienizando corpos, mentes e hábitos: análise comparativa da disciplina "higiene" nos grupos escolares catarinenses nas reformas "Orestes Guimarães" (1911-1935) e "Elpídio Barbosa" (1946-1969)	Julia Vieira Tocchetto de Oliveira; Gladys Mary Ghizoni Teive	2014
Artigo	O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital	Maria Teresa Santos Cunha	2017
Monografia	Conteúdo do 2º tomo: entre memórias e experiências de Elpídio Barbosa na inspeção escola (Santa Catarina 1930-1940)	Flávio Welker Merola Gentil	2013
Monografia	Um educador - deputado: a atuação do Professor Elpídio Barbosa na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1951-1955)	Joeci de Oliveira Junior	2015
Dissertação	A interferência do regime militar e religiosa no processo pedagógico do Grupo Escolar Elpídio Barbosa	João Ademir Cancilier	2011
Dissertação	O acervo Professor Elpídio Barbosa: nacionalização do ensino, culturas políticas e escolares (Santa Catarina, 1930-1940)	Flávio Welker Merola Gentil	2015
Dissertação	No silêncio ordenado: Preceitos para a educação catarinense nos cadernos do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa (1945-1966)	Mayara Becker Oliveira Silva	2023
Tese	Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor: as correspondências de Elpídio Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939/1949)	Nelson Maurilio Coelho Junior	2018

Fonte: Produzido pelo autor

O fato de o educador ter permanecido por pouco mais de três décadas frente às práticas de aplicação, gestão e fiscalização do ensino em Santa Catarina faz com que tanto sua trajetória quanto seu arquivo pessoal se constituam como terrenos férteis para garimpo de vestígios sobre esse passado por cientistas de áreas como a História, Educação, Sociologia e Arquivologia.

Com base nas ideias de Santos (2012), compreendo que os arquivos pessoais, ao representarem, igualmente, uma memória individual e uma parte da memória coletiva, contribuem, juntamente com os arquivos de origem institucional, para a preservação do patrimônio documental e para a compreensão das sociedades modernas. Do mesmo modo, atraem grande interesse como fontes de pesquisa e possuem uma singularidade única, e eles podem até não serem criados com um propósito histórico e cultural inicial, mas são formados ao longo da vida por homens e mulheres e adquirem seu valor testemunhal devido à ação daqueles que os produziram e/ou identificaram, atribuindo-lhes significado social e cultural. Dialogando com o autor, no campo da historiografia, podemos entender que:

> Valorizado pelos historiadores, o arquivo pessoal se distingue pela capacidade de apresentar, em meio às ações que revelam os vínculos do indivíduo com as instituições sociais, aquelas ligadas ao universo das relações de amizade e de amor, escolhas intelectuais, obsessões etc. (Santos, 2012, p. 22).

Como ponto de ligação e manifestação da memória para o arquivo pessoal, temos a ideia de documento. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 73), documento é a "[...] unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte". Já para Paes (2004, p. 26), documento se manifesta como o "[...] registro de uma informação independentemente da natureza do suporte que a contém". Bellotto (2014, p. 38) conclui que:

> [...] o documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografa, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, enfim, tudo que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana.

Em suma, tudo o que foi criado ou alterado pelo homem, desde que tenha resistido ao seu tempo, pode servir como documento, fonte de estudo para o historiador. De acordo com Le Goff (1990, p. 537):

> O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Partindo do aspecto legal mais atual que nosso país possui acerca da noção de patrimônio, a Constituição brasileira promulgada em 1988 toma o documento como uma das faces que compõem o Patrimônio Cultural brasileiro, como exposto no Art. 216:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

> I - As formas de expressão;
> II - Os modos de criar, fazer e viver;
> III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, p. 123).

Assim, é evidente que o patrimônio cultural do Brasil é composto de todas as formas de expressão, sejam elas materiais ou imateriais, representando a memória da sociedade, o que inclui os documentos. A Constituição também reconhece a necessidade da preservação dos bens culturais do Brasil, conforme mencionado no parágrafo primeiro do Artigo 216:

> O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988, p. 123).

Dessa forma, compreendo os documentos que fazem parte do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa como portadores de vestígios produzidos em uma temporalidade e cultura específica por darem a visibilidade a aspectos dos modos de viver e a memória de um povo. Por isso, esses documentos passam a compor o mosaico que constitui o patrimônio educacional de Santa Catarina.

Parto do entendimento de que o patrimônio pode ser formado por monumentos, edifícios e residências históricas, objetos tridimensionais, obras de arte, conhecimentos, tradições, métodos de produção, localidades, materiais escritos em diversos suportes e muito mais. De acordo com Horta (2000, p. 29), o patrimônio cultural se apresenta como um "[...] conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, objetos, monumentos e sítios, ritos ou celebrações, hábitos e atitudes". Nesta esteira, também fazem parte do patrimônio os documentos que estão sob a guarda de arquivos e centros de documentação – essas instituições mantêm em seus acervos uma ampla gama de documentos relacionados a diversas áreas do conhecimento.

Para Ferreira (2006, p. 80), o patrimônio pode ser interpretado como esse contínuo esforço de "[...] resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si". Nesse viés, compreendo que a percepção de tempo e da identidade de cada sociedade trabalha em conjunto para reconhecer algo como patrimônio, e, mais do que apenas reconstituir o passado supostamente preservado ou retido, a preocupação intrínseca é garantir o presente e projetá-lo para o futuro, com o patrimônio não sendo somente esse lugar de identidade, de passado

contido, mas “um apelo ao presente e ao futuro, uma ressignificação do mesmo” (Ferreira, 2006, p. 81).

De acordo com as ideias de Pereira Filho (2023), para relacionar os diferentes tipos de documentos com a noção de patrimônio, é preciso partir de dois olhares:

> [...] o primeiro centra-se na própria ideia de documento como fonte de pesquisa, pautada pela necessidade de alargar as concepções restritas de representatividade documental, enquanto o segundo foco se dirige para as práticas voltadas para o reconhecimento formal dos acervos documentais como entes e coisas passíveis de patrimonialização. Ambos os olhares convergem para a importância de se destacar o documento como dimensão potente e inventiva de qualificar o que nomeamos de patrimônio. (Pereira Filho, 2023, p. 295).

Assim, entendo que o patrimônio simboliza fragmentos preservados de uma ou mais vidas, algo que foi realizado naquele objeto ou construção sob determinadas relações de poder e produção; em outras palavras, o patrimônio carrega consigo tempo e experiências. No caso das comunicações escritas pelos inspetores escolares e analisadas nesta pesquisa, considera-se que elas não têm utilidade apenas pelo seu fim inicial, que é passar uma mensagem de um ponto a outro; elas também ecoam fatores como o porquê e sob qual contexto foram produzidas, informam sobre a cultura e as formas de se comunicar na época, as expressões utilizadas, a própria caligrafia e o fato de terem sido guardadas em um arquivo de um educador importante na educação catarinense. Isso as configuram como patrimônio educacional do Estado, pois refletem marcas, memórias e vestígios que nos informam sobre um período pretérito de nossa história que são passíveis de pesquisa, análise e ações de salvaguarda.

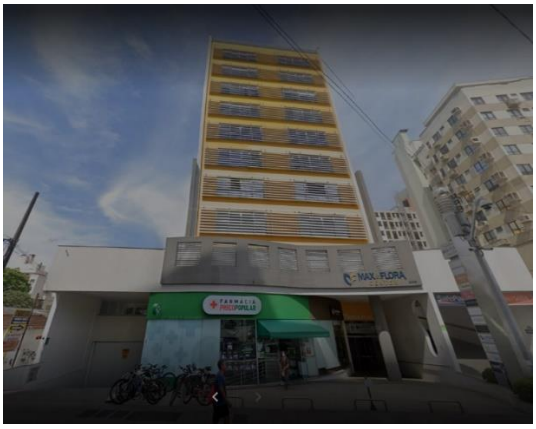
Com o objetivo de atuar como um espaço formativo destinado a desenvolver pesquisas, receber, tratar e armazenar arquivos pessoais de educadores catarinenses e documentos em diversos suportes, o Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), criou em 2012 o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). Além da Coleção Elpídio Barbosa, o acervo do IDCH também é constituído pela Hemeroteca Digital Catarinense (em parceria com a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina), pelo Arquivo Digital de Mapas Catarinenses (em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento, Diretoria de Estatística e Cartografia), pelo Espaço Eglê Malheiros & Salim Miguel, pela Coleção Victor Márcio Konder, pelo Acervo do Prof. Walter Piazza e também o Acervo Ditadura em Santa Catarina. (IDCH, 2024).

Ilustração 1 – Imóvel que abriga o IDCH e se encontra em reforma.

Fonte: Carol Hommerding (Ascom/Udesc/Faed).

Situado inicialmente na rua Visconde de Ouro Preto, número 457, no Centro de Florianópolis/SC. Trata-se de uma edificação construída no final do século XIX e tombada pelo Patrimônio Histórico do Município. O antigo imóvel encontra-se em reforma para sanar uma série de problemas estruturais – em 2021 o prédio precisou ser interditado e os acervos e demais materiais de pesquisa disponibilizados no local foram removidos para outro endereço, devido ao risco de desabamento de estruturas da edificação. O edital para restauro do edifício foi lançado em janeiro de 2022 e a assinatura para a ordem de serviço ocorreu em junho de 2023. Por esse motivo, as visitas empenhadas durante esta pesquisa ocorreram no local provisório que a instituição providenciou, situado em uma sala de um prédio comercial no bairro Trindade, em Florianópolis/SC.

Ilustração 2 – Prédio Comercial que abriga temporariamente o IDCH, situado na rua Lauro Linhares, 2055 - sala 602.



Fonte: Google Maps.

Conforme consta em seu *site* institucional[7] (IDCH, 2023), dentre as atividades do IDCH, na qualidade de um centro de documentação, estão: o recebimento de acervos públicos e privados para tratamento e armazenamento; a criação e manutenção de acervo bibliográfico e de periódicos científicos nas áreas das Ciências Humanas; a formação, guarda e acessibilidade aos acervos documentais e audiovisuais e a criação de base de dados; e a divulgação e disseminação de informações resultantes dos projetos e das ações do Instituto.

Para compreendermos o papel de um centro de documentação em relação a outras instituições de guarda – neste caso, a biblioteca e o arquivo –, utilizo como exemplo os escritos de Bellotto (2014, p. 39):

> Os fins, no caso da biblioteca, serão culturais ou científicos; no caso do arquivo, os documentos administrativos e jurídicos, sendo estes, a longo prazo, históricos. O documento da biblioteca instrui, ensina; o do arquivo, prova. O centro de documentação, por sua vez, no que se refere à origem, produção e fins do material que armazena, representa um somatório das duas instituições anteriormente indicadas. Isso porque, definido o centro de documentação como a "transposição das informações primárias para outros recursos", ele termina por assimilar aquelas características a elas inerentes. Sua finalidade é informar cultural, científica, funcional ou juridicamente, conforme a natureza do material reproduzido.

Na esteira da preservação da memória coletiva da sociedade, os três tipos de instituições exercem funções de extrema importância e que atuam como pontes que possibilitam acessar informações e vestígios de tempos passados e, ao mesmo tempo, assimilar suas relações com a sociedade atual. Entendendo o arquivo como depositário desses vestígios, e dialogo com Paul Ricouer (2007, p. 177) nesta pesquisa para delimitar minha compreensão acerca da ideia de arquivo como "[...] o lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber o rastro documental". De igual maneira, os estudos de Assmann (2011) elaboram um pensamento envolvendo as múltiplas faces da memória, seus meios de constituição e o papel das instituições de guarda:

> [...] a memória experiencial das testemunhas da época, caso não se deva perder no futuro, deve traduzir-se em uma memória cultural da posteridade. Dessa forma, a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento. (Assmann, 2011, p. 19).

Focando na composição dos documentos que representam o arquivo pessoal de Elpídio Barbosa, é possível analisar facetas diversas relacionadas à rotina dos profissionais encarregados da gerência do sistema educacional de Santa Catarina. Esse arquivo possui, como

[7] Disponível em: https://www.udesc.br/faed/idch

maioria, documentos referentes ao antigo Departamento de Educação[8], e isso se justifica pelo fato de que o titular participou diretamente e por sucessivos anos do esqueleto burocrático e organizacional que compunha o sistema escolar do estado de Santa Catarina.

Elpídio Barbosa possui uma coleção de cadernos volumosos que ele mesmo nomeou de "tomos". Essa nomenclatura é encontrada em alguns cadernos do conjunto que se distinguem por terem um índice na primeira página e trazerem colagens/cópias das legislações da época, normativas e diretrizes governamentais para a educação. Esses cadernos podem ser identificados, também, como uma forma de "coleção de si", que têm como objetivos preservar a melhor lembrança de si mesmo além de guardar documentos necessários à sua atuação, geralmente por meio da mediação socialmente aceita de objetos que já possuem valor ou que um dia terão maior estima (Ribeiro, 1998, p. 45). Nesse viés, a estima de Elpídio Barbosa está relacionada à sua imagem como figura pública: um homem da elite intelectual e um profissional da educação regional. A composição dos documentos reunidos por Elpídio em seu arquivo gira em torno dos seguintes itens:

- Revistas educacionais;
- Livros diversos - Legislação;
- Coleção sobre legislação escolar;
- Coleção legislação sobre o ensino;
- Coleção legislação de ensino;
- Coleção Constituição;
- Coleção encadernado com;
- Legislação catarinense – Leis, Decretos e Resoluções;
- Legislação estadual;
- Livros diversos;
- Circulares. (IDCH, 2023).

É possível obter mais detalhes sobre cada conjunto acima mencionado mediante acesso ao sumário de obras virtual disponibilizado diretamente no *site* do IDCH, e nele podemos visualizar imagens referentes a cada item. É importante destacar que os telegramas que são objeto de investigação desta pesquisa ainda não foram colocados na lista de documentos fornecida pela instituição.

As variadas coleções reunidas por Elpídio indicam vestígios valiosos que refletem sua carreira profissional e seu apreço pelas leis, e a maior parte de seu arquivo é composto de documentos de cunho legislativo voltados à educação, ou seja, muitos são decretos, normativas, leis, projetos de lei, constituições, regulamentos de ensino e instrução, programas de ensino, regimentos, resoluções e atas de reunião dos inspetores escolares. Essa composição indica que o titular se muniu desses documentos para constante consulta durante sua rotina de trabalho.

[8] Órgão anterior à criação da Secretaria de Educação, possuía um grupo restrito de inspetores escolares. Até 1945 tinha em sua composição dezoito deles, no máximo.

Artières (1998, p. 10) escreve sobre o ato de arquivar a própria vida: "[...] arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros". Podemos perceber nesta prática uma noção de perpetuar a si mesmo, uma intenção de deixar um legado que reflita uma parcela de sua imagem, uma espécie de construção que resistirá mesmo após a morte de seu produtor. O mesmo autor explana na sequência que esse ímpeto, essa vontade de guardar e organizar, está conectada também ao autoconhecimento; "Refletir sobre esse 'arrumar-se' é em suma falar de uma coisa comum, perseguir esse infra-ordinário, desentocá-lo, dar-lhe sentido e talvez entender um pouco melhor quem somos nós" (Artières, 1998, p. 10).

Outro vestígio que pode ser notado no conjunto de documentos é o fato de que trinta itens foram produzidos posteriormente à morte de Elpídio, que ocorreu em 16 de outubro de 1966. A presença desses documentos sinaliza que foram adicionados ao arquivo do educador por terceiros, provavelmente por serem itens que versem sobre a educação catarinense e que manifestem valor instrucional e informacional.

Esse fato faz com que seja interessante jogar luz sobre a própria trajetória do arquivo até ser movido para o IDCH. Os estudos de Gentil (2015) indicam que os documentos guardados por Elpídio residiam em seu gabinete no Conselho Estadual de Educação – ele foi o primeiro presidente do órgão, inaugurando o cargo em 1962 e permanecendo neste até a data de seu falecimento. O profissional foi homenageado posteriormente com a criação de uma premiação que está ativa até os dias atuais, a qual carrega o seu nome e é concedida pelo CEE. O "Prêmio Educador Elpídio Barbosa" foi promulgado em 1992 com o intuito de homenagear professores atuantes em Santa Catarina, e este reconhecimento de gerações posteriores reflete a importância depositada em sua figura como um dos expoentes da educação catarinense. A Resolução nº .071/92/CEE/SC, que atribui a premiação, explana que ele é

> [...] concedido anualmente pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, a pessoas físicas e jurídicas que se tenham destacado no desenvolvimento da educação catarinense em todas as modalidades e sistemas do ensino fundamental, médio, profissional e educação superior voltada à formação de professores (CEE, 2023).

Ainda na esteira do percurso de seus documentos, o CEE não possuía como função principal a salvaguarda de qualquer documentação, somente os mantinha em suas dependências provavelmente em função da memória do seu presidente e não havia preocupação com a organização, catalogação ou conservação deste conjunto documental, o que ocasionou uma deterioração natural vinda da ação dos elementos e do tempo, propiciada pela falta de acondicionamento adequado.

Posteriormente e já bastante deteriorados, os documentos migraram para uma sala situada embaixo do edifício histórico que na época constituía a Faculdade de Educação (FAED)[9] e ali ficaram armazenados até a migração ao Museu da Escola Catarinense[10] em 2007, que passou a ocupar o antigo prédio da FAED e integrou os documentos ao seu acervo. No MESC ocorreram as primeiras e tímidas práticas de catalogação e salvaguarda sobre os documentos vindo do CEE, e alguns dos tomos receberam capas, identificação e enumeração, porém não passaram por processo de higienização e ainda foram mantidos em caixas de papelão.

Com este cenário posto, é evidente que a passagem dos documentos pelo MESC representa uma parte importante de sua história. Não só os arquivos mantidos pelo Professor Elpídio Barbosa, mas também outros arquivos profissionais podem ser encontrados no MESC. Conforme apresentado por Cunha (2009) em suas pesquisas, uma série de doações foram realizadas para o Museu da Escola no decorrer da década de 1990, e a maioria delas foi proveniente de ex-professores, ex-alunos e seus familiares. As doações eram recebidas pela instituição com o objetivo de "[...] garantir espaço para conservação e salvaguarda desses materiais, que custou vidas e teve preço e foram muitas vezes considerados como ordinários, sem valor de troca" (Silva; Enderle, 2012, p. 3). Neste sentido, tudo indica que esta intenção por parte da entidade acabou adicionando a esses documentos um novo valor e significado, pois agora estavam começando a receber visibilidade e atenção. Esse beneficiamento está alinhado com as funções que o MESC possui, descritas por Makowiecky e Goudard (2020, p. 261) e que giram em torno de:

> [...] prestar serviços à sociedade através da valorização e reconhecimento do patrimônio sobre a educação escolar em Santa Catarina de uma forma ampla, contribuindo à pesquisa, divulgação científica e preservação do acervo, bem como integrar o Museu a um roteiro de espaços e atividades culturais, cooperando à revitalização da área central da cidade.

Os documentos permaneceram dentro de caixas papelão e sob guarda do MESC até abril de 2013. Até aqui podemos tecer que o arquivo pessoal de Elpídio Barbosa não constitui um conjunto de caráter privado, ou seja, os documentos não foram transferidos de sua casa para uma instituição: estes consistem em papéis acumulados ao longo dos anos em decorrência das atividades desempenhadas à frente do Departamento de Educação e de outras funções políticas e administrativas. Contudo, o arquivo mantém uma designação pessoal e leva o nome do educador pois foi, em sua maioria, organizado por ele e, atualmente, representa um fundo único,

---

[9] A FAED, criada em 1963, foi instalada no prédio construído para ser a Escola Normal Catarinense, em 1924, e esteve situada na rua Saldanha Marinho, número 196, no Centro de Florianópolis/SC até 2007, quando se mudos para o *campus* um da Universidade do Estado de Santa Catarina, no bairro Itacorubi, em Florianópolis.

[10] O prédio da antiga FAED hoje é ocupado pelo Museu da Escola Catarinense.

possuindo características distintas de uma coleção de si e se caracterizando tanto como um arquivo pessoal quanto profissional. Essas características são evidenciadas, por exemplo, pelo número de decretos relativos a suas promoções, documentos relativos às Semanas Educacionais, mapas da região que ele percorria em suas inspeções, fotografias com autoridades, convites, boletins, atas de reunião e cadernos com colagens de notícias de jornal acerca de si mesmo e também do cenário educacional catarinense. Esses documentos têm origem em atividades cotidianas e resultam de um processo seletivo – e entendo que esta seleção girava ao redor de sua vida profissional e pessoal.

Nesta esteira, ao percorrer os tomos criados por Elpídio é possível encontrar registros de trajetórias e experiências diversas revelados por meio de fotografias, correspondências e recortes de notícias de jornais. Esses recortes pessoais foram cuidadosamente selecionados e refletem sua rede de contatos sociais e uma atenção meticulosa à construção de sua imagem como figura pública. Os recortes de notícias abordam a repercussão pública de seus discursos, já as mensagens e cartas de apoio de seus colegas de partido, quando analisados, podem lançar luz sobre o período histórico e, em particular, sobre os métodos de sua autoconstrução. Nos "tomos", foram guardados os registros de suas viagens na condição de inspetor escolar, as celebrações públicas que participou e até mesmo aquelas que foram organizadas por ele próprio ou por seus colaboradores.

Para Cunha (2016, p. 8), "[...] esses registros são analisados como maneiras de 'construção de si', representando testemunhos de uma época que parecem indicar estratégias para legitimar seu nome e trabalho". Dessa forma, entendo que eles sugerem uma tentativa de forjar uma reputação de destaque por meio de sua atuação com o nome de Acervo Professor Elpídio Barbosa. Com base nos estudos de Possamai (2020), torna-se importante reafirmar a existência de uma relação direta entre a memória preservada em acervos e a noção de patrimônio:

> [...] acervo designa um conjunto de bens estabelecidos como patrimônio de uma instituição ou de uma coletividade, e, nesse sentido, sua preservação é assegurada às futuras gerações pelos valores que representa à sociedade, sejam estes de caráter histórico, cultural, artístico, afetivo, de raridade ou ineditismo, entre outros. Assim, a existência de acervos envolve, por um lado, um acúmulo realizado no decurso do tempo, quer por pessoas, grupos, associações ou instituições. Por outro lado, a perenidade de qualquer acervo é assegurada pelo desejo de conservação e pela atribuição de valores, por indivíduos, instituições e pela sociedade, ao conjunto reunido. (Possamai, 2020, p. 47).

A transição do conjunto de documentos guardados por Elpídio Barbosa do Museu da Escola Catarinense para o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas ocorreu em dezesseis de abril de 2013. Em função da crescente demanda de pesquisas a partir

dos documentos de Elpídio e a necessidade de uma reforma no prédio do MESC, foi feito um pedido pelas professoras Cristiani Bereta da Silva e Maria Teresa Santos Cunha, ambas docentes do Departamento de História da FAED, para que o arquivo passasse a guarda, primeiramente provisória e depois definitiva, ao IDCH, que na época já resguardava arquivos pessoais de educadores/professores catarinenses. A transferência recebeu o aval do MESC e da Direção de Pesquisa da FAED/UDESC à época e o apoio do Setor Jurídico da UDESC por meio da outorga de um Termo de Cessão ao IDCH/UDESC. Na sua chegada ao IDCH, o arquivo foi, inicialmente, alocado em uma sala no andar térreo do prédio – fator importante para dar continuidade nos tratamentos dos documentos e também para oxigenar e propiciar mais possibilidades de pesquisa pela comunidade acadêmica. Vale salientar que Elpídio Barbosa foi o primeiro reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, fato ocorrido em 1965. Dessa forma, a chegada dos documentos ao IDCH é simbólica e de interesse da própria instituição, e também dialoga com os objetivos elencados em seu regimento interno:

> • Constituir-se em um espaço de guarda de documentação e memória científica relativas às pesquisas que tenham por objeto a sociedade contemporânea em seus aspectos histórico, educacional e socioambiental;
> • Catalogar, armazenar, tratar, disponibilizar os resultados das pesquisas nos seus diversos suportes e disponibilizá-la ao público em geral;
> • Assegurar a interdisciplinaridade necessária para os estudos na área de Humanidades;
> • Estimular a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa;
> • Disponibilizar a comunidade acadêmica, redes escolares nos diversos níveis, pesquisadores/as e demais interessados/as, o acesso aos acervos sob a guarda o Instituto. (IDCH, 2016).

A partir de sua entrada no IDCH, foram realizados uma série de procedimentos[11] para possibilitar a pesquisa e o manuseio dos documentos de forma adequada e resguardá-los da melhor forma das ações de degradação naturais que os suportes sofrem. As ações aplicadas giraram em torno da higienização dos itens, alocação em ambiente adequado e inventariação do conjunto, e assim os itens foram limpos e foi criado um índice geral de obras para facilitar sua consulta pela comunidade.

Ilustração 3 – Beneficiamento recebido pelos documentos no IDCH.

[11] Os procedimentos de limpeza, guarda e preservação foram realizados sob a orientação geral da Bibliotecária Iraci Borszcz com apoio de bolsistas de pesquisa e da Coordenação do IDCH, à época exercida pela Prof.ª Dr.ª Maria Teresa Santos Cunha.

Fonte: Cunha (2016).

Essas medidas possibilitaram que de 2013 até o 2024 uma série de pesquisas tenham sido realizadas sobre o arquivo pessoal de Elpídio, o que resultou numa produção expressiva de artigos, monografias, dissertações e tese de doutorado. Destaco que os trabalhos de Cunha (2009; 2016; 2019), Cunha e Almeida (2021), Gentil (2015), Coelho Junior (2017) e Silva (2023) foram de suma importância para compor o quadro de saberes que auxiliou na escrita desta pesquisa.

2.3 AÇÕES DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E O DEVIDO ACESSO À FONTE: UM RELATO

Considerando as possibilidades de pesquisa que utilizam os arquivos pessoais como fonte, torna-se urgente trabalhar com o viés da sua salvaguarda, ainda mais no cenário atualde que os arquivos pessoais se encontram cada vez mais nos radares das pesquisas em diversas áreas. Nesse sentido, esta seção do trabalho foi direcionada a relatar uma série de práticas adotadas para acessar de forma segura os telegramas e fonogramas que foram objeto de análise desta pesquisa, criando uma série de acondicionamentos apropriados que beneficiarão igualmente futuras pesquisas que venham a manuseá-los e analisá-los.

Para tanto, situo os procedimentos aplicados aqui com base em Cassares (2000) como pertencentes ao grande guarda-chuva que constitui a ideia de preservação em acervos de biblioteca e arquivos, esta vista como um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. Já a conservação preventiva se insere neste leque de estratégias a partir de três conjuntos de ações básicas constituídas pela:

> - Higienização, que corresponde à limpeza de superfície, isto é, à retirada de poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, por meio de técnicas apropriadas que se aplicam a intervalos regulares e que são vitais para a conservação adequada dos suportes.
> - Pequenos reparos, intervenções que podem ser executadas, de acordo com critérios técnicos rigorosos, para interromper processo de deterioração em andamento.
> - Condições de acondicionamento e armazenamento dos documentos, segundo seus aspectos físicos. (Seripierri *et al*., 2005, p. 33-34).

Antes de dar início às ações que foram aplicadas no conjunto de telegramas em foco, foi realizado um diagnóstico do estado de conservação dos documentos, que foi procedido por meio de um exame visual em que foram identificados os tipos e a extensão dos danos presentes em cada um deles. De forma geral, o conjunto estava em estado regular de conservação. Das análises, destacam-se as seguintes características:

- o suporte é constituído por papel madeira, baixa gramatura e fabricado entre as décadas de 1930 e 1940;
- as folhas são picotadas;
- apresentam manchas de oxidação na lateral esquerda, provavelmente advinda de metal constante em pasta arquivo;
- contém sujidades, dobras, vincos, perda de suporte e amassados;
- pigmentos desconhecidos. Hipótese: tinta carbonada; grafite; tinta de máquina datilográfica; tinta de carimbo.

Também foram realizados três tipos de testes químicos: Teste de pH; Teste de solubilidade dos pigmentos; Teste de absorção de água nos papéis. A água utilizada para essa testagem foi a ionizada, de pH 7. Esses procedimentos ajudam a determinar as possibilidades de tratamento adequado à real condição dos documentos.

Ilustração 4 – Quadro de resultados dos testes realizados nos documentos.

Documento	**Teste de pH**	**Solubilidade do pigmento em água**	**Teste de absorção**
Telegramas	pH 7	Não solúvel	Ruim
Formulários de fonogramas	pH 7	Não solúvel	Ruim
Recibo de telegrama	pH 7	Não solúvel	Ruim
Primeira via de formulário de telegrama	pH 7	Não solúvel	Ruim

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com os dados do diagnóstico e dos testes químicos, foi criada a proposta de tratamento descrita a seguir.

- Descarte de partes destacáveis dos telegramas que estavam soltos entre os documentos e não apresentavam informação.
- Higienização com trincha japonesa número 3. A higienização com pó-de-borracha foi descartada logo no início devido à fragilidade do suporte. Em seu lugar, sugeriu-se a higienização com a almofada de limpeza com *Cleaning Pad*. Esse material é composto de um tecido especial que libera partículas de pó-de-borracha natural que age como higienizador profundo nas fibras de papel. No entanto, indicou-se a necessidade de um teste para verificar se o pigmento não seria afetado.
- Amenização dos vincos primeiramente com espátula de osso nas marcas de dobras maiores e com hastes de algodão embebido em água deionizada pH 7 nas dobras quebradiças, fazendo uso, nesse caso, da espátula térmica.
- Planificação.
- Amenização da oxidação da lateral esquerda com espátula de osso.
- Acondicionamento primário com jaquetas de papel Filifold 300 e filme de poliéster.
- Acondicionamento secundário em caixa em cruz confeccionada sob medida.
- Acondicionamento terciário em caixa confeccionada sob medida.
- Envolver a série de 10 folhas de telegrama que não possuem informação em uma folha de papel alcalino.

A limpeza com trincha retira partículas maiores que possam estar em contato com os documentos, já a limpeza com *Cleaning Pad* elimina sujidades menores aderidas ao papel. A amenização das dobras e dos vincos facilita o processo de planificação, além de prevenir a quebra e perda do suporte. O processo de planificação permite nivelar os amassados e facilitar a organização dos documentos a partir da padronização dos tamanhos, aproximando-os, assim, do formato original. A retirada da oxidação com espátula de osso ameniza a sua migração para o restante do documento.

O acondicionamento com papéis de reserva alcalina da série Filifold 300 é realizado para minimizar a migração ácida entre os documentos da pasta e fornecer estrutura para o seu manuseio. As jaquetas de filme poliéster, além de barreira física contra a migração ácida, protegem os documentos durante o manuseio e previnem o atrito entre eles quando forem guardados.

Com a proposta criada, seguiu-se para a sua aplicação. Primeiramente foram descartadas as laterais das minutas de telegrama que se encontravam soltas pelo arquivo. Procedeu-se a higienização mecânica de forma que, para as minutas de telegrama, foi utilizada somente trincha japonesa número 3 de pelo de ovelha, pois constatou-se que o pigmento contido nelas é grafite, o que impossibilita a limpeza com *Cleaning Pad* sem causar perda de informação. Nos outros três conjuntos de documentos, além da trincha japonesa, foi utilizado o *Cleaning Pad* para remover sujidades profundas.

Na fase seguinte, deu-se o início ao processo de amenização dos vincos e das dobras existentes nos documentos. Foi utilizada primeiramente a espátula de osso aplicada com pressão e cuidado nos vincos, seguido da aplicação de uma haste de algodão molhada em água deionizada pH 7 nas arestas das dobras com a finalidade de soltar as fibras do papel. Com o papel umedecido, foi aplicada a espátula térmica Hangar 9, a 78 ºC, para amenizar os vincos e iniciar o processo de planificação. Para a planificação, o documento foi envolvido em *voil* e entrefolheado com papel mata-borrão. Sobre eles foram colocados peso de pedra que exerceram pressão nos documentos por dois dias.

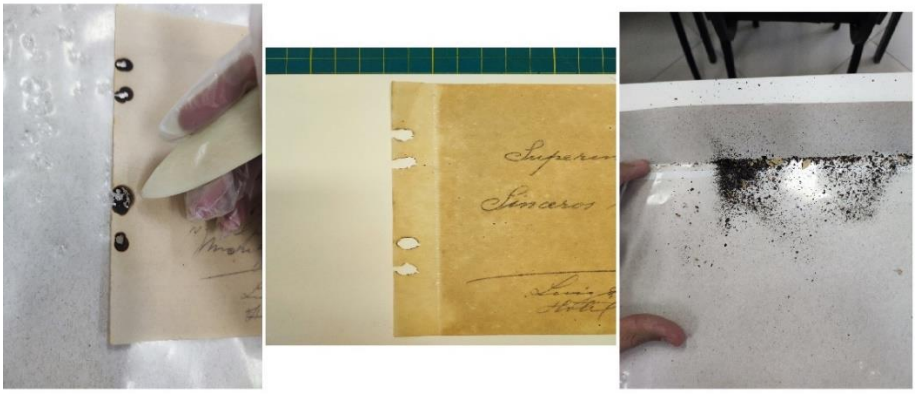
Ilustração 5 – Higienização e planificação.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Deu-se sequência no processo com a retirada de partes de papel oxidadas na lateral esquerda dos telegramas, provavelmente ocasionadas pelo longo período de contato do papel com os grampos de metal que prendiam as folhas na pasta arquivo. Essa região do papel afetada foi retirada parcialmente com a utilização de uma espátula de osso aplicada com pressão – esse

procedimento não sana totalmente a oxidação do documento, porém ameniza e desacelera muito o processo.

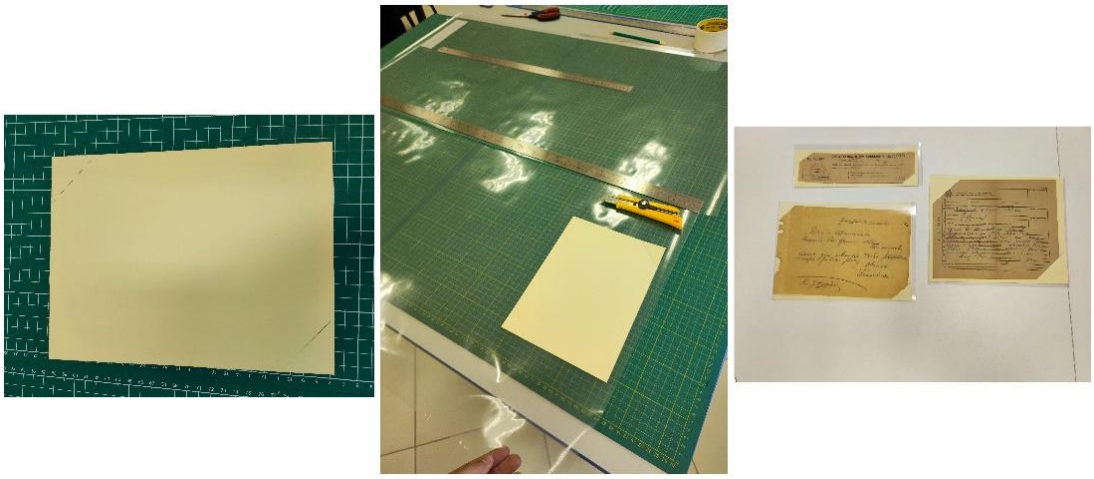
Ilustração 6 – Retirada do excesso de oxidação.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Com a finalização do processo descrito acima, partiu-se para a etapa de acondicionamento. Para o acondicionamento primário foram cortados cartões de papel Filifold 300 medindo 0,5 cm a mais que os documentos, visando fornecerem estrutura a eles de forma individual. Para a fixação dos documentos no cartão, foram feitos cortes nas laterais dos cartões para o encaixe dos cantos. Na sequência, foram confeccionadas as jaquetas de papel poliéster, e estas têm o dobro da medida dos cartões e foram dobradas ao meio para envolver os documentos já encaixados nos cartões.

Ilustração 7 – Acondicionamento primário.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Para acondicionamento secundário, foi feita uma caixa em cruz utilizando papel triplex, cola e uma fita de tecido para amarrar o conjunto. Possui a medida de 24 cm de comprimento x 25 cm de largura x 6 cm de altura e serve para segurar os documentos dentro da caixa de modo que não se movam durante o manuseio e transporte.

Para finalizar, como acondicionamento terciário foi confeccionada uma caixa de papelão gramatura 1,4 mm envolto em folha de papel alcalino 0,90 mm. A caixa tem como medida 33 cm de comprimento x 26 cm de largura x 7 cm de altura e tem a função de acondicionar o conjunto como um todo, evitando o extravio das peças e constituindo, em um único invólucro, toda a coleção. Além disso, essa caixa acrescenta proteção contra agentes externos.

Ilustração 8 – Acondicionamento secundário e terciário.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

O produto final deste trabalho é uma caixa de dimensões 33 x 26 x 7 cm, confeccionada com material alcalino, que comporta o maior telegrama envolto em jaqueta de poliéster e papel Filifold 300, de dimensões 31 x 23 cm, juntamente com uma caixa em que se encontram 64 cartões de papel Filifold 300 envoltos em 64 jaquetas de poliéster e um envelope de papel alcalino que resguarda as 10 folhas de telegrama em branco. Este conjunto, por sua vez, resguarda os documentos relativos à comunicação de inspetores escolares entre os anos de 1939 e 1942.

Ilustração 9 – Resultado.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Essa forma de armazenamento facilita o manuseio dos documentos por parte do usuário, minimizando os danos que podem ser causados pelo contato direto. Além disso, preserva os itens de possíveis danos derivados do ambiente externo, especialmente a luz, a poeira e o extravio. Com base nisso, os telegramas que foram guardados no arquivo pessoal de Elpídio Barbosa, produzidos por Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão, foram também alvo de ações para prolongar a sua vida útil e, consequentemente, contribuir para a preservação da memória educacional de Santa Catarina. Esse processo foi de suma importância para o andamento da presente pesquisa, pois analisar os documentos na forma original em que foram encontrados provavelmente acarretaria na perda de suporte e informação em algum nível, isso porque os papéis de baixa gramatura podem ser rasgados facilmente, e a escrita com o grafite como pigmento é muito sujeita a apagar ou borrar com o simples contato ou fricção.

3 TRÊS INSPETORES A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO CATARINENSE: TRINDADE, AREÃO E ELPÍDIO

> O poder de mando ora concentrava-se mais na mão de um deles, ora oscilava para outro; mas é válido considerar que sempre circulou entre esses três professores – Trindade, Areão e Elpídio – que passaram a ser conhecidos como "a santíssima trindade da educação". (Fiori, 1991, p. 124).

Passada a sessão destinada a tecer apontamentos sobre a constituição do arquivo pessoal/profissional de Elpídio Barbosa e sua relação com as manifestações de memória que tratam/apontam questões sobre sua produção e guarda, torna-se necessário focar na prática da inspeção escolar que deu origem às mensagens e nas trajetórias individuais dos sujeitos que produziram e armazenaram os telegramas e fonogramas que serão analisados nesta pesquisa. Aqui também será lançado um olhar sob a trajetória em terras nacionais da tecnologia que possibilitou aos personagens em foco se comunicarem, isso aliado a um histórico breve sobre a evolução das linhas telegráficas em Santa Catarina até o ano de 1942 configurando-se como uma ferramenta de grande valia aos inspetores escolares catarinenses, ainda mais sob o contexto de centralização e burocratização característico do período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo.

De acordo com os estudos de Gentil (2014), pensar na gestão do ensino e no papel da escola em Santa Catarina durante as décadas de 1930 e 1940 implica em compreender o sistema de ensino não apenas como homens a serviço de projetos educacionais e escolas vazias, preenchidas somente por normas, ou seja, "[...] a escola jamais é um plano oco, a escola não se explica por ela mesma, mas nas relações sociais que estão ao seu entorno. As propostas escolares, dessa forma, expressam sentimentos, ideais e projetos de futuros cidadãos (Gentil, 2014, p. 2).

Desse modo, entendo que tanto o sistema educacional quanto a escola são espaços moldados por perspectivas educacionais, políticas e sociais; são nesses espaços que essas perspectivas são mais evidentes e palpáveis, tornando-se uma forma de ressonância das políticas e ações dos homens e das mulheres de seu tempo. São instituições que criam e compartilham símbolos e representações do mundo. Assim, um ambiente próprio para gerir a educação é estabelecido, um local onde a voz da lei é exercida e onde certos grupos capitalizam vantagens em detrimento de outros que não possuem força política. É um espaço impregnado de práticas de observação, poder e saber. Um espaço para monitorar, avaliar, observar e controlar.

Para Jaecyr Monteiro (1983), as quinze áreas de circunscrição escolar, nas quais o Estado de Santa Catarina estava dividido, eram compostas principalmente de vastas regiões rurais, com as escolas distantes umas das outras por dezenas de quilômetros. A falta de infraestrutura das estradas, dos meios de transporte e o número limitado de diárias disponíveis para cada inspetor tornavam essa tarefa extremamente difícil.

> No ano de 1938, quando se intensificou o processo de nacionalização, as escolas visitadas pelos inspetores, atingiam o índice de 56,5. De um total de 2.104 escolas, foram visitadas 1.190, ficando 914 delas sem qualquer orientação direta dos inspetores escolares. Além dos inspetores escolares, faziam também inspeção nas escolas, o inspetor federal das escolas subvencionadas pela União, João dos Santos Areão e o inspetor das escolas particulares e nacionalização do ensino, Luiz Sanchez Bezerra Trindade. Estes dois professores tiveram tarefa preponderante na aplicação da nova política de nacionalização do ensino, [...] ambas as inspetorias tinham sede em Florianópolis, mas seus titulares percorriam, com frequência as áreas de colonização estrangeira do Estado, fiscalizando e orientando as escolas, em face da nova legislação. (Monteiro, 1983, p. 74-75).

3.1 VIDAS EM PERCURSO: TRAJETÓRIAS NA PRÁTICA DA INSPEÇÃO ESCOLAR

> A busca do sentido, da inteligibilidade se coloca na pesquisa histórica como um gesto a mais, não separado dos outros, que procura religar os mortos aos vivos, o sujeito a seus semelhantes, indicando os lugares de sua irredutível separação, lá onde interrompem a história para construir outra, certamente pouco discernível, mas dizível. (Farge, 2011, p. 12).

Tendo como norte os procedimentos metodológicos da pesquisa documental propostos por Cellard (2008), buscarei lançar luz sobre as personagens e no contexto da atividade que produziu esses telegramas. Assim, serão tecidas considerações sobre as figuras de Luiz Sanches Bezerra da Trindade (1892-1971) e João dos Santos Areão (1892-1980) e sobre suas relações com Elpídio Barbosa, na posição de profissionais a cargo da prática da inspeção escolar pelo estado catarinense.

Em nível nacional, encontra-se a pesquisa de Vinicius Teixeira Santos (2017) que sinaliza sobre os anseios e as projeções acerca da inspeção escolar por parte dos dirigentes do império brasileiro:

> A inspeção e a fiscalização da instrução primária parecem ter se constituído em um dos temas mais candentes sobre a educação, para os dirigentes durante o século XIX. A difusão da instrução era uma utopia a ser alcançada por aqueles que desejavam colocar o Império Brasileiro ao lado das grandes civilizações europeias e, até mesmo, dos Estados Unidos. (Santos, 2017, p. 58).

No estado de Santa Catarina, conforme aponta Fiori (1991), já no ano de 1840 existia a atividade de inspeção das unidades escolares, a qual, em um primeiro momento, deveria ser feita pelos Diretores Municipais e Paroquiais e que, a partir de 1850, por meio da Lei n.º 313, passou a ser desempenhada pelas Câmaras Municipais, até o ano de 1868, data em que foi criada

a Inspetoria Geral da Instrução Pública, com o Inspetor Geral subordinado ao Presidente da Província. Como o ensino obrigatório só foi implementado a partir do ano de 1874 em Santa Catarina, não havia interesse por parte do estado imperial em dispender muitos gastos com o ato de fiscalização das escolas nem com o ensino em si.

Segundo Gonçalves (2004), a fiscalização escolar estava diretamente ligada às concepções de civilização e progresso na Província de Santa Catarina entre os anos de 1830 e 1858. Desse modo, a prática da inspeção, de acordo com a autora, fazia parte de um plano de construção de uma nação civilizada, alinhada aos interesses das classes dominantes, mantendo a ordem e as hierarquias desejadas.

> Na perspectiva burguesa, havia que se disseminar um ensino que civilizasse, que concedesse cidadania, entendida como o direito civil de reconhecer-se como brasileiro, pertencente a uma sociedade de classes, sujeito a leis e não a vontades individuais. O desenvolvimento intelectual anunciado passaria pela moralização das pessoas. Freiando-lhes os instintos e imprimindo-lhes costumes moderados, a tranquilidade pública se instalaria pelo equilíbrio e sobriedade. Todos deveriam aceitar a posição que ocupavam na sociedade, obedecer às leis e, assim, reinaria um relacionamento de respeito à tranquilidade, à propriedade e à segurança. (Gonçalves, 2004, p. 4).

Em 1888 existiam, na Província de Santa Catarina, 117 escolas primárias públicas e 12 escolas primárias particulares subvencionadas, e a matrícula total das escolas públicas era de 4.292 alunos, mas com a frequência real não ultrapassando a 4/5 da matrícula (Fiori, 1991, p. 69). Essa rede e as atividades discentes e docentes eram dotadas de quase total falta de fiscalização, muito devido a não existência de orçamento direcionado para este fim. Não existia verificação do tempo empregado pelos professores nas tarefas diárias nem dos métodos utilizados no ensino, e este cenário era mais forte nas escolas do interior, mas também podia ser percebido na capital do Estado.

Com a entrada do Brasil no Regime Republicano e o aumento da importância da escola como formadora de sujeitos aptos para a vida moderna, tornou-se necessário fiscalizar os gastos despendidos nessa instituição e verificar se os novos códigos e métodos implementados para modernizar o sistema de ensino estavam sendo aplicados. Nesse viés, a instituição escolar passou a representar uma exigência à modernização e nacionalização social pretendida, de acordo com um modelo urbano de socialização desejado, e nesse sentido a escola passou a ser:

> [...] responsabilizada pela constituição de novos hábitos de pensamento na população, transformando-se num projeto político do Estado. A escola deveria civilizar e moralizar as crianças, disciplinando seus corpos e mentes para a modernidade, incutindo-lhes esquemas interpretativos passíveis de serem aplicados em diferentes campos do conhecimento e da ação e, para tal, fazia-se necessário o florescimento de uma nova cultura escolar. (Teive, 2008, p. 227)

O cenário da inspetoria pública do Estado de Santa Catarina começa a mudar e se reorganizar efetivamente a partir da reforma do ensino iniciada durante o governo Vidal Ramos, no ano de 1911. Para Fiori (1991, p. 92), a reforma representou a adoção por parte das elites republicanas catarinenses do modelo implementado na província de São Paulo a partir de 1893 com o governo Bernardino de Campos[12].

Desde a instauração da República no País, os administradores públicos paulistas investiram em um sistema de ensino modelar, e este demarcava a escola como sinônimo de progresso e modernidade republicanos que passou a fortalecer e ampliar a hegemonia do Estado de São Paulo na federação, transformando o ensino paulista em exemplo para a implementação de reformas do ensino público em várias unidades da União (Carvalho, 2000). Essa visibilidade do sistema educacional paulista influenciou no chamado do educador Orestes Guimarães em 1910, professor e principal implementador da reforma do ensino paulista, pelo então governador catarinense Vidal Ramos. Orestes Guimarães, ao assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino, demarca que a missão pedagógica a ser desenvolvida foi resumida pelo próprio professor seguindo três frentes de trabalho, segundo Azevedo (2012):

> 1º Apresentar regulamentos, regimentos, programas e horários para o aparelhamento escolar existente e a criar-se, a saber: a) reforma da Escola Normal; b) reforma das escolas isoladas; c) criação das escolas reunidas; d) criação dos grupos escolares; e) criação das escolas complementares; f) criação da inspeção escolar. 2º Instalar, organizar e dirigir, in loco, à vista dos professores do Estado, os novos tipos de escolas, introduzindo os novos métodos didáticos a serem adotados. 3º Inspecionar as escolas reorganizadas, acompanhado dos primeiros inspetores estaduais nomeados, instruindo-os. (Guimarães, 1925 *apud* Azevedo, 2012, p. 76).

Orestes Guimarães ficou à frente da inspetoria de ensino durante quase toda a década de 1910, imprimindo fortes marcas no sistema de inspeção do período: era o responsável por dirigir tanto a parte técnica do ensino como a inspeção e fiscalização de todas as escolas do município em que estivesse; também era seu encargo opinar sobre obras didáticas, emitir pareceres quando solicitado pelo governo e também exercer por si e por intermédio de seus inspetores escolares a inspeção e fiscalização do ensino (Nascimento, 2009).

Os inspetores representavam a solução para a fiscalização do ensino e a conquista dos objetivos do Estado, em particular após a reforma de 1911, no caso de Santa Catarina, na qual convergiam interesses de difundir o ensino "moderno" e impulsionar uma cultura cívica que tinha como base a promoção do patriotismo e do nacionalismo. Nesse sentido, o trabalho dos inspetores ajudava a moldar um ideal de identidade, pensado pelos políticos e gestores

[12] Bernardino José de Campos Júnior nasceu em Pouso Alegre, Minas Gerais, em 6 de setembro de 1841. Eleito presidente do Estado de São Paulo em 18 de agosto de 1892, exerceu o cargo até o dia 15 de abril de 1896. Faleceu em 18 de janeiro de 1915 com, então, 72 anos, na cidade de São Paulo.

educacionais do período, na medida em que este se estende às "[...] maneiras de inscrever nos corpos (e mentes) o sentimento de pertencimento a uma Nação, a transfiguração da Pátria em corpo" (Vago, 2002, p. 125). Em 4 de maio de 1918, o Governo Federal emitiu o Decreto n.º 13.014, demonstrando um desejo de enfrentar a questão relacionada à educação por meio da nacionalização do ensino. Esse dispositivo legal concedeu autorização à União para subsidiar escolas particulares que oferecessem ensino primário para as comunidades de origem estrangeira. Consequentemente, os recursos federais passaram a ser repassados aos Estados para essa finalidade. Em Santa Catarina, foi criada a Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União, e o primeiro inspetor desse órgão foi o próprio educador Orestes Guimarães, que ocupou o cargo até o seu falecimento, em 1931. Posteriormente, ele foi sucedido pelo professor e inspetor escolar catarinense João dos Santos Areão.

O Regulamento Geral da Instrução Pública, aprovado em 1914[13], explana dezessete artigos que trazem detalhes e diretrizes da profissão de inspetor escolar em Santa Catarina, que era considerada um cargo de comissão e sua nomeação se dava pelo governador do Estado. O texto atribui 23 funções que seriam de incumbência dos inspetores escolares nas próximas décadas, e esses inspetores tinham a responsabilidade de verificar vários aspectos das escolas municipais, estaduais e particulares dos distritos de inspeção a partir de visitas constantes. Essas tarefas incluíam a revisão da escrituração da escola, do ambiente escolar, dos materiais escolares e, principalmente, do ensino oferecido pelos professores, garantindo que estivesse de acordo com as diretrizes estaduais. Os inspetores deveriam permanecer na escola durante todo o dia, acompanhando o seu funcionamento, observando as aulas e, se necessário, ministrando aulas práticas para orientar os professores. Também podiam recolher "[...] queixas, reclamações e representações, sobre os serviços ao seu cargo, transmitindo-as, quando não tenham competência para resolvê-las" (Santa Catarina, 1914, p. 15).

Essa posição singular de fiscalização atribuía prestígio à função de inspetor escolar; muitas visitas desses profissionais eram anunciadas previamente e noticiadas nos jornais das localidades da época, e eles também eram convidados a participar de festas e cerimônias locais.

O trabalho do inspetor escolar nesse período seguia um roteiro de escolas a serem visitadas que era estabelecido pelo inspetor geral ou pelo secretário geral de governo. A partir de suas visitas, eram preenchidos os livros e os relatórios de inspeção, que continham quadros estatísticos do desenvolvimento do ensino no distrito, com dados sobre matrícula, frequência, aproveitamento, impressões gerais e recomendações a cada instituição visitada. Também

[13] Disponível *on-line* em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101117

deveriam confeccionar “memoriais” trimestrais, com o estado e as mudanças nas estatísticas de cada distrito de se sua atribuição (Santa Catarina, 1914, p. 14). De acordo com Santos (2017), as práticas basilares de inspeção escolar já estavam presentes desde o período imperial e eram associadas à implementação de ideais de civilidade e moralidade.

> [...] a trajetória e a ação da inspeção escolar na Província de Santa Catarina (1858-1874) tiveram como horizonte de investigação e procurou entender a Inspetoria Geral como parte integrante do processo histórico relacionado à formação do Estado Nacional brasileiro, marcada principalmente pela ideia de moralidade. [...] Na medida em que a Inspetoria Geral agia sobre o ensino escolar e este ia ganhando espaço na sociedade como um meio capaz de levar os habitantes a adquirirem um dado comportamento, ao mesmo tempo em que disseminava um certo conhecimento científico (dependendo, é claro, da condição social de cada um), passando assim, a ser vista como um campo de importância dentro das necessidades do país que se pretendia civilizado. (Santos, 2017, p. 22).

Esse controle e fiscalização por parte dos inspetores escolares evoluiu primeiramente com a implementação do Regime Republicano e posteriormente com a burocratização advinda do Estado Novo. Muitas vezes ia além do próprio ambiente escolar: as atividades de jornais e instituições civis, como os clubes de caça e tiro, também eram observadas e relatadas pelos profissionais ao Departamento de Educação, como será demonstrado a partir da análise dos documentos no capítulo a seguir desta pesquisa.

Na esfera do projeto de modernização do ensino no Estado da época, as escolas primárias possuíam uma dimensão cultural primordial para os interesses estatais, como um local de propagação de ideias e enaltecimento do Estado-nação, entrelaçando este à República recém estabelecida. As soluções baseadas no patriotismo se valeram de uma reformulação do papel da escola e dos educadores, que trazia a missão de influenciar diretamente a formação dos cidadãos republicanos, balizada a partir dos interesses das elites ocupantes do Estado. Nesse viés, os inspetores escolares foram preparados como agentes do Estado que detinham poder para se fazer cumprir o programa de transformações arquitetado para as escolas catarinenses.

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil em 1930, o sistema de ensino dos estados adquire um caráter mais centralizado à esfera federal. Já em 1931 ocorreu a chamada “Reforma Francisco Campos”. Para Dallabrida (2009), ela oficializou, em âmbito nacional, a modernização do ensino secundário no Brasil por meio da implementação de várias medidas, e no prisma da inspeção escolar ocorreu a reestruturação do sistema de inspeção federal.

A Constituição Brasileira de 1934 introduziu medidas no campo educacional estipulando que a União teria a responsabilidade de estabelecer as diretrizes básicas. Enquanto isso, “[...] caberia aos Estados a tarefa de organizar e manter seus sistemas educacionais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal” (Machado, 2017, p. 2).

Nesse sentido, as políticas de nacionalização são submetidas a práticas de ensino e fiscalização mais rigorosas, principalmente no que diz respeito ao ensino em língua portuguesa. Baseado na promoção de práticas culturais destinadas, principalmente, a crianças e jovens com raízes estrangeiras, essas práticas eram imbuídas de valores e atitudes que visavam ensinar não apenas o idioma português, mas também a incutir um profundo amor à nação brasileira.

Esse esforço foi mais pronunciado durante o período do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas, embora várias manifestações de nacionalismo já estivessem em andamento desde a Primeira Guerra Mundial. Impulsionadas por leis e órgãos de gestão educacional, uma série de medidas de "abrasileiramento" foram direcionadas às escolas frequentadas por imigrantes com o objetivo de guiar as práticas pedagógicas em direção à gradual erradicação de influências "alienígenas" nas comunidades estrangeiras muito presentes em solo catarinense (Santos, 2015, p. 336).

O projeto político e as práticas por trás das medidas entendidas como nacionalizadoras do ensino serão discutidos no próximo capitulo deste trabalho; por hora, basta ter em mente que a prática da inspeção escolar e os inspetores escolares adquiriram nos governos de Getúlio Vargas uma importância e visibilidade ainda maiores dentro do sistema de ensino catarinense, e isso é provado pelo fato de que as três figuras mais importantes dentro do Departamento de Educação durante as décadas de 1930 e 1940 atuaram fortemente na prática da inspeção escolar. São esses três profissionais da educação que produziram e guardaram os telegramas que serão analisados neste capítulo. Fiori (1991) nos fornece pistas para compreender a presença desses documentos em meio ao arquivo de Elpídio e relata que o trio Elpídio, Trindade e Areão ficaram muito próximos dentro do Departamento de Educação, principalmente no período de 1936 até o ano de 1942, alternando entre funções parecidas de chefia, construção e inspeção de políticas educacionais.

Trindade e Areão juntamente com Elpídio Barbosa formaram um trio de destaque muito caro nas pesquisas relativas à história educacional de Santa Catarina entre 1935 e 1950, atuando como inspetor escolar em algum ponto de sua carreira no sistema educacional. Para Fiori (1991, p. 124), juntos, eles formavam o que era conhecido como a "Santíssima Trindade da Educação". Os dois primeiros eram parte da equipe de trabalho de Orestes Guimarães, que foi convocado durante o governo de Vidal Ramos para realizar a reforma educacional em Santa Catarina já mencionada. O último, Elpídio Barbosa, era o mais jovem dos três e havia experimentado uma rápida ascensão na carreira do magistério (Fiori, 1991, p. 148).

Ilustração 10 – À esquerda: Elpídio Barbosa; no centro: Luiz Sanches bezerra da Trindade; à direita: João dos Santos Areão.

Fonte: Arquivo pessoal de Elpídio Barbosa. Tomo 7.730.

O ponto de partida da projeção do trio deu-se com a Reforma Trindade[14], no ano de 1935. Para Bombassaro (2009, p. 222), essa reforma educacional reestruturou o Departamento de Educação do Estado transformando-o em um "centro decisório para o campo educacional". Alguns dos intelectuais mais influentes de Santa Catarina se uniram em torno dele. A direção estava a cargo de Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, que em 1935 atuava como diretor, com Elpídio Barbosa ocupando a posição de subdiretor técnico, e João dos Santos Areão desempenhando o papel de inspetor federal das escolas subvencionadas e encarregado mais diretamente da questão da nacionalização do ensino.

A alternância dessas figuras entre os cargos de alto escalão no sistema educacional catarinense se verifica nos anos seguintes a 1935, com a ocorrência das Semanas Educacionais. Nesse cenário, o trio se autodenominou como a "embaixada oficial" do Departamento de Educação: Luiz Sanches Bezerra da Trindade como Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização[15], Elpídio Barbosa como Sub-diretor Técnico/Superintendente Geral Interino do Ensino e João dos Santos Areão como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas (Bombassaro, 2009, p. 225). As Semanas Educacionais destacavam a importância de superar um sistema educacional que não estava cumprindo seu papel na construção de uma nova sociedade, conforme preconizado pelo novo regime.

Bombassaro (2009, p. 226) destaca que o trio argumentava que a "educação tradicional" que vinha sendo praticada nas escolas de Santa Catarina por muito tempo havia instilado uma falta de habilidades sociais que prejudicava o desenvolvimento dos alunos. O ensino era

[14] Esta foi chamada assim pois foi comandada por Luiz Sanches Bezerra da Trindade.
[15] SANTA CATARINA. Decreto-Lei nº 124, de 18 de junho de 1938, cria a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e nacionalização do Ensino.

monótono, desinteressante, baseado na repetição e memorização, o que não favorecia a aprendizagem. Portanto, esses profissionais da educação se empenharam em enfatizar a necessidade de substituir essa suposta "escola tradicional" por uma "nova escola" que fosse moderna e revigorada. A renovação, conforme expresso em seus discursos durante as Semanas Educacionais, envolvia a adoção de métodos de ensino que prometiam preparar os estudantes para a vida e para o mercado de trabalho. Os educadores que se uniram ao corpo burocrático do governo assumiram, como parte de suas atividades político-culturais, a responsabilidade de desenvolver um plano educacional. Esse plano educacional foi concebido como um meio para realizar um ambicioso projeto de modernização que há muito tempo era desejado.

Para analisarmos mais à frente o teor dos telegramas escritos por Trindade e Areão e guardados por Elpídio Barbosa na dinâmica de fiscalização das políticas educacionais da época, torna-se necessário visualizar quais eram as chamadas circunscrições das unidades escolares em que estavam distribuídos os cargos de inspeção escolar pelo estado catarinense no período de 1939 a 1942 e traçar algumas considerações acerca das trajetórias individuais de cada um.

Nereu Ramos, interventor federal em Santa Catarina, explana em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa que o aumento de 7 para 15 do número de inspetorias escolares em 1937 assegurou maior eficiência ao serviço de fiscalização do ensino (Santa Catarina, 1938). A divisão territorial em inspetorias escolares estaduais passa de "[...] 7 (até 1935) para 13 (a partir daí) circunscrições" (Pereira, 2004, p. 113). Mais tarde, em 1937, Nereu Ramos passa para 15 circunscrições, de modo que as áreas de inspeção ficaram organizadas da seguinte forma:

Ilustração 11 – Quadro de circunscrições e unidades escolares.

REDE CIRCUNSCRIÇÃO	POR CIRCUNSCRIÇÃO				
	Nº de Municípios	UNIDADE ESCOLAR			
		Estadual	Municipal	Particulares	Total
1ª Florianópolis	1	59	25	14	98
2ª Blumenau	2	39	40	11	90
3ª Porto União	4	100	52	24	176
4ª Tubarão	4	126	90	05	221
5ª Lages	3	91	51	09	151
6ª Joinvile	3	67	53	10	130
7ª Cruzeiro	3	67	51	18	136
8ª Rio do Sul	2	61	57	03	121
9ª Jaraguá	3	61	15	07	83
10ª Itajaí	2	69	68	11	148
11ª Cresciuma	4	110	73	01	184
12ª Tijucas	5	120	30	06	156
13ª Hamônia	3	46	49	-	95
14ª Palhoça	2	88	17	01	106
15ª Caçador	3	48	39	23	110

Fonte: Departamento de Educação (1937 *apud* Pereira, 2004, p 113).

Cada uma dessas zonas ficava a cargo de um inspetor escolar, totalizando um número de quinze inspetores contratados pelo Estado Catarinense. Além dos inspetores escolares estaduais, a inspeção nas escolas contava com a atuação do inspetor federal das escolas subvencionadas pela União, João dos Santos Areão, e do inspetor das escolas particulares e encarregado da questão da nacionalização do ensino, Luiz Sanches Bezerra da Trindade (Monteiro, 1983). Embora ambas as inspetorias tivessem sua base em Florianópolis/SC, seus titulares frequentemente viajavam pelas áreas de colonização estrangeira do Estado, onde fiscalizavam e orientavam as escolas de acordo com a nova legislação. Ambos os professores desempenharam um papel fundamental na implementação da nova política de nacionalização do ensino, conforme evidenciado nos relatórios do Departamento de Educação durante o período de 1935 a 1940 (Dallabrida, 2001).

Como parte do processo da escrita historiográfica, torna-se fortuito realizar uma análise mais minuciosa sobre a trajetória individual de cada personagem desse trio que ficou conhecido como a “Santíssima Trindade” da educação catarinense (Fiori, 1991, p. 124). Isso visa também analisar os telegramas em foco nesta pesquisa a partir de contrapontos fornecidos pelos fatos conhecidos acerca de cada um desses indivíduos frente às suas ocupações no sistema de ensino de Santa Catarina no período de 1939 a 1942.

Tomando como norte a prerrogativa de ser o titular do arquivo pessoal aqui analisado e, portanto, um ponto de união e guarda dos vestígios contidos nos documentos analisados, começaremos com o mais jovem do trio, Elpídio Barbosa. De acordo com Cunha (2017), ele nasceu em 1909 na cidade de Florianópolis/SC, iniciou sua trajetória educacional no Colégio Coração de Jesus, onde concluiu o ensino primário em 1916. Em 1922, foi admitido no Colégio Catarinense, uma instituição jesuíta, para cursar o ginásio, finalizando essa etapa de sua formação em 1928. Pode-se dizer que somente sua presença dentro dessa instituição já refletia uma carga de prestígio e privilégios na sociedade da época, de acordo com Dallabrida (2001): somente os filhos do sexo masculino da elite e de uma pequena fração da classe média tinham acesso ao Ginásio Catarinense. Durante o curso ginasial, os rapazes recebiam instruções específicas projetadas a prepará-los para ocupar futuros cargos nos governos estaduais, grandes comércios, indústrias, igrejas e institutos. Segundo a tese de Dallabrida (2001), ao examinar os nomes dos formandos na década de 1920, Elpídio aparece como um dos filhos da elite que frequentou o Ginásio Catarinense e posteriormente assumiu posições no governo de Santa Catarina.

Após concluir o ginásio, Elpídio tornou-se elegível para o magistério e para ingressar no ensino superior. O percurso desse profissional da educação é complexo e intrincado. Em

1930, Barbosa assumiu o cargo de diretor do Grupo Escolar Professor Luís Neves, localizado na cidade de Mafra, situada no norte do Estado de Santa Catarina. Logo depois, entre 1931 e 1934, tornou-se Inspetor Escolar e, posteriormente, atuou como Subdiretor Técnico do Departamento de Educação, de 1935 a 1940. Durante esse período, já estava em Florianópolis/SC, e também lecionou diversas disciplinas, incluindo Direito Comercial e Direito Constitucional Civil no curso de Contador, em 1936, Práticas do Processo Civil Comercial, em 1937, Inglês, em 1938, e Sociologia Geral e Educacional no Colégio Coração de Jesus, de 1937 a 1939 (CEE, 1992, p. 29).

Entre 1940 e 1951, Elpídio ocupou o cargo de Diretor Geral no Departamento de Educação. De 1955 a 1957, exerceu a função de Diretor da Escola Técnica de Comércio de Santa Catarina, estabelecimento tradicional localizado em Florianópolis/SC. Em 1957, desempenhou um papel fundamental na estruturação da Fundação Universidade de Santa Catarina e também da Faculdade de Ciências Econômicas, assumindo a direção dessa instituição de 1955 a 1958 (PIAZZA, 1985). Durante o governo de Celso Ramos[16], Elpídio Barbosa foi convidado a ser secretário de Estado da Educação e Cultura, ocupando essa posição em 1963. Os esforços desse profissional da educação durante sua gestão como diretor do Conselho Estadual de Educação (1962-1966) renderam muitos frutos, sendo o principal deles a criação da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (atual UDESC), em 1965, da qual tornou-se o primeiro Reitor. Os estudos de Joeci de Oliveira Junior (2015) sinalizam a trajetória política do educador: foi deputado na Assembleia Estadual de Santa Catarina pelo Partido Social Democrático (PSD), de 1951 a 1955, e durante o seu mandato pautou projetos de lei voltados para a valorização da classe educadora, melhorias no sistema educacional e questões humanitárias em prol da classe educadora, principalmente participando e apoiando a criação da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina, que visava abrigar professores aposentados que se encontrassem desamparados. Faleceu em dezesseis de outubro de 1966, na cidade de Florianópolis/SC.

O próximo membro do trio analisado é o professor catarinense Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Este nasceu em Florianópolis/SC no ano de 1892, tornou-se bacharel formado no Ginásio da Capital, iniciando sua carreira como professor na Escola Complementar anexa ao

[16] Nasceu em 18 de dezembro de 1897, em Lages/SC. Foi filho de Thereza Fiuza Ramos e Vidal Ramos, membros da família Ramos que possuía grande influência na política catarinense, desde Nereu Ramos. Na eleição estadual de 1960, com 261.752 votos, Celso Ramos elegeu-se Governador de Santa Catarina pela coligação formada por PSD e Partido Democrata Cristão (PDC), ficando no cargo até 1º de janeiro de 1966. Na sequência, elegeu-se Senador em duas oportunidades: 43ª Legislatura (1967-1970) e na 44ª Legislatura (1971-1974). Faleceu em 1º de abril de 1996, aos 98 anos, em Florianópolis/SC. (Memoria Política de Santa Catarina, 2023).

Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna/SC (Fiori, 1991). A partir de 1917, passou a fazer parte da "[...] diretoria da Escola de Escoteiros de Laguna e, em setembro do mesmo ano, ocupou o cargo de Diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho" (Philippi, 2023, p. 5). Seu trabalho como diretor é recompensado com elogios vindos da parte de cima da hierarquia do sistema de educação catarinense. Philippi (2023, p. 5) explana que as congratulações constam em "[...] ofício expedido pelo então Inspetor Geral do Ensino, Orestes Guimarães e, pouco depois, também pelos inspetores estaduais Altino Flores e José Duarte de Magalhães". Nesse período, segundo Fiori (1991), a Diretoria da Instrução Pública era geralmente crítica e contida em elogios, mas mesmo assim "[...] o professor Trindade já era alvo de elogios oficiais do Governo devido ao seu trabalho eficaz" (Fiori, 1991, p. 123).

Dez anos mais tarde, ele desempenhava a função de Inspetor Escolar e ocupava cargos técnicos na mesma Diretoria. Em 1927, Luiz Trindade atuou como 1º Secretário da Comissão Preparatória da Primeira Conferência do Ensino Primário em Santa Catarina, figurando ao lado de outros profissionais e políticos da época (Souza, 2022). Essa posição e o reconhecimento adquirido tanto no meio político quanto profissional fizeram com que ele fosse elevado ao cargo de Diretor da Instrução interino em 1929. Ele sobreviveu às turbulências institucionais ocasionadas pela virada política decorrida da eleição de Getúlio Vargas para presidência da República em 1930, o que acabou por interferir nos jogos de poder e mando político do estado catarinense e que será objeto de análise deste trabalho. Já em 1933, Luiz Trindade assumiu a responsabilidade pela reorganização da Diretoria Geral da Instrução e, em 1935, reestruturou-a na forma do Departamento de Educação (Philippi, 2023).

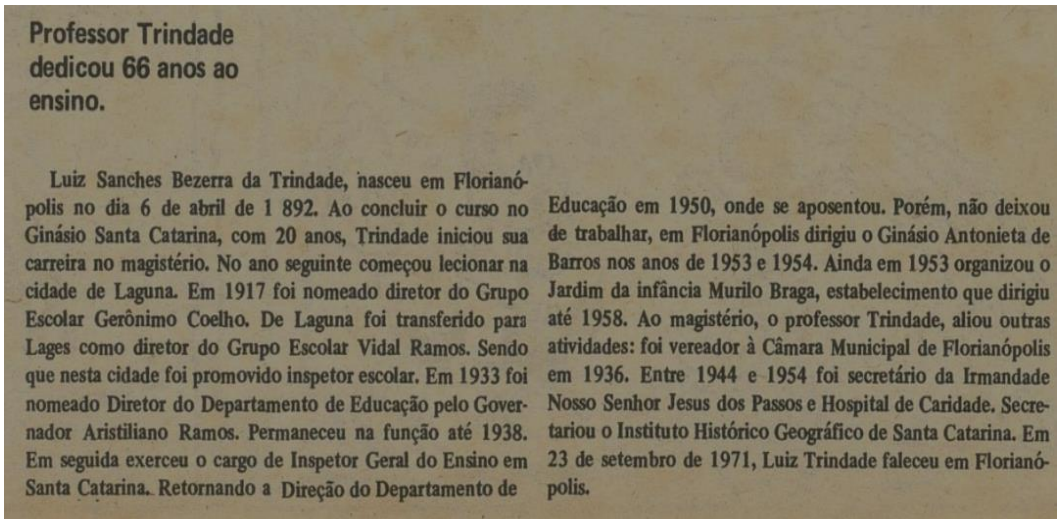
Sua atuação na qualidade de primeiro Diretor do Departamento de Educação teve como resultado a chamada "Reforma Trindade", que resultou na extinção da Diretoria da Instrução Pública e na criação do Departamento de Educação, que agora estava subordinado à Secretaria de Estado anteriormente denominada Interior e Justiça. Como parte dessa reforma, as Escolas Normais foram transformadas em "[...] Institutos de Educação que englobavam os Jardins de Infância, os Grupos Escolares, as Escolas Isoladas, as Escolas Normais Primárias, Secundárias e Superiores Vocacionais" (Fiori, 1991, p. 146).

No ano de 1938, ocorreu a criação da Superintendência Geral do Ensino e, como resultado dessa mudança, Luiz Sanches Bezerra da Trindade teve sua função alterada. Ele deixou de exercer o cargo de diretor do ensino no Estado e passou a desempenhar o papel de fiscalização das unidades escolares que lhe foram atribuídas. Esse cenário coloca cor no palco em que foram produzidos os telegramas que ele escreveu durante as suas viagens de inspeção escolar entre 1939 e 1942, já que agora não estava no mais alto cargo do sistema educacional

catarinense, mas sim realizando trabalho de campo. Retornou ao cargo de Diretor do Departamento de Educação em 1950 e ali se aposentou. Faleceu no dia 23 de setembro de 1971, em Florianópolis/SC.

No ano seguinte, em 17 de dezembro, o jornal O Estado (1915-1975), com sede em Florianópolis/SC, publicou em seu jornal infantil, O Estadinho[17], uma nota em homenagem ao professor Trindade, em formato de uma breve biografia (O Estado, 1972), fornecendo dados valiosos sobre sua trajetória após se aposentar do Departamento de Educação, e demonstrou o prestígio acumulado pelo profissional ao longo de sua trajetória frente ao sistema de ensino catarinense, gerando reconhecimento pela mídia local.

Ilustração 12 – Nota sobre Luiz Sanches Bezerra da Trindade.



Professor Trindade dedicou 66 anos ao ensino.

Luiz Sanches Bezerra da Trindade, nasceu em Florianópolis no dia 6 de abril de 1 892. Ao concluir o curso no Ginásio Santa Catarina, com 20 anos, Trindade iniciou sua carreira no magistério. No ano seguinte começou lecionar na cidade de Laguna. Em 1917 foi nomeado diretor do Grupo Escolar Gerônimo Coelho. De Laguna foi transferido para Lages como diretor do Grupo Escolar Vidal Ramos. Sendo que nesta cidade foi promovido inspetor escolar. Em 1933 foi nomeado Diretor do Departamento de Educação pelo Governador Aristiliano Ramos. Permaneceu na função até 1938. Em seguida exerceu o cargo de Inspetor Geral do Ensino em Santa Catarina. Retornando a Direção do Departamento de Educação em 1950, onde se aposentou. Porém, não deixou de trabalhar, em Florianópolis dirigiu o Ginásio Antonieta de Barros nos anos de 1953 e 1954. Ainda em 1953 organizou o Jardim da infância Murilo Braga, estabelecimento que dirigiu até 1958. Ao magistério, o professor Trindade, aliou outras atividades: foi vereador à Câmara Municipal de Florianópolis em 1936. Entre 1944 e 1954 foi secretário da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade. Secretariou o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Em 23 de setembro de 1971, Luiz Trindade faleceu em Florianópolis.

Fonte: Hemerotoca Digital Catarinense, 2023.

O último da tríade de educadores a ser exposto aqui é o paulista João dos Santos Areão, que nasceu em Taubaté/SP no dia 29 de agosto de 1892. Segundo os estudos especializados de Teive (2014), aos quinze anos de idade, Areão ingressou na Escola Normal de Guaratinguetá, localizada no interior de São Paulo, no ano de 1907. Posteriormente, em 1909, transferiu-se para a Escola Normal de São Paulo, situada na capital do estado, onde concluiu o curso, em 1910, quando tinha dezoito anos de idade. Em 1912, a convite de Orestes Guimarães, que na época ocupava o cargo de Inspetor-geral do Ensino de Santa Catarina, Areão se muda para Santa Catarina com a finalidade de assumir a direção do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, estabelecido na cidade de Laguna/SC. Em 1917, Areão foi nomeado diretor do Grupo Escolar

[17] De acordo com Santos (2014, p. 1), este foi produzido durante quase quinze anos em Santa Catarina, como "um suplemento infantil" de nome O Estadinho, que fazia parte de um dos mais antigos jornais catarinenses, O Estado.

Vidal Ramos, localizado em Lages/SC, desempenhando essa função até o final de 1918. Em seguida, retornou à direção da Escola Jerônimo Coelho, em Laguna/SC. Em 1924, foi nomeado diretor do Grupo Escolar Hercílio Luz, localizado em Tubarão/SC, onde atuou até o final do ano. Após a nomeação de um novo diretor para o Grupo Escolar Hercílio Luz, voltou para Laguna/SC, onde trabalhou como diretor por mais três anos.

Em 1926, assumiu o cargo de Inspetor Escolar na região Sul catarinense. Em 1931, foi nomeado Inspetor Escolar da Capital do Estado de Santa Catarina, o que o levou a mudar-se para Florianópolis/SC (Teive, 2014). Após o falecimento de Orestes Guimarães, em 1931, Areão assumiu a posição de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, na qual permaneceu até 1943. Segundo Fiori (1991, p. 141), "[...] a esse educador caberia dar continuidade à ação nacionalizadora da educação catarinense, iniciada por Orestes Guimarães". Nessa função, ao lado de Luiz Sanches Bezerra Trindade, diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina, e de Elpídio Barbosa, subdiretor técnico do órgão, formou o grupo conhecido como a "Santíssima Trindade da Educação". Como já mencionado, por quase três décadas esses três indivíduos exerceram uma influência significativa sobre a educação pública de Santa Catarina.

De acordo com a pesquisa de Tânia Regina da Rocha Unglaub (2014), na década de 1940, Areão também atuou como Delegado Seccional do Serviço Nacional de Recenseamento do Estado de Santa Catarina. Em 1943, foi nomeado Inspetor das Associações Escolares do Estado de Santa Catarina e, em 1950, pouco antes de sua aposentadoria, exerceu a função de Inspetor-geral das Escolas Normais de Santa Catarina. Após a sua aposentadoria do serviço público estadual, o educador atuou como professor de Sociologia no Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis/SC, de 1951 a 1963. Para completar, segundo Teive (2014, p. 27):

> Foi, ainda, diretor da Casa dos Professores, em Florianópolis, presidente da Associação dos Escoteiros de Santa Catarina, membro da Orquestra Sinfônica de Florianópolis, do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, da Maçonaria, e como radioamador, participou da Defesa Passiva Antiaérea durante a 2ª Guerra Mundial. Escreveu inúmeras composições musicais para uso escolar publicados no Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, da qual foi secretário geral de 1949 a 1952.

Faleceu em Florianópolis/SC no dia 12 de abril de 1980, aos 88 anos de idade, sendo o mais longevo entre a tríade de educadores em vista nesta pesquisa.

As informações explanadas neste subtítulo buscaram girar em torno mais de aspectos pontuais e bibliográficos acerca das trajetórias, permanências e transições que cada integrante do trio analisado teve ao decorrer de sua vida profissional. As nuances mais detalhadas que indicam os movimentos desses profissionais entre os cargos ocupados, suas nomeações e

conexões com o cenário político do período analisado será objeto de análise do próximo capítulo desta dissertação.

3.2 A COMUNICAÇÃO VIA TELEGRAMA E FONOGRAMA EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

> O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas além disso nossa responsabilidade se encontra engajada em relação as gerações futuras. (Hartog, 2006, p. 269).

Já munidos das informações necessárias acerca das trajetórias individuais dos personagens que produziram e guardaram os telegramas que são objeto de estudo deste trabalho, e cientes da evolução das práticas de inspeção escolar em Santa Catarina até o período de 1939 a 1942, que é o horizonte de temporalidade desta pesquisa, podemos avançar para na perspectiva da legitimidade e autenticidade das mensagens telegráficas no contexto em que foram produzidas, compreendê-las como testemunhos de um tempo e uma cultura específicos e transmitidos por um aparelho peculiar, o telégrafo elétrico.

O telégrafo elétrico inaugurou uma revolução na forma como o ser humano se comunicava. Este foi inventado por Samuel Morse e desenvolvido na década de 1830[18]. A primeira mensagem telegrafada com sucesso ocorreu em 24 de maio de 1844, quando Morse enviou a mensagem *What hath God wrought* (O que Deus operou) de Washington, D.C., para Baltimore, Maryland, inaugurando efetivamente a era da comunicação telegráfica (Carey, 2022). O aparelho representou a possibilidade de enviar mensagens de forma instantânea em longas distâncias, a partir da eletricidade, fazendo uso desta para enviar pulsos na corrente que eram interpretados por meio do código Morse, que usa pontos e linhas através de pulsos curtos e longos, respectivamente, para enviar uma mensagem de um ponto ao outro. O telégrafo foi largamente utilizado para a comunicação ao longo do século XX, e, no Brasil, ainda pode ser utilizado como um serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mais conhecida como Correios.

> Considerado hoje o modo de comunicação ancestral da Internet, o telégrafo foi a primeira tecnologia de informação utilizada em rede mundial. Sua difusão e seu desenvolvimento criaram uma cultura própria, com vocabulário, linguagem, ritmo e formas de comunicar compartilhados por milhões de pessoas em todo o mundo. Ao longo de um século e meio, o telégrafo incorporou-se ao cotidiano ao lado de outros sistemas tradicionais de comunicação ainda hoje em uso, como o telefone e o rádio, por exemplo. Acima de tudo, o telégrafo transformou a forma de comunicar e

[18] Nos Estados Unidos, Samuel Finley Breese Morse (1791-1872) inventou um sistema telegráfico que exigia apenas um único fio, além dos aparelhos de transmissão e recepção e um código batizado com seu nome (Silva; Moreira, 2007, p. 47).

> informar, acelerou o tempo vivido, apressou a circulação das notícias e, principalmente, mudou o modo de descrever os acontecimentos. (Maciel, 2001, p. 127-128).

Anterior à criação do telégrafo elétrico já existia o telégrafo óptico. Em terras nacionais, assim como em outras partes do mundo, já haviam algumas linhas de telégrafos ópticos. Silva e Moreira (2007) sinalizam que essas linhas operavam em certas áreas do Império, especialmente no Rio de Janeiro. Os primeiros sistemas foram estabelecidos em 1809, conectando as cidades de Cabo Frio e Rio de Janeiro. Eles eram principalmente usados para notificar a chegada de navios e permitir a comunicação deles com os portos. De acordo com Maciel (2001), telégrafos ópticos também estiveram em operação na Bahia, em Pernambuco, Ceará, Maranhão e Santa Catarina, sendo utilizados para a comunicação entre as fortalezas.

Os telégrafos elétricos foram instalados inicialmente em locais costeiros, como Ponta Negra (Maricá), Cabo Frio e Itaipu (Niterói), e no norte da cidade do Rio de Janeiro:

> [...] nos morros da Babilônia (Copacabana) e do Castelo, e nas fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz, localizadas na entrada da Baía de Guanabara. O Morro do Castelo, de onde não se avistavam as embarcações fora da barra, anunciava ao público, por meio de sinais de bandeiras, as notícias que recebia da Fortaleza de Santa Cruz e do Morro da Babilônia. Eram informações sobre os tipos e as nações das embarcações avistadas. (Silva; Moreira, 2007, p. 49).

Ao contrário do que aconteceu em alguns outros países, como na França, a introdução dos telégrafos elétricos no Brasil não levou imediatamente ao abandono dos telégrafos ópticos. Pelo contrário, os serviços foram integrados, como na estação do Morro do Castelo, onde as notícias recebidas dos navios pelo telégrafo óptico eram posteriormente transmitidas por meio do telégrafo elétrico. A dificuldade do telégrafo óptico era o fato de que a transmissão teria de se dar de um ponto visível a outro, utilizando sinais visuais de luz ou bandeiras. Com o telégrafo do tipo elétrico, essa demanda de visualização tornava-se desnecessária, pois agora as mensagens eram enviadas a partir de pulsos elétricos que viajavam via cabos subterrâneos ou aéreos.

A introdução da primeira linha utilizando o telégrafo elétrico no Brasil ocorreu por iniciativa do então Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, na época do Império, após anos de tentativas e erros.

> Na inauguração, ocorrida em 11 de maio de 1852, telegramas foram trocados entre o Imperador, que se encontrava na Quinta de São Cristóvão, e Eusébio de Queiroz e Capanema, que estavam no Quartel General, no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana. (Silva; Moreira, 2007, p. 50).

Com a ocorrência da Guerra do Paraguai[19], em 1864, a Corte Imperial Brasileira viu a necessidade de se conectar de forma rápida com o *front*, e foi aí que se deu o início da expansão de redes telegráficas para o Sul do Brasil, mobilizando esforços nacionais para construir uma linha telegráfica da capital, a Corte localizada no Rio de Janeiro, até as frentes de batalha. Em consonância com Sá, Sá e Lima (2008), essa iniciativa foi realizada com a colaboração de autoridades locais ao longo do percurso e dos proprietários de terras, que contribuíram substancialmente com a provisão de postes e mão de obra, muitos dos quais vieram de suas fazendas. A construção da parte terrestre dessa linha começou em setembro de 1865 e foi concluída em junho do ano seguinte, estabelecendo a conexão telegráfica entre a Corte e o Sul do País. No processo, 17 rios foram cruzados com cabos submarinos. A linha realizava o seguinte percurso:

> [...] da capital liga-se a Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, no Rio de Janeiro; Ubatuba, São Sebastião, Santos e Iguape, em São Paulo; Paranaguá, no Paraná; São Francisco do Sul, Itajaí, Desterro (Florianópolis) e Laguna, em Santa Catarina; Torres, Conceição do Arroio e Porto Alegre, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (Silva; Moreira, 2007, p. 59).

O telégrafo desempenhou um papel significativo no contexto histórico do Brasil Império. Além de facilitar a integração territorial do Império e a comunicação do governo com seus súditos, também permitiu que as palavras, ordens e ações do imperador fossem disseminadas eficazmente por todo o País. No entanto, mesmo com a construção de cerca de 19 mil quilômetros de linhas telegráficas até 1889, a Proclamação da República ainda encontrou algumas províncias, como “Mato Grosso, Goiás e Amazonas”, isoladas do sistema telegráfico brasileiro, e isso as deixou desconectadas do restante do País e da vida nacional (Maciel, 2001, p. 133). É importante ressaltar que, com exceção da linha do Norte, que pertencia à Amazon Telegraph Company, as linhas da Western Telegraph Company, que abrangiam o litoral brasileiro, e as linhas internacionais (Compagnie Française des Cables Télégraphiques e a Central & South American Telegraph), a rede telegráfica brasileira era operada pelo serviço estatal (Goulart Filho, 2021).

Em Santa Catarina, a capilarização da rede de telégrafos seguiu uma lógica que acompanhou o crescimento demográfico do território tanto durante o Império quanto a partir da instituição do regime republicano, muito influenciado pela ideia de proporcionar segurança

[19] A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional na história da América Latina. O embate ocorreu entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, formada pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Esse conflito teve uma longa duração, estendendo-se de dezembro de 1864 a março de 1870, e recebe diferentes designações nos países envolvidos. No Brasil, é conhecida como Guerra do Paraguai, na Argentina e no Uruguai como Guerra da Tríplice Aliança, e no Paraguai é chamada de Guerra Grande, Guerra Contra a Tríplice Aliança e Guerra-Guaçu. (Roa Bastos; Maciel; Gadea; Nepomuceno, 2002)

a partir da comunicação entre pontos estratégicos, e, posteriormente no período republicano, por alcançar as zonas de imigração que se estabeleceram no estado. Os estudos de Goulart Filho (2018) informam que, na década de 1870, foi inaugurada apenas mais uma estação além da que estava localizada em Desterro, a de Joinville, que entrou em operação no dia 15 de março de 1879, a partir de um ramal proveniente de Morretes (PR) – nesse sentido, não estava conectada diretamente com a capital Desterro. Segundo Goulart Filho (2021, p. 234):

> Na década de 1880, foram mais três novas estações, a de Tubarão (27 de abril de 1882), Fortaleza de Santa Cruz Anhatomirim (12 de fevereiro de 1888) e Araçatuba (sul da ilha de Santa Catarina, em 13 de novembro de 1889). O ramal de Tubarão provinha da linha tronco de Laguna e media 26.400 metros. Podemos afirmar que apenas Tubarão servia como estação para o atendimento do público, pois tanto Anhatomirim como Araçatuba ficavam em uma fortaleza que pertencia ao Ministério da Marinha. Portanto, entre os anos de 1868 e 1889, sob a direção do Barão de Capanema na Repartição Geral dos Telégrafos, foram abertas em Santa Catarina somente duas novas estações destinadas ao atendimento ao público.

Com a implementação do regime republicano no Brasil, a jovem república passou a associar o atraso do país à centralização monárquica, retratando o Império como símbolo de estagnação, monotonia e inércia. Em contraste, a República promovia uma nova era caracterizada por descentralização, regime representativo, participação política e pela união de Estados autônomos na formação da Nação Brasileira. Esses argumentos foram usados para demandar um aprimoramento nas comunicações telegráficas, visando lidar com o crescente número de telegramas e facilitar a expansão das comunicações via telégrafo por todo o País (Maciel, 2001).

A partir do ano de 1890 houve um aumento mais significativo no número de linhas telegráficas em Santa Catarina, com a criação de ramais até “Blumenau (10 de junho de 1890), Brusque (1º de janeiro de 1894) e São Bento (31 de dezembro de 1896)” (Goulart Filho, 2021, p. 234), alcançando as principias colônias de imigrantes. Em 31 de dezembro de 1896, foi inaugurada a estação em Lages/SC, que atendia aos objetivos do governo catarinense de finalmente integrar as comunicações entre a Capital e o Planalto Serrano. Lages/SC foi integrada à rede por meio do ramal que partia de Itajaí/SC, passava por Blumenau/SC e subia a Serra Geral, em uma extensão de 205.581 metros. Com essa nova obra, a linha telegráfica em Santa Catarina passou para 979.116 metros (Goulart Filho, 2021).

Ao decorrer da Primeira República e com a criação do sistema de telefonia, a Repartição Geral dos Telégrafos passou a oferecer estações telefônicas exclusivas ou operando conjuntamente os dois serviços – telegrafia e telefonia – na mesma estação: “A primeira estação telefônica inaugurada em Santa Catarina foi a de São Bento, em 31 de dezembro de 1896. Em

1904, já havia quatro estações em funcionamento; em 1910, eram oito; e, em 1916, 12 estações telefônicas estavam em operação" (Goulart Filho, 2021, p. 240).

A partir desse momento, a expansão dos serviços de comunicações incluiu necessariamente a telefonia pública. Mesmo que os serviços telefônicos tenham começado como uma concessão privada e municipal, o Estado não poderia ficar ausente em regiões onde os serviços telefônicos eram pouco rentáveis. Dessa forma, de acordo com Goulart Filho (2021), em 1918 Santa Catarina contava com 25 estações telegráficas, e esse número aumentou para 57 em 1930. Na sequência, já adentrando os governos de Getúlio Vargas, foi produzido pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina um Indicador Agropecuário, Industrial, Comercial, Bancário e Postal-Telegráfico no formato de relatório[20], e nele constam as seguintes informações acerca da situação das agências de comunicação pelo Estado no ano de 1941:

Ilustração 13 – Quadro com relação das redes de comunicação em Santa Catarina.

Localização da agência	**Natureza e quantidade**
Araranguá	Postal-telegráfica (2); Postal (2); Postal-telefônica (4)
Biguassú	Postal-telegráfica (1); Postal (1); Postal-telefônica (1)
Blumenau	Postal-telegráfica (3); Postal (2); Postal-telefônica (1)
Bom Retiro	Postal-telegráfica (1); Postal-telefônica (3)
Brusque	Postal-telegráfica (1); Postal (3)
Caçador	Postal (3)
Camboriú	Postal-telefônica (1)
Campo Alegre	Postal-telegráfica (1); Postal (2)
Campos Novos	Postal-telegráfica (2); Postal (6); Postal-telefônica (2)
Canoinhas	Postal-telegráfica (3); Postal (1); Postal-telefônica (2)
Concórdia	Postal telegráfica (1); Postal (1)
Cresciuma	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (1)
Cruzeiro	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (2)
Curitibanos	Postal-telegráfica (1); Postal (1); Postal-telefônica (1)
Florianópolis	Diretoria Regional; Postal (7); Estação Telegráfica
Gaspar	Postal-telegráfica (1); Postal (1)
Hamonia	Postal-telegráfica (1); Postal-telefônica (2)
Imaruí	Postal-telefônica (1); Postal (3)
Indaial	Postal-telegráfica (1); Postal (1); Postal-telefônica (2)
Itaiópolis	Postal-telefônica (1)
Itajaí	Postal-telegráfica (2); Postal (2); Postal-telefônica (1)
Jaguaruna	Postal-telefônica (1)
Jaraguá	Postal-telegráfica (1); Postal (2)
Joinville	Postal-telegráfica (1); Postal (3)
Laguna	Postal-telegráfica (3); Postal (6)
Lajes	Postal-telegráfica (1); Postal (6); Postal-telefônica (3)
Mafra	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (1)
Nova Trento	Postal telegráfica (1)
Orleans	Postal-telegráfica (2); Postal-telefônica (2)
Palhoça	Postal-telegráfica (2); Postal (3); Postal-telefônica (5)
Parati	Postal (1); Postal-telefônica (3)

[20] Disponível no *link*: https://pergamum.ufsc.br/acervo/365356

Porto Belo	Postal-telefônica (2)
Porto União	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (3)
Rio do sul	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (4)
Rodeio	Postal-telefônica (1)
São Bento	Postal-telegráfica (2); Postal (1)
São Francisco	Postal-telegráfica (1)
São Joaquim	Postal-telegráfica (1); Postal-telefônica (3)
São José	Postal-telegráfica (2); Postal (1); Postal-telefônica (2)
Tijucas	Postal-telegráfica (1); Postal-telefônica (5)
Timbó	Postal-telegráfica (1); Postal-telefônica (1)
Tubarão	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (5)
Urussanga	Postal-telegráfica (1); Postal (2); Postal-telefônica (3)
Xapecó	Estação Telegráfica; Postal-telegráfica (3)

Fonte: Departamento Estadual de Estatística, 1941.

A partir do quadro acima, podemos constatar que no ano de 1941 existia em Santa Catarina 55 agências telegráficas, e isso demonstra uma diminuição do número de agências apresentadas por Goulart Filho (2021) e indica que duas agências telegráficas foram fechadas, muito provavelmente em detrimento do aumento de investimento por parte do Estado em agências telefônicas: estas tiveram um aumento de cinco agências comparando-se os números de 1930 com 1941.

A estruturação da rede de telegrafia na época proporcionava aos inspetores escolares uma forma expressiva de comunicação de forma rápida e simples em boa parte do território catarinense. Podemos observar nos telegramas e fonogramas[21] escritos por Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão comunicações efetuadas a partir das seguintes localidades: Indaial, Mafra, Blumenau, Joinville, Hamônia (atual cidade de Ibirama), Nova Trento, Braço do Norte (pertencente a Tubarão até 1955) e Brusque. Todas elas marcadas pela intensa presença de populações estrangeiras, principalmente europeia.

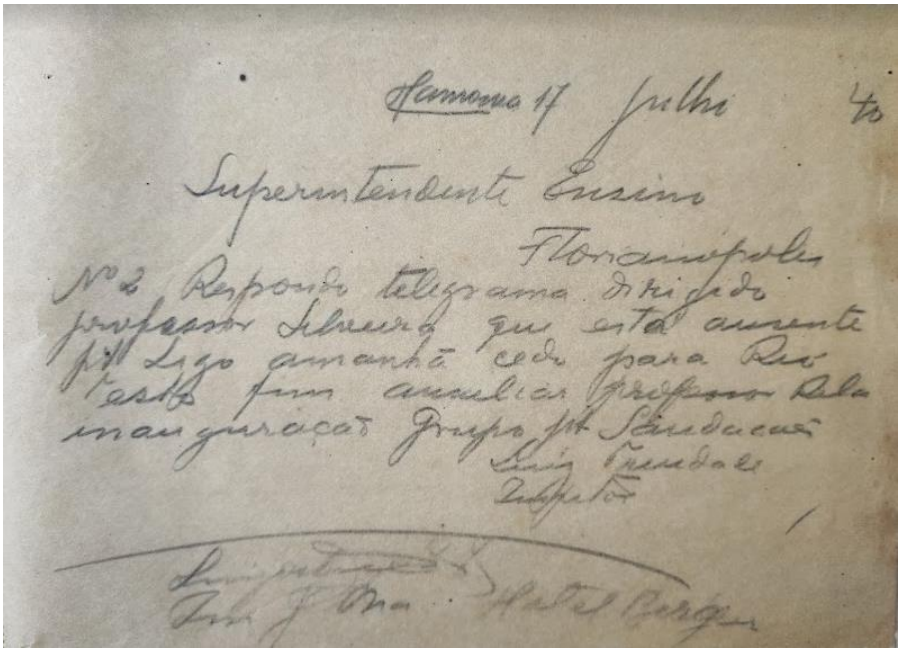
A criação e introdução do telégrafo de tipo elétrico na sociedade moderna representou uma quebra de paradigma em dois sentidos, o tecnológico e o social. Carey (2022) destaca que o aparelho foi o fundador da indústria de bens elétricos, inaugurando uma era pautada na utilização da ciência e da engenharia. Ao lado das evoluções tecnológicas no campo dos transportes, a comunicação utilizando o telégrafo representou a possibilidade de conectar mais as comunidades, movimentando a economia e a indústria de uma forma nunca vista.

De outro lado, o telégrafo também promoveu uma revolução na própria estrutura da linguagem, que agora se adaptava à rapidez e fluidez da economia dos tempos modernos. Isso atua na construção de linguagem criada para se comunicar com o telégrafo: como a criação da

[21] O fonograma não se origina a partir de uma mensagem escrita, como o telegrama. No fonograma, o emissor efetua uma ligação telefônica para uma agência telegráfica, dita a mensagem e esta é transmitida ao destinatário utilizando o código Morse, de forma igual ao telegrama.

mensagem a ser enviada é feita utilizando o Código Morse, isso implicava uma dificuldade na hora de sua produção, pois um único caractere às vezes necessitava de cinco cliques no aparelho, sem contar que caracteres especiais como acentos e pontos passam a ser representados por letras, o que demanda um trabalho e um custo maior na hora de telegrafar a mensagem. Isso fazia com que na hora de se enviar um telegrama seu custo fosse calculado pela quantidade de caracteres presentes no texto. Assim, a escrita telegráfica acabou adotando um estilo de linguagem curto, sintético, buscando representar somente os pontos mais importantes da mensagem, ignorando palavras que não fossem necessárias para o sentido da frase. A seguir, é aprsentado um dos telegramas escritos por Luiz Sanches Bezerra da Trindade que serão analisados no próximo capítulo desta dissertação.

Ilustração 14 – Telegrama.


Hamonia 17 julho 40
Superintendente Ensino
Florianópolis
Nº2 Respondo telegrama dirigido professor Silveira que está ausente pt Ligo amanhã cedo para Rio esta fim auxiliar professor Rila inauguração Grupo pt Saudações
Luiz Trindade
Inspetor

Fonte: Arquivo Pessoal Elpídio Barbosa.

Para termos uma noção mais precisa da estrutura da linguagem, segue abaixo o conteúdo transcrito da mensagem[22]:

> Hamonia, 17 julho 40
> Superintendente Ensino
> Florianópolis
>
> Nº2 Respondo telegrama dirigido Professor Silveira que esta ausente *pt* Ligo amanhã cedo para Rio esta fim auxiliar professor Rila inauguração Grupo *pt* Saudações

[22] Para proceder este trabalho, foi optado por utilizar no corpo do texto somente as transcrições das mensagens telegráficas analisadas, para melhor leitura e estruturação do texto. As fotografias acompanhadas das transcrições das mensagens utilizadas para análise constam ao final do trabalho, no Anexo B.

> Luiz Trindade
> Inspetor (Trindade, 1940)

Esta mensagem foi escrita à mão pelo então Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização, e posteriormente era entregue ao funcionário da agência dos Correios local, que realizava o envio do texto. Podemos notar que a estrutura é similar à de uma correspondência via carta, com o local e data do envio e o destinatário sendo escritos primeiramente, e somente depois vem o corpo da mensagem e na sequência a identificação do emissor. Os pontos são colocados utilizando a expressão “pt”.

Os estudos de Carey (2022) ressaltam a visão de que a comunicação como transmissão é a mais comum em nossa cultura, sendo definida por expressões como “distribuir”, “enviar”, “transmitir” ou “dar informação aos outros”. O centro dessa ideia de comunicação é a transmissão de sinais ou mensagens à distância para fins de controle.

> Nossa orientação básica à comunicação continua alicerçada, nas raízes mais profundas do nosso pensamento, na ideia de transmissão: comunicação é um processo pelo qual mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para o controle de distâncias e pessoas (Carey, 2022, p. 19).

Do ponto de vista da prática da fiscalização, tanto escolar quanto de outras esferas, o telégrafo possibilitou o relato de ocorrências em localidades longínquas de forma instantânea, o que permitia que medidas e decisões fossem tomadas mais rapidamente articulando diversas esferas do governo e sociedade civil, funcionando como uma ferramenta importante na manutenção e dinâmica do poder tanto a nível federal quanto estadual. Portanto, compreendo que o telégrafo foi um instrumento fundamental para implementação das políticas de nacionalização do ensino, que serão analisadas a seguir.

4 “INSPETOR NACIONALIZAÇÃO”: OS TELEGRAMAS DE LUIZ SANCHES BEZERRA DA TRINDADE E JOÃO DO SANTOS AREÃO

Conforme foi verificado no capítulo anterior, do ponto de vista operacional, o telégrafo representou um grande marco para a comunicação no estado de Santa Catarina, tanto como ferramenta a serviço da população civil quanto das autoridades e do funcionarismo público catarinense.

Partindo desse fato, neste capítulo serão abordados diretamente o conteúdo dos telegramas e fonogramas encontrados em meio aos documentos do arquivo pessoal do professor Elpídio Barbosa[23]. Essas comunicações serão entendidas como escritas ordinárias, ou seja, de ordem comum, que eram produzidas diariamente pelos inspetores durante suas viagens e dificilmente eram guardadas após serem enviadas. Muitas delas dialogavam com o que estava presente nos relatórios elaborados pelos inspetores após as suas visitas, de acordo com os estudos especializados de Mignot e Cunha (2006, p. 51).

> Entre as escritas ordinárias de natureza profissional, encontram-se ainda os relatórios sobre as atividades escolares produzidos por diretores, inspetores de ensino e assistentes técnicos, visando prestar contas, controlar ou orientar as mudanças que pretendiam ser implementadas nas escolas.

Nesse sentido, analisar as comunicações entre os profissionais da inspeção do período pode proporcionar uma visão mais acurada dos fatos que aconteciam no dia a dia dos desses profissionais e que mereciam ser relatados a seus superiores, colegas ou autoridades.

A análise será feita identificando os contextos em que essas comunicações foram produzidas e enviadas, buscando verificar as personagens e os fatos descritos nas mensagens, dialogando com a produção cientifica já realizada sobre o tema e sempre tendo como norte o prisma da fiscalização de práticas pedagógicas e condutas que estavam de acordo, ou não, com as normativas estabelecidas pelas políticas de nacionalização do ensino. Para tanto, será apresentado primeiramente um histórico da criação dessas políticas desde a Primeira República (1889-1930) até o recrudescimento dessas medidas durante os governos de Getúlio Vargas, com foco no período conhecido como Estado Novo (1937-1945), compreendendo que elas fazem parte de uma cultura política desenvolvida ao longo das décadas e que utilizava o sistema de ensino para a formação de uma identidade pautada em práticas, símbolos e discursos de cunho patriótico. Para dialogar com o assunto, serão abordadas as mensagens telegráficas que

[23] Os telegramas que se constituem como fonte desse capítulo encontram-se transcritos no Anexo B. O número total de telegramas/fonogramas encontrados foi de 65 (sessenta e cinco), entretanto muitos deles são cópias e ainda alguns não tratavam de assuntos profissionais. Assim, os que oram efetivamente utilizados (em número de 15) estão todos arrolados.

versavam sobre: o ensino em língua portuguesa; a prática do canto orfeônico; as bibliotecas escolares; a visita do professor norte americano Robert King Hall, em 1940.

4.1 A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA PELA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM SANTA CATARINA: UM PANORAMA GERAL

Ao debater e analisar as inúmeras práticas e normativas relativas à nacionalização do ensino que foram promulgadas durante a primeira metade do século XX em Santa Catarina, torna-se necessário compreender que esse processo foi fruto de uma série de noções e anseios relacionados à formação de uma cultura e identidade, tidas como genuinamente brasileiras por parte de nossas elites políticas, econômicas e intelectuais. Entendo que esse processo foi sendo construído e debatido ao longo das décadas iniciais do século XX pelas elites citadas e é sucessível às continuidades e rupturas advindas de mudanças políticas e reformas educacionais de cada governo, tanto a nível estadual quanto federal.

A partir dos estudos de Souza (2022), é possível verificar que a transição do século XIX para o XX foi caracterizada por uma intensa atividade política em todo o Brasil. Com a República ainda em seus estágios iniciais e seus contornos não completamente definidos, muitos estados seguiram abordagens distintas, influenciados por seus próprios projetos de desenvolvimento, liderados pelas elites estaduais. Em Santa Catarina, essas elites concentraram esforços em fortalecer o ideal nacionalista, promovendo a assimilação gradual das diferentes etnias que compunham a população local na época, isso na medida em que o Estado buscava modernizar a rede de ensino existente. Nesse contexto, o sistema educacional, anteriormente pouco estruturado durante o Período Imperial, assumiu um papel central e tornou-se um campo para várias políticas destinadas a reformá-lo e reorganizá-lo de acordo com os novos valores cívico-patrióticos e nacionalistas emergentes da cultura republicana.

É necessário destacar que, no início do século XX, a composição populacional de Santa Catarina era peculiar devido às sucessivas levas de imigrantes europeus para a região, estimuladas pelas parcerias entre o Estado e as chamadas Companhias de Colonização[24] (Nodari, 2002). Conforme aponta Monteiro (1983, p. 19) “[...] ao longo do século XIX, Santa Catarina recebeu um grande número de ondas de imigrantes incentivadas por políticas e propagandas da época”, sendo predominantemente italianos e alemães, mas também incluindo

[24] Como forma de incentivo para povoar áreas de difícil acesso, o Estado catarinense estabeleceu parcerias com empresas que captavam colonos europeus de diversos países e etnias por meio da propaganda, muitas vezes enganosa. Essas companhias vendiam lotes para europeus que desejavam tentar a vida em solo brasileiro (Nodari, 2002).

poloneses, austríacos e russos. Devido à falta de um projeto educacional no Período Imperial, a educação dessas populações foi negligenciada pelo Estado, levando muitas delas a organizar sua própria instrução com base em iniciativas próprias e coletivas, seguindo os padrões educacionais de seus países de origem. Isso resultou em muitos imigrantes não se identificando como brasileiros, mas sim como descendentes de seus países de origem, frequentemente comunicando-se em sua língua materna e reservando o uso do português apenas para assuntos relacionados ao governo.

Com a consolidação da República, o Brasil precisou se afirmar perante os demais estados nacionais, e a questão da criação de uma identidade nacional assume aí um papel fundamental para a construção de um ideário brasileiro. As ideias republicanas baseavam-se no governo do povo, mediante o direito de voto, porém, para que fosse possível exercer conscientemente esse direito, era preciso que as populações tivessem acesso à instrução e alfabetização (Fiori, 1991). Era necessário, porém, integrar essa parte da população que havia ficado desconectada, muitas vezes tanto no aspecto geográfico quanto cultural, do cenário brasileiro. Assim, já nos primeiros anos do século XX é possível distinguir no Brasil a permanência de políticas voltadas ao projeto nacionalizador em múltiplos espaços da sociedade. Para Fiori (1991), o projeto se desenrola no estado de Santa Catarina tendo como finalidade a criação de valores e hábitos que norteasse para a homogeneização do Brasil, valores estes vistos como indispensáveis para a sua integração na chamada modernidade[25].

Como o termo é frequente neste capítulo, torna-se relevante explicar alguns pontos sobre o conceito de nacionalismo utilizado para balizar esta pesquisa e a sua relação com a busca pela construção da identidade nacional. Segundo Norbert Elias (1994), a formação das nações é uma etapa do processo mais amplo de formação dos Estados, resultado de eventos históricos específicos, essencialmente regionais e identitários. Considerada um fenômeno recente na história da humanidade, a construção dos fundamentos ideológicos em torno da "nação" tem sido frequentemente explicada por meio de um modelo ideal que associa um grupo social específico a elementos de uniformidade compartilhados, como língua, etnia, território, história e traços culturais comuns.

Para o historiador Eric Hobsbawm (1990), esses critérios, sujeitos a mudanças de acordo com circunstâncias e processos específicos, tendem a se tornar símbolos e referências

[25] Le Goff (1990, p. 166) entende o conceito de moderno como oposto ao "antigo". Esse entendimento e diferenciação é feito com base nas percepções de tempo pelos sujeitos em cada sociedade, juntamente com suas conjunturas e seus processos históricos. Segundo o autor, o termo moderno expressa uma tomada de consciência de uma ruptura com o passado, e essa ruptura traduz na verdade a busca por um esquecimento desse passado.

duradouras desde as primeiras organizações modernas com aspirações nacionais, sendo mobilizados e promovidos pelo Estado-Nação com objetivos propagandísticos e programáticos deliberados, além de terem um caráter validador e de reconhecimento perante outras nações – necessário ressaltar que a noção de nação está inserida em um contexto simbólico de validação e reconhecimento. Conforme aponta Hobsbawm (1990, p. 19), "[...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto". Nesse viés, admito que esse cenário de construção identitária perpassou as décadas iniciais do século XX e se encontrava mais aprofundado durante os anos de 1939 e 1942, que é o recorte temporal específico desta pesquisa.

Em diálogo com os estudos de Fiori (1991), Carvalho (2000), Campos (2004), Dallabrida (2001) e Teive (2010), compreendo que o processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina ocorreu de forma gradual, tendo seu início a partir da manifestação de um projeto político das elites catarinenses em busca de ideais de progresso e civilidade. As discussões das mudanças e reformas na educação em Santa Catarina foram produzidas durante o início do século XX em um contexto de ideologias que foram cristalizadas na criação de um sistema educacional que visasse à educação cívico patriótica. A educação era a engrenagem para a construção e afirmação da nacionalidade, assim como também era voltada para disciplinar e condicionar as classes populares. Esses ideais eram produzidos e circulavam entre a elite intelectual e política do Estado, que tinham como função pensar a formação dos catarinenses a partir das filosóficas/ideológicas e políticas do governo empossado.

Como já indicado, a divisão de como as etapas das políticas de nacionalização do ensino ocorreram em Santa Catarina será descrita de acordo com os estudos de Fiori (1991). Segundo a autora, o primeiro período de implementação dessas políticas pode ser delimitado a partir do início da atuação do educador paulista Orestes Guimarães[26] em solo catarinense, que foi trazido para modernizar a rede pública de educação do Estado aos moldes da reforma de ensino paulista que havia ocorrido em 1893[27], estendendo-se até o final da Primeira República em 1930.

---

[26] Orestes de Oliveira Guimarães, natural de Taubaté/SP, nasceu em 27 de fevereiro de 1871. Ingressou na Escola Normal de São Paulo em 1887, aos dezesseis anos, finalizando-a em 1889; fez parte, portanto, da primeira geração de normalistas republicanos, a qual, ao longo da Primeira República, alcançou grande prestígio e autoridade intelectual. Orestes Guimarães faleceu em Florianópolis/SC, no dia 30 de dezembro de 1931 (TEIVE, 2008).

[27] Em São Paulo, a reforma do ensino público promovida pelo governador Bernardino de Campos em 1893 foi marcada sobretudo pela influência da Escola Americana, criada no Estado por protestantes estadunidenses em 1871: estes possuíam a pedagogia norte-americana como princípio para a sua organização. A responsável pela elaboração dessa reforma foi a professora americana Marcia Priscila Browne, a qual se associou à Escola Modelo da Escola Normal da Praça da República, inserindo nessa escola processos inovadores de ensino que tinham como base o método intuitivo (Souza, 2022).

A chegada de Orestes Guimarães em Santa Catarina e a sua atuação no Colégio Municipal de Joinville de 1906 a 1909 representou uma experiência inicial e específica dos métodos e processos de nacionalização e modernização do ensino. Nesse período, ele foi incumbido da tarefa de estabelecer um novo modelo de ensino primário integral, ministrado exclusivamente em língua portuguesa. Segundo Teive (2010, p. 230-231), Guimarães implementou uma reforma curricular que pode ser resumida em 13 pontos:

> 1) reunião na mesma classe de "alemães" e "brasileiros", conforme o nível de adiantamento de cada um; 2) unificação dos programas, tendo em vista a capacidade intelectual das crianças; 3) difusão de livros e de material escolar nacionais; 4) ênfase no ensino da língua portuguesa – pré-requisito para o desenvolvimento das demais disciplinas; 5) ênfase na educação moral e cívica das crianças, de modo a desenvolver o amor à pátria brasileira, a nacionalidade; 6) adoção do livro de leitura em substituição aos compêndios por disciplina; 7) inclusão das ciências naturais e experimentais no currículo escolar; 8) inclusão de canto, ginástica e desenho; 9) introdução da prática de lições de coisas; 10) inclusão das festas cívicas no currículo escolar; 11) ênfase no ensino lento, variado e recapitulativo; 12) sistema de avaliação centrado em exames finais públicos, de modo a dar visibilidade à escola, e 13) separação das classes por sexo, de modo evitar o que Orestes Guimarães chamava de "promiscuidade dos sexos".

Com essa reformulação nos moldes paulistas[28], o Colégio Municipal de Joinville se converteu no primeiro Grupo Escolar[29] catarinense, sendo renomeado como Grupo Escolar Conselheiro Mafra. As práticas ali aplicadas foram valiosas experiências e tidas como referência para os debates na área da educação no Estado, sendo possível identificar ecos de uma continuidade de vários desses pontos nas décadas seguintes, não sendo aplicados somente em instituições específicas, mas sim se tornando parte da legislação educacional e se estendendo a estabelecimentos da rede pública e privada de ensino do Estado.

Com inspiração no modelo paulista de ensino, que era referência em nível nacional na época, o recém-eleito governador Vidal Ramos[30] já vinha manifestando desejo de realizar uma reforma no sistema de ensino de Santa Catarina desde o seu plano de governo. Nesse cenário, pode-se argumentar que Vidal Ramos estava conectado com os anseios dos inícios do século XX, em que "[...] a escola, como instituição da educação e de ensino, foi vitoriosa e hegemônica

---

[28] Antes de vir para Santa Catarina, além de uma experiência de seis anos como professor de escola isolada e de escola ambulante no interior paulista, Orestes Guimarães dirigiu três grupos escolares: o Grupo Escolar de Taubaté, sua terra natal, de março de 1896 a agosto de 1898; o Grupo Escolar José Alves Guimarães Júnior, em Ribeirão Preto, de outubro de 1898 a julho de 1906, e o Grupo Escolar Cardoso de Almeida, em Botucatu, durante alguns meses de 1906, ano em que veio para Santa Catarina para organizar o Colégio Municipal de Joinville (Teive, 2008).

[29] Os Grupos Escolares podem ser entendidos como as primeiras escolas públicas primárias que no Brasil utilizaram-se de uma forma de organização administrativa, metodológica e espacial baseada nas concepções educacionais modernas (Fiori, 1991).

[30] Vidal José de Oliveira Ramos Júnior nasceu em 24 de outubro de 1866 na cidade de Lages/SC, onde ocupou os cargos públicos de vereador e prefeito. Foi Deputado Provincial, Estadual, Federal e Senador. Eleito em 1910 como Governador do Estado de Santa Catarina, em sucessão a Gustavo Richard, trouxe como plano de governo a reforma da instrução pública catarinense. Optei por chamá-lo da forma que é reconhecido popularmente – Vidal Ramos (Corrêa, 1984).

[...] em sua legitimidade de educar e ensinar" (Vasconcelos, 2005, p. 225). Assim, devido aos elogios à sua experiência de três anos no Colégio Municipal de Joinville, Orestes Guimarães retornou a Santa Catarina, sob convite do governador catarinense, para assumir o recém-criado cargo de Inspetor Geral do Ensino, e nele permaneceu até 1918. A pesquisa de Azevedo (2012) demarca que a missão pedagógica a ser desenvolvida foi resumida pelo próprio professor seguindo três frentes de trabalho:

> 1º Apresentar regulamentos, regimentos, programas e horários para o aparelhamento escolar existente e a criar-se, a saber: a) reforma da Escola Normal; b) reforma das escolas isoladas; c) criação das escolas reunidas; d) criação dos grupos escolares; e) criação das escolas complementares; f) criação da inspeção escolar. 2º Instalar, organizar e dirigir, in loco, à vista dos professores do Estado, os novos tipos de escolas, introduzindo os novos métodos didáticos a serem adotados. 3º Inspecionar as escolas reorganizadas, acompanhado dos primeiros inspetores estaduais nomeados, instruindo-os. (Guimarães, 1925 *apud* Azevedo, 2012, p. 76).

Ao ser solicitado novamente em Santa Catarina, Orestes foi nomeado para organizar no Estado uma série de reestruturações no sistema de ensino público. Esse processo ocorreu entre 1910 e 1914, durante o mandato de Vidal Ramos, ficando reconhecida como Reforma Orestes Guimarães, e a atuação de Orestes, porém, se estendeu até 1918, ano em que Orestes deixou o cargo de Inspetor Geral do Ensino (Carvalho, 2000; Fiori, 1991; Teive, 2010).

Destaco que compreendo as reformas educacionais a partir dos estudos de Viñao Frago (2000), e estas são tidas como modificações das políticas educativas que podem afetar desde os dirigentes e a administração do sistema educativo e escolar, a sua forma e estrutura ou financiamento, juntamente com o currículo, os conteúdos, as metodologias e a evolução, e por fim as alterações no professorado, no que diz respeito à formação, seleção, evolução e também às crianças que precisariam frequentar o ensino primário. Nesse sentido,

> [...] a reforma iniciada em 1911 a partir do decreto nº 585 de 19 de abril e terminada em 1914 com a saída de Vidal Ramos do poder é considerada o maior movimento para reorganização e modernização do ensino público do estado até então empenhado pelo governo catarinense. (Fiori, 1991, p. 94).

A reforma empreendida pelo professor Orestes Guimarães não se baseou na criação de uma superestrutura administrativa, mas teve sua ação reformadora iniciada a partir do trabalho de base por meio do contato com os estabelecimentos de ensino, e nesse sentido – o que é um dos focos do presente trabalho – a fiscalização do ensino teve papel renovado e fundamental na implementação das políticas educacionais, muitas vezes realizada pessoalmente pelo próprio Orestes, que:

> Visitava constantemente as escolas do Estado, orientando-as e fiscalizando-as. Sua presença era tão constante que a alfabetização nos Grupos Escolares deveria efetuar-se seguindo o método analítico e de acordo com a processuação dada in loco pelo Inspetor Geral do Ensino. Por vezes, suas visitas de inspeção a uma escola duravam

> até cinco dias de atividade intensa; ao final desse tempo, ainda lamentava que não lhe tivesse sido possível realizar tudo o que era preciso fazer. (Fiori, 1991, p. 98).

Além da fiscalização, existia uma preocupação com a formação deficiente do professorado e a continuidade do ensino oferecido. Diante disso, foram reorganizadas as Escolas Normais[31], que eram responsáveis pela formação de professores, inauguradas as Escolas Complementares[32], para preencher a lacuna existente entre o ensino das séries iniciais e os cursos de especialização, e por fim foram criados os Grupos Escolares, estabelecimentos que abrangiam os primeiros quatro anos do ensino primário (Teive, 2008).

No tocante ao plano de nacionalização do ensino, as ações foram indiretas no sentido da abertura de estabelecimentos públicos primários em regiões povoadas por imigrantes estrangeiros; e diretas nas escolas particulares dos colonos que eram subsidiadas pelo Estado. Estas deveriam oferecer o ensino em língua vernácula sob pena de corte da subvenção e multa. Nas escolas financiadas pelos próprios colonos, deveriam ser enviadas anualmente as estatísticas sobre o ano letivo, seu horário e programa de ensino, respeitar os feriados nacionais e cumprir determinações de higiene, "caso contrário seriam multados" (Fiori, 1991, p. 126).

Diante do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Estado Brasileiro se posicionou contra a Alemanha e isso mudou a postura do governo catarinense perante as populações de origem estrangeira, principalmente alemã, e passou a intervir exigindo fiscalização e regulamentação mais intensa nas escolas étnicas – essas intervenções já se cristalizavam na mensagem do então Governador Felipe Schmidt ao governo em 1917, quando alerta:

> É urgente a regulamentação do ensino em escolas particulares, cujo número é bastante avultado, existindo só em Blumenau 117, em Joinville 54, em Urussanga 18 e em São Bento 14. O total dessas escolas atinge o número de 277. Algumas delas são subvencionadas pelas municipalidades, o que não impede que, contra o regulamento da instrução estadual, o ensino seja feito em língua estrangeira. É preciso corrigir essa situação, tornando obrigatório o ensino da língua nacional em todas as escolas, mesmo as não subvencionadas, com os programas adotados nas escolas públicas estaduais. (Santa Catarina,1917 *apud* Nascimento, 2009, p. 134).

Sob o medo do chamado "perigo alemão", termo veiculado nos jornais da época, algumas escolas particulares foram obrigadas a fechar entre os anos de 1917 e 1919, tanto por dificuldades financeiras quanto por não cumprirem os requisitos exigidos pelo Estado,

---

[31] Essas instituições eram responsáveis pela formação dos professores e das professoras em Santa Catarina. A primeira delas foi instituída em 1892 pelo então Governador do Estado, Tenente Manoel Joaquim Machado, por meio do Decreto nº 155, sob o nome de Escola Normal Catarinense, localizada em Florianópolis/SC (Teive, 2008).

[32] Instituídas em 1910, a partir da implementação da Reforma da Instrução pública, as Escolas Complementares tinham o objetivo de difundir a instrução primária no interior do Estado e funcionavam a partir do regime de aula multisseriado, ou seja, um educador ministrava para alunos de diferentes idades e estágios de aprendizado, tornando o ensino menos oneroso para o Estado (Stentzler, 2018).

exigências relacionadas à formação dos professores e o não seguimento das disciplinas de cunho patriótico impostas pelo governo estadual (Klug, 1997, p. 181).

O término da Primeira Guerra Mundial coincide com o ano em que Orestes Guimarães deixa o cargo de Inspetor Geral do Ensino para assumir o cargo de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas da União. Seu lugar na chefia da Direção da Instrução Pública é substituído pelo professor Henrique da Silva Fontes, já no governo de Hercílio Luz, que aprova a partir de 1920 vários decretos modificando o programa para as escolas isoladas e os grupos escolares (Azevedo, 2012). A década de 1920 traz novos ares em discussões e projetos de diferentes setores da sociedade relacionados à reafirmação da nacionalidade e a busca pelos meios de adentrar na modernidade.

De acordo com os estudos de Solange Hoeller (2009), as discussões sobre novos métodos e modelos pedagógicos fermentaram a ocorrência de diversas conferências de ensino que ocorreram ao longo da década de 1920, sob as mesmas égides reformadoras e de inspiração moderna, buscando lapidar os contornos do ideal de uma nação moderna e com intuito de acabar com o atraso e os problemas da educação brasileira no período. A escola, principalmente o ensino primário, ocupava papel central nessas discussões porque era a partir dela que o Estado almejava imputar essas noções, para que os mais jovens crescessem cultivando esse sentimento de pertencimento e respeito à pátria.

Em Santa Catarina, como reflexo desse cenário, houve a realização da Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário, que ocorreu na cidade de Florianópolis/SC no ano de 1927, dos dias 31 de julho até 10 de agosto. A pesquisa de Souza (2022) dialoga com as ideias de Jean-François Sirinelli (1998), na verificação de que a conferência agiu como um "microclima" propício e planejado para discutir os métodos, as falhas e os sucessos do processo de nacionalização do ensino e da inspeção escolar, além de várias outras questões relativas ao sistema educacional do Estado. Ao analisar os anais produzidos a partir das teses e discussões realizadas pelos participantes durante os dez dias do evento, o autor constatou que:

> [...] o documento todo, bem como a maioria de suas teses, apresenta fortes contornos do discurso nacionalista do período, ou seja, exaltavam a educação como ferramenta para difusão de valores e hábitos nacionais, isto paralelo a um discurso modernizador de práticas e símbolos em várias áreas, não só do ensino. (Souza, 2022, p. 45).

É curioso perceber que, dentre os sujeitos que foram convidados e participaram do evento, figura o nome de Luiz Sanches Bezerra Trindade, que enviou a tese de número cinco versando sobre "O descongestionamento do curso Complementar do acervo de disciplinas e da ligação do referido curso com o primário". Também participa da conferência o professor João

do Santos Areão, apresentando a tese número oito intitulada “Geographia e Cartographia” e a tese número 34 intitulada “Jardim de Infância” (Santa Catarina, 1927, p. 13-15).

Além da ocorrência da Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário de 1927, em Santa Catarina, segundo os escritos de Hoeller e Daros (2021) outros eventos semelhantes ocorreram na mesma época em diferentes regiões do Brasil. Isso inclui a Conferência Interestadual do Ensino Primário, promovida pelo Governo Federal no Rio de Janeiro em 1921, o Congresso de Ensino Primário e Normal no Paraná em 1926, o Primeiro Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais no ano de 1927 e a Primeira Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação e realizada em Curitiba no mesmo ano. Esses eventos evidenciam que os discursos sobre a modernização do ensino já estavam se consolidando e ganhando força, articulando-se por meio de uma rede de intelectuais que se formara nas últimas décadas.

Por sua vez, com mais de duas décadas desde a saída do regime imperial, o antagonismo entre antigo e moderno passa a estar mais presente nas discussões e nos projetos do período e na própria experiência dos sujeitos; nesse sentido, relembro Koselleck (2006), que nos auxilia a compreender um pouco mais sobre a manifestação de uma consciência de ruptura com o passado. Segundo o autor, as sociedades só podem notar sua modernidade por meio da existência de uma distância progressiva entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, ou seja, no momento em que as expectativas se distanciam das experiências realizadas até então. No entanto, as mudanças e inovações ocorriam de forma lenta na política educacional brasileira e também do estado de Santa Catarina: tão lenta que o rompimento entre o chamado antigo e moderno, o futuro almejado, chegava de forma demorada para grande parte da população, de forma que não chegou a causar um rompimento direto com velhas estruturas da sociedade, e sim conviveram e foram experienciados em paralelo.

Em 1930, alegando uma série de críticas às oligarquias estaduais durante a Primeira República, o gaúcho Getúlio Vargas[33] sobe ao cargo de presidência da República com ajuda do movimento tenentista[34], e o cenário referente à nacionalização do ensino começa a sofrer

[33] Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja/RS no dia 19 de abril de 1882, atuou como militar, advogado e político. Serviu no Exército, alcançando o posto de sargento em 1903, ano em que desistiu da carreira militar. Foi eleito para uma série de cargos públicos ao longo de sua vida: Deputado Federal (RS) entre 1923-1926; Presidente da República entre 1930-1945; Senador (RS) entre 1946-1949; Presidente da República entre 1951-1954. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 37. Veio a cometer suicídio em 24 de agosto de 1954 (Academia Brasileira de Letras, 2016).

[34] Vargas ascendeu ao poder por meio de um movimento armado, destituindo o presidente Washington Luís e impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Ele assumiu como chefe do governo provisório e, posteriormente, tornou-se presidente constitucional em 1934, por meio do voto indireto (Fausto, 2006).

mudanças, muito em função do processo de industrialização e centralização burocrática almejado durante a chamada Era Vargas, ou Estado Getulista[35] (Fausto, 2006).

Os estudos especializados de Valdecir Soligo (2010) apontam que, na década de 1930, o crescimento da indústria foi ampliado e impulsionado pela necessidade de atender tanto ao mercado interno quanto ao externo, especialmente o mercado europeu, que estava fragilizado devido às consequências da Primeira Guerra Mundial. O deslocamento do controle capitalista mundial da Europa para os Estados Unidos da América também contribuiu para esse cenário. Foi nesse contexto, após a Primeira Guerra Mundial e principalmente durante a Era Vargas, que o Brasil começou a se industrializar. Para o autor, nessa "[...] lógica capitalista e industrial, Santa Catarina deu início ao desenvolvimento de seu parque industrial" (Soligo, 2010, p. 113).

A historiadora Giralda Seyferth (2003) aponta que o Sul do Brasil foi uma das regiões que mais recebeu fluxos migratórios de populações europeias durante o século XIX e início do XX, e nesse sentido tornou-se urgente para o governo varguista incorporar esses sujeitos ao mercado, à indústria e à cultura nacional, tendo em vista que muitos ainda viviam em comunidades afastadas e com pouco contato com a língua e cultura brasileira, formando os chamados "quistos étnicos"[36].

Essas regiões, em especial as de origem alemã, tinham uma atenção extra por parte dos inspetores escolares, pois, ao longo dos anos, essas comunidades organizaram e montaram suas próprias escolas, igrejas e associações desportivas, financiadas com dinheiro da comunidade e também muitas vezes com subvenção de seus países de origem. Para a autora, já no contexto após o Golpe de 1930:

> A campanha de nacionalização planejava "erradicar as influências externas" através da assimilação compulsória dos descendentes de imigrantes, que se encontravam etnicamente diferenciados. Ela não foi destinada exclusivamente aos teuto-brasileiros, atingindo também outras etnias, e seu propósito era bem específico: abrasileirar uma população considerada estrangeira, a força, se necessário. (Seyferth, 2003, p. 57).

Os estudos de Geraldo (2009) ressaltam que durante o governo de Vargas houve um fortalecimento dos projetos de seleção e restrição voltados para o ingresso de novos estrangeiros no País. Além disso, a autora aponta que foram implementadas políticas de controle e repressão sobre os trabalhadores imigrantes, especialmente aqueles que se encontravam em núcleos coloniais. Esses trabalhadores foram muitas vezes rotulados como de "difícil assimilação"

---

[35] Período dividido entre: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

[36] Oriundos das colônias construídas por imigrantes europeus, podiam ser desde pequenas localidades até cidades maiores. Eram organismos sociais, comunidades formadas com hábitos, costumes e língua diferente da nacional. Foram se tornando um problema para o governo na medida que muitas se identificavam mais com seus países de origem do que com o Brasil (Seyferth, 2003).

(Geraldo, 2009, p. 172), o que resultou em medidas mais severas por parte do governo em relação a eles, que foram se aprofundando ao longo da década de 1930.

Segundo Seyferth (2005), o processo de assimilação dessas populações já ocorria desde o início do século XX, porém sofria resistência tanto por parte dos colonos quanto por parte da classe política regional, que muitas vezes preferia deixar as comunidades como estavam do que despender recursos para mudar o cenário. Este quadro culminou em nomear muitas dessas comunidades como "alienígenas", referindo-se ao que vem de fora, e também o constante emprego do termo "quisto", remetendo ao jargão médico para designar um "mal" cuja cura é cirúrgica. Nesse contexto:

> O principal objetivo da ação nacionalizadora iniciada na década de 1930 era acabar com os "quistos étnicos" formados pela imigração no sul do Brasil: as populações "enquistadas" precisavam ser diluídas, caldeadas, misturadas, digeridas — para citar algumas metáforas usadas para falar dos problemas de assimilação. (Seyferth, 2005, p. 7).

Em dezembro de 1930, apenas dois meses após Getúlio Vargas assumir o poder, seu governo provisório tomou a primeira medida restritiva em relação à entrada de imigrantes no País. Os estudos de Geraldo (2009, p. 172) explanam que a promulgação do Decreto nº 19.482 estabeleceu que apenas passageiros estrangeiros de terceira classe – a definição de imigrantes na época – poderiam entrar no País se já estivessem domiciliados no Brasil, se fossem solicitados pelo Ministério do Trabalho para trabalhar na agricultura, se possuíssem "bilhetes de chamada" ou se fossem agricultores em famílias. Além disso, o decreto instituiu a "Lei dos 2/3", que exigia que todas as empresas demonstrassem que pelo menos dois terços de seus empregados fossem brasileiros natos. Essa lei foi apresentada como uma medida para proteger os trabalhadores brasileiros da concorrência estrangeira, especialmente no meio urbano, e identificava a entrada descontrolada de imigrantes como uma das causas do aumento do desemprego, da instabilidade econômica e da insegurança social.

No término do ano de 1933, com a abertura da Assembleia Nacional Constituinte, as críticas aos trabalhadores estrangeiros se acentuaram, com discursos acalorados tanto na Assembleia quanto na mídia. As justificativas contra a imigração incluíam a proteção do trabalhador nacional, o receio em relação à entrada de indivíduos que representassem perigo à segurança nacional, além das ideias eugênicas e raciais da época (Fausto, 2006). A Constituição de julho de 1934 incorporava a "Lei de cotas", que estabelecia um limite para a entrada de estrangeiros de cada nacionalidade. Conforme pode ser verificado no parágrafo 6º do artigo 121:

> A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo,

> porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. (Brasil, 1934).

No tocante à organização do sistema de ensino a nível nacional, algumas mudanças ocorrem já em 1930 a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Este teve sua primeira gestão comandada pelo mineiro Francisco Campos[37], que realizou uma reforma no sistema educacional brasileiro no ano seguinte, em 1931. De acordo com o historiador Norberto Dallabrida (2009, p. 185), o foco dessa reforma era modernizar e reorganizar o ensino secundário a nível nacional,

> [...] por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal.

Segundo o autor, assim ocorreu o aumento de dois anos da duração do ensino secundário, que passou de cinco para sete anos e foi dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo, chamado "fundamental", com um período de cinco anos, era um curso comum a todos os estudantes secundaristas e conferia formação geral. A segunda fase do ensino secundário, o "ciclo complementar", formado por dois anos, era propedêutico para o curso superior e apresentava um leque de três opções: "[...] para os candidatos ao curso jurídico, para os candidatos aos cursos de medicina, farmácia e odontologia e para os candidatos aos cursos de engenharia ou arquitetura" (Dallabrida, 2009, p. 186).

Em consonância com as pesquisas de Fiori (1991) e Machado (2017), observa-se que em Santa Catarina a estrutura do sistema educacional pensada e estipulada durante a reforma promovida por Orestes Guimarães (1910-1914) se manteve em vigor, basicamente, até 1935. Nesse ano, o professor Luiz Sanches Bezerra Trindade, que já ocupava desde 1933 o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, organizou a chamada "Reforma Trindade" (Fiori, 1991, p. 121) e criou assim o Departamento de Educação, tornando-se o seu primeiro diretor. A autora aponta que, com e esse movimento, o Departamento de Educação passa a ser subordinado à Secretaria de Estado, até então chamado de Interior e Justiça. O Departamento de Educação era composto de Institutos e Subdiretorias.

> Instituto de Educação
> Sub-diretoria Administrativa
> Sub-diretoria Técnica

---

[37] Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá/MG no dia 18 de novembro de 1891. Foi advogado, professor, jurista e político brasileiro. Atuou como: Deputado Federal (MG) – 1921-1926; Ministro da Educação – 1930-1932; Consultor Geral da República – 1933-1937; Ministro da Justiça – 1937-1941. Responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937 e do AI-1 do golpe de 1964. Veio a falecer em Belo Horizonte no dia 1º de novembro de 1968. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2024).

> Sub-diretoria de Cultura e Divulgação
> Sub-diretoria de Educação Física, Recreação e Jogos
> Sub-diretoria de Educação Musical e Artística
> Sub-diretoria de Bibliotecas, Museus e Rádio-difusão
> Sub-diretoria de Saúde e Higiene Escolar. (Fiori, 1991, p. 123).

Machado (2017) observa que as Escolas Normais Primárias tinham um programa de estudo com duração de três anos, com o propósito de formar professores para as áreas rurais: eram as antigas Escolas Complementares, cujo currículo havia passado por alterações. As Escolas Normais Secundárias, também com um curso de três anos, requeriam que seus estudantes tivessem se formado nas Escolas Normais Primárias. Do ponto de vista curricular e sob influência do movimento da Escola Nova[38], houve alterações que incluíram no currículo, focado a formação de professores,

> [...] disciplinas como a pedagogia, psicologia e agricultura, além de prever a introdução de métodos objetivando facilitar a transmissão de conhecimentos pelos alunos mediante a observação direta, como por exemplo, as excursões escolares. Métodos estes, integrantes das concepções idealizadas pelos educadores vinculados à proposta da Escola Nova. (Machado, 2017, p. 452).

De acordo com Tissiane Bombassaro (2009), o discurso de incorporação dos estudos científicos na formação de professores já estava em andamento nos anos anteriores, mas recebeu maior destaque após as reformas educacionais após o ano de 1930. Para a autora, a convicção da geração de intelectuais da década de 1930 na importância do conhecimento científico refletia como "[...] impulso necessário da sociedade brasileira à vanguarda da razão, que não encontraram no irromper republicano, e que urgia ser conquistada pela ação organizada destas elites condutoras" (Bombassaro, 2009, p. 222).

É nesse contexto, a partir de 1935, que os três personagens abordados nesta pesquisa passam a exercer seu maior grau de influência no sistema educacional catarinense por meio do Departamento de Educação: com Luiz Sanches Bezerra Trindade como Diretor, Elpídio Barbosa como Subdiretor Técnico/Superintendente Geral Interino do Ensino e João dos Santos Areão na figura de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do Ensino.

Do ponto de vista da prática da inspeção escolar financiada pelo Governo Federal, os estudos de Valdecir Soligo (2008) indicam que, apesar do discurso extremamente nacionalista no período, o principal aparato de fiscalização das escolas subvencionadas pela União em Santa

---

[38] O movimento escolanovista teve origem na Europa e se disseminou por outros continentes, reunindo educadores que criticavam os modelos tradicionais de ensino, considerando-os inadequados para os novos tempos da modernidade. Como resultado, a Escola Nova surgiu com abordagens educacionais inovadoras que promoviam um ensino democrático, colocando as crianças no cerne do processo de aprendizagem. Para alcançar esse objetivo, foram adotadas novas práticas pedagógicas, que enfatizavam uma dinâmica que estimulava as interações entre alunos e professores, encorajando os alunos a explorar por conta própria e integrando-os ao ambiente social como parte do processo de aprendizado (Oliveira *et al.,* 2023).

Catarina sofria com diminuição em seu orçamento. O autor destaca a mensagem do então governador Nereu Ramos à Assembleia Legislativa do Estado em 1936, versando sobre a atuação do Executivo estadual na campanha de nacionalização:

> A união continua a subvencionar o ensino estadual nas zonas de maior desenvolvimento da colonização estrangeira. O auxílio que em 1929 era de 536 contos é atualmente de 342. Para lhe fiscalizar a aplicação o governo federal mantém junto as escolas das referidas zonas o inspetor João dos Santos Areão. [...]. O inspetor federal em relatórios fundamentados há, por seu turno, salientado a necessidade do aumento da subvenção. Apesar da sua redução, o Estado não suprimiu nenhuma das escolas custeadas por ela. Manteve-se todas com prejuízo mesmo de outras zonas que o analfabetismo ainda cancera. Santa Catarina tem sido acusada pelos que desconhecem as coisas do Estado de haver descurado o problema do ensino nas zonas coloniais. Os governos catarinenses, todos eles, com indormida fé patriótica, têm consagrado a esse problema o cuidado e o zelo compatíveis com os nossos recursos financeiros. (Santa Catarina, 1936, *apud* Soligo, 2008, p. 74).

É possível notar o tom de extremo respeito de Nereu Ramos para com o poder executivo. A mensagem, porém, não deixa de assumir um tom de crítica ao governo central, expondo o cenário de diminuição do orçamento destinado ao ensino das escolas subvencionadas pela União, afetando especialmente a inspeção e alfabetização nas zonas coloniais.

Dando sequência ao quadro histórico que culminou na produção dos documentos que serão analisados na próxima sessão desta pesquisa, no ano seguinte, em 1937, Getúlio Vargas utiliza um documento fictício conhecido como Plano Cohen[39] para mobilizar o exército brasileiro e ascender novamente ao poder, desta vez de forma ditatorial por meio de um golpe de estado ocorrido no dia 10 de novembro de 1937, inaugurando o chamado Estado Novo. Este contou com uma nova Constituição elaborada por Francisco Campos ainda em 1937, que perdurou até o ano de 1946. Nesse espaço de oito anos, os partidos políticos foram extintos e os estados brasileiros ficaram mais alinhados ainda à centralização burocrática e política almejada por Vargas, que voltou a nomear interventores para governar os estados. Em Santa Catarina, a figura de Nereu Ramos continuou à frente da chefia do Estado – este havia sido eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa em 1935 e continuou no poder em 1937, agora como interventor nomeado por Vargas.

De acordo com os estudos de Adriano Codato (2011), o período de 1937 a 1945 foi marcado em nível nacional, sob linhas gerais, pela estatização de vários setores chave da economia brasileira, como o setor de mineração e fornecimento de água; favorecimento da

---

[39] Partindo das mãos dos integralistas e chegando às mãos de militares getulistas, o documento falava sobre uma suposta invasão comunista ao Brasil elaborada durante o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista ocorrido em Moscou em 1935. Este buscaria desestabilizar o governo brasileiro por meio de greves, incêndios em prédios públicos e manifestações populares que resultariam em saques, vandalismo e no assassinato de autoridades. Como parte do esquema, ele foi "descoberto"" pelas Forças Armadas, rotulando-o como "comunista" e permitindo a derrota dos oponentes do governo, sendo posteriormente utilizado para legitimar o golpe de Estado que estabeleceu o Estado Novo (Fausto, 2006).

indústria nacional, substituindo muitas importações pela produção interna; reformulação da administração pública; promulgação do decreto estabelecendo o salário mínimo (1940); ocorrência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943; censura da imprensa por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Para o autor, administração pública do Brasil nesse período foi mobilizada de forma autoritária, principalmente sob a figura de dois aparelhos: Departamento e Interventoria – esses órgãos e os sujeitos ali inseridos deveriam estar de acordo com as bases ideológicas e políticas autoritárias de Getúlio Vargas:

> [...] os dois aparelhos – Departamento e Interventoria – e seus ocupantes eventuais deveriam assumir, antes de tudo, um compromisso ideológico com o Estado Novo, ou seja, acatar como seus os propósitos de defesa e de consolidação do regime do presidente Vargas. (Codato, 2011, p. 329).

Nesse contexto, parto do princípio que o poder autoritário não requer justificativas para adotar determinadas ações políticas. A pesquisa de Pereira (2004) demonstra que em Santa Catarina esse poder é representado pelo Interventor Federal Nereu Ramos, que nomeia em 1938 o Capitão da Polícia Militar Lara Ribas como Delegado da Ordem Política e Social, encarregado de executar as medidas restritivas estabelecidas pelos Governos Federal e Estadual em relação aos comunistas, imigrantes e qualquer pessoa considerada um "perigo eminente para a Nação" (Pereira, 2004, p. 34). A autora também explana o discurso feito por Nereu Ramos, na cidade de Blumenau/SC em 1938. Nas palavras do interventor e relativo à formação da chamada "brasilidade", observa-se que o estado catarinense enfrentava problemas de natureza diversa dos observados em outras Unidades da Federação e que seria necessário enfrentá-los e resolvê-los:

> [...] é dever nosso impedir que os que aqui nasceram e aqui vivem, ao invés da língua e das tradições do Brasil, se apeguem e se aferrem às de outros povos ou de outras nações. [...] nem abrimos mão do direito, que nos é fundamental como nação soberana, de orientar e dirigir a formação moral e cívica dos que nasceram no Brasil e brasileiros são. (Ramos, 1938 *apud* Pereira, 2004, p. 33-34).

Com base nesse pronunciamento é possível notar os contornos em que eram traçadas as bases ideológicas do governo varguista e reafirma o compromisso e dever do cidadão catarinense para com essas ideias. Nesse contexto, tanto a escola quanto a prática de inspeção escolar passam a desempenhar novamente um papel fundamental para inculcação desses valores. Para Silva (2016), as políticas do Estado Novo direcionaram ao governo um plano político revestido de autoritarismo e nacionalismo influenciado pelas Forças Armadas e que, por meio da instituição de ensino, almejou alterar e homogeneizar, no âmbito da cultura, o "povo" em "nação brasileira". Segundo a autora, o Departamento de Educação tinha função chave na aplicação e fiscalização dos ditames do governo.

> A implementação da proposta nacionalista, materializada nas práticas pedagógicas, era orientada pelo Departamento de Educação, representante do governo e veículo inoculador de seus escopos ideológicos homogeneizadores. De fato, recursos diversos foram utilizados pelos professores, diante da insistente exigência e criteriosa verificação do atendimento às "recomendações" do serviço de inspeção escolar, em cumprimento às determinações legais. (Silva, 2016, p. 156).

A ideia de homogeneizar a educação em Santa Catarina sofria resistências por parte das escolas particulares organizadas há décadas pelos próprios colonos. De acordo com os estudos de Lúcio Kreutz (1999; 2000; 2010), as chamadas "escolas étnicas" eram aquelas estabelecidas para educar os filhos e as filhas dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX.

> Mesmo existindo controvérsia, o Brasil chegou a ter em tomo de 2.500 escolas étnicas em 1930. Dessas escolas, 1.579 eram de imigrantes alemães, 396 de imigrantes italianos, 349 de imigrantes poloneses e 178 de imigrantes japoneses. (Kreutz, 2010, p. 72).

Para o autor, as "colônias" alemãs, italianas, polonesas e japonesas, ao se fixarem em regiões rurais, geralmente afastadas, acabaram formando comunidades a partir de uma "[...] ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar, religioso e sociocultural, à semelhança dos países de origem" (Kreutz, 2000, p. 159), inclusive na língua falada. Nesse sentido, foram criadas agremiações como os clubes de ginástica, clubes de caça e tiro e mídias locais próprias na figura de jornais; as escolas primárias comunitárias construídas eram mantidas muitas vezes com verba proveniente de suas nações de origem. Aos olhos do estado catarinense, essas instituições eram chamadas de "escolas estrangeiras"[40](Santos, 2008, p. 4). Essas escolas tinham uma forte carga identitária de outras culturas que fugiam ao escopo do desejado na formação identitária do cidadão brasileiro, compreendendo a noção de etnia sob o prisma da educação como:

> [...] os símbolos de uma sociedade, suas normas, sua educação, sua organização social. Isso significa que a educação é etnicizada, "atravessada" pela etnia. O étnico é elemento de diferenciação social, influi na percepção e na organização da vida social. Ele não se dá no abstrato. Manifesta-se nos símbolos, nas representações emas valorações de grupos. étnico concorre para que a concreção histórica se efetive de uma forma específica. (Kreutz, 1999, p. 80).

Com o cenário mundial se tensionando para a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as medidas de cerceamento por parte do governo contra populações de origem alemã, italiana e japonesa se intensificaram e foram colocadas sob suspeita e observação contínua. Dentre os telegramas e fonogramas analisados nesta pesquisa, todos que versavam

---

[40] Conforme a Lei nº 1283, de 15 de setembro de 1919, no seu parágrafo 1º: "Por escolas estrangeiras entendem-se aquellas em que uma ou mais matérias são ensinadas em língua estrangeira, ainda que o professor seja nacional" (Santa Catarina, 1919, *apud* Santos, 2008, p. 4).

sobre a infração de algum aspecto cultural da escola ou comunidade visitada pelo inspetor eram de origem alemã.

Com os movimentos nazistas e fascistas se avolumando cada vez mais na Europa, ao longo da década de 1930 é possível perceber a penetração dessas ideologias em solo catarinense. Para se ter ideia, tomando como exemplo a etnia alemã, os estudos de Pereira (2004) indicam que a estruturação do partido nazista em Santa Catarina recebeu um apoio considerável. Os primeiros grupos hitleristas começaram a surgir em Santa Catarina a partir de 1929, antes mesmo de Adolf Hitler ascender ao poder. Blumenau/SC era o epicentro, enquanto outros grupos nazistas estavam presentes em:

> [...] Joinville, Cruzeiro, Brusque, Trombudo Central, Itajaí, Indaial, Rio das Antas, Dona Emma, Jaraguá do Sul, Canoinhas, Hansa Humbolt, Perdizes, Izabel, Florianópolis, São Francisco, Porto União, Timbó, Salto Lauterbach, Nova Berlim, Rio Negrinho, Rio do Peixe, Neubremen, Hamônia, Rio do Sul, Altona, Boiteuxburgo e Concórdia. (Pereira, 2004, p. 27).

Ainda segundo a autora, a partir de 1935 o dirigente do movimento em Santa Catarina foi um ex-militar do exército alemão que combateu na Primeira Guerra Mundial, Otto Schinke. Utilizando como base o "Censo de 1940, dos 10.791 alemães natos, 10.000 assinaram a lista de adesão" do partido (Pereira, 2004, p. 27).

Esse contexto no cenário catarinense gerou o que as pesquisas de Clarícia Otto (2014, p. 101) chamaram de um "mosaico de nacionalidades a nacionalizar". A autora apresenta um relato intrigante fornecido pelo inspetor federal João dos Santos Areão, que, em um tom de denúncia e indignação, transcreveu de forma integral ao ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, os conteúdos encontrados em um boletim que anunciava as comemorações do Dia do Colono[41] durante sua visita à localidade de Blumenau/SC. Segundo Areão, o referido boletim continha somente as palavras "Dia do Colono" em português, o restante era escrito em alemão. Segundo a autora, ele denuncia que o boletim procurava sabotar os esforços de nacionalização que estavam em curso no Estado e que ainda enfrentavam obstáculos significativos. Areão forneceu também a tradução do boletim, realizada por colegas de sua confiança:

> Alemão do Brasil, tu deves: 1°) Amar tua pátria e manifestá-la perante Deus e os homens; 2°) Amar as tuas tradições e sustentá-las diante de todos os ho- mens; 3°) Amar as tuas tradições mais do que a tua bolsa; 4°) Cuidar que os teus filhos falem alemão, pensem em alemão, pois são os portadores do teu nome; 5°) Manter-te e aos teus filhos a tua escola de tuas tradições e o espírito do teu povo; 6º) Dar à mocidade do lugar onde residir uma boa biblioteca de livros alemães do Brasil que deve ser auxiliado por ti; 7°) Que na intimidade e no círculo de tuas relações e na tua casa, o alemão entre os alemães seja falado; 8°) Ver na pátria distante uma terra valorosa; 9°) Fazer discurso para honrar os fundadores da localidade, conservar as memórias dos

[41] É uma data comemorativa local de Blumenau/SC, comemorada em 25 de julho.

> condutores, proporcionar túmulos dignos deles - porque eles bem o mereceram; 10°) Insistir para que o lavrador seja apreciado em teu meio, porque os nossos pais vieram e como lavradores enriqueceram a nossa pátria. Em forma de quadra: Já como criança. Aprendemos com nossa mãe a rezar em alemão. Queremos também algum dia aparecer diante de Deus com o espírito alemão (Santa Catarina, 1936 *apud* Otto, 2014, p. 101).

Como é possível perceber, esse "espírito alemão" envolvia várias esferas da comunidade, não somente a escola, e ia na contramão dos preceitos nacionalistas do período. Nesse contexto, compreendo que cabia aos inspetores escolares manter contato não só com o Departamento de Educação, mas também com as delegacias de polícia de cada localidade para investigar denúncias feitas tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços da comunidade e que eram consideradas violações à segurança nacional.

Exemplos dessa comunicação entre inspetores e as delegacias de polícia constam nas mensagens telegráficas guardadas por Elpídio Barbosa. Algumas tinham a ver com as políticas nacionalizantes, já outras correspondiam a diferentes situações do cotidiano, inclusive de fora da escola, que os inspetores achavam importante de ser relatado. É importante ressaltar que será utilizado para análise o texto das mensagens de forma integral e com a mesma linguagem, expressões e organização das palavras que o texto original, ou seja, as mensagens serão transcritas integralmente.

O telegrama a seguir foi escrito por Luiz Sanches Bezerra da Trindade a partir da cidade de Blumenau/SC, em 24 de junho de 1941, endereçada ao Sargento Delegado da polícia de Indaial/SC, cidade vizinha a Blumenau/SC.

> Blumenau 24 - junho 41
>
> Sargento Delegado Polícia Indaial
>
> Acabo ler *Urwaldsbote* edição hoje anúncio festa Sociedade Ginástica essa cidade em língua alemã fato que vem provar pouco desejo regular como sociedade brasileira. Faça dar ciência diretor este meu telegrama. Saudações
>
> Luiz Trindade
> Inspetor Geral Nacionalização
> Hotel Pauli (Trindade, 1940)

O referido *Der Urwaldbote,* ou "O Mensageiro da Floresta" em tradução do alemão, foi um jornal teuto-brasileiro produzido na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, de 1893 a 1961. Foi fundado pelo Pastor Faulhaber e teve em seu início um viés exclusivamente religioso. De acordo com a pesquisa de Cintia Rodrigues (2021, p. 5), o jornal tornou-se "[...] porta-voz das demandas das comunidades evangélicas do município e das escolas que administrava", e isso incluía as atividades educacionais e de integração dos imigrantes alemães à nova vida em

terras tupiniquins. O anúncio de festa relatado por Trindade indica transgressão do Decreto nº 1.545 de 1939, que proibia, dentre outras coisas, manifestação de festas locais em línguas estrangeiras, fato que foi relatado e deveria ser avaliado pelas autoridades locais.

Os estabelecimentos e funcionários da área da saúde das localidades visitadas pelos inspetores também estavam sujeitos à sua prática de fiscalização atenta, conforme consta na seguinte mensagem escrita também por Trindade:

> 16 outubro 39
> Superintendente Ensino Florianópolis
> 1007 Peço levar conhecimento exmo. Dr. Secretário seguinte fato *bipt* Menor Osmar Borto aluno segundo ano Grupo Conselheiro Mafra frequenta Centro Saúde local *pt* Dra. doze estando Centro aguardando vez ser medicado censurou modo brusco *vg* que é natural criança *vg* enfermeira que falava alemão em objeto serviço com adultos não conseguindo (Trindade, 1939)

O caso relatado é um desafio à prática da pesquisa e historiografia, do ponto de vista da interpretação da escrita telegráfica e da falta de informações precisas. A mensagem relata um acontecimento ocorrido na cidade de Joinville/SC, onde funcionava o Grupo Escolar Conselheira Mafra, e discorre sobre uma situação entre uma médica e um aluno, falando também sobre uma enfermeira que falava em alemão com outros adultos e não conseguiu prestar o serviço. O caso é interessante pois foi endereçada à Superintendência de Ensino em Florianópolis, pedindo que o fato fosse levado a ciência de Ivo d'Aquino[42], então Secretário de Estado do Interior, Justiça, Educação e Saúde. Logo após essa mensagem, consta no arquivo de Elpídio a seguinte mensagem:

> 26 outubro 39
> Departamento Educação Florianópolis
> 1009 – Peço informar ao Secretario que enfermeira me referi telegrama dia 16 corrente chama-se Cordula Genhart
> Saudações
> Luiz Trindade
> Inspetor Nacionalização
> Palace Hotel (Trindade, 1939)

O texto foi escrito dez dias após o telegrama citado anteriormente. Novamente torna-se importante atentar ao Decreto-lei nº 1.545 emitido por Getúlio Vargas em 1939, que também estipulava que era proibido o uso de línguas estrangeiras em repartições públicas. Pode-se notar

[42] Nascido em 5 de agosto de 1896, na cidade de Florianópolis/SC, exerceu diversas funções no Estado de Santa Catarina: Consultor Jurídico do Estado (1917-1920); Procurador Fiscal (1918-1919); Oficial de Gabinete de Hercílio Luz, Governador do Estado; Secretário de Estado do Interior e Justiça, de 28 de setembro a 24 de outubro de 1930; Secretário Particular de Fúlvio Aducci, Governador do Estado; Secretário de Nereu Ramos, Governador do Estado, em 1935, a quem fazia oposição na década de 1920; Secretário de Estado da Viação, Obras Públicas e da Agricultura, em 1936; Secretário de Estado do Interior, Justiça, Educação e Saúde, de 4 de dezembro de 1937 a 31 de outubro de 1945; Procurador do Tribunal de Contas de Santa Catarina, nomeado em janeiro de 1955; Ministro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nomeado por Celso Ramos, Governador do Estado, exerceu de 2 de janeiro até 30 de setembro de 1963. Faleceu em 28 de outubro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. (Memoria Política de Santa Catarina, 2022).

como ele era levado a sério pelos inspetores, que trataram de relatar e até especificar o nome da enfermeira na nova mensagem.

Como a legislação do período entre 1938 e 1942 marca o início de medidas mais agressivas às culturas de origem estrangeira, é de suma importância trazer alguns dos principais decretos que versavam sobre a nacionalização tanto a nível federal quanto estadual, isso para dialogar com as mensagens analisadas nesta pesquisa e podermos nos situar nos cenários expostos nos telegramas que serão analisados na subseção seguinte.

Os estudos especializados de Clayton Hackenhaar (2015, p. 153) explanam os vários aspectos adotados pela legislação criada pela esfera federal no tocante à nacionalização:

> Em 25 de janeiro de 1938, o governo federal criou, por meio do Decreto-lei n. 2265, a Comissão de Nacionalização, com o objetivo de "estudar leis nacionais para regular a entrada, fixação, naturalização e a expulsão dos estrangeiros". A participação e atividade política foram proibidas para esses estrangeiros pelo Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938. O Decreto-lei n. 406, datado de 04 de maio de 1938, regulamentou a entrada de estrangeiros no país, assim como as cotas de imigrantes de cada país ou etnia. Em 18 de novembro de 1938, foi instituída a Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Decreto-lei n. 868, com o objetivo de "definir a ação a ser exercida pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira".

Sobre o Decreto-lei nº 406 de 1938 consta ainda em seu artigo 86 que: "Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização"[43]. Em 8 de março de 1940, o Governo federal emite o Decreto-lei nº 2.072[44] dispondo sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixando suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Esta estabelece em seu artigo 2º:

> A educação cívica visará a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado, no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com maior esforço e dedicação.

Já em nível estadual, podemos observar, a partir das pesquisas de Kreutz (2010), Geraldo (2009), Pereira (2004), Soligo (2008) e Silva (2014), que o Decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938 marcou o desfecho do processo de nacionalização iniciado em 1911 e iniciou uma nova fase, mais imperativa se comparada à anterior. Esse decreto estabeleceu diretrizes relacionadas ao ensino primário em escolas particulares no Estado. "O foco principal estava nas

---

[43] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20entrada%20de%20estrangeiros%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional.

[44] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html

escolas localizadas nas áreas coloniais e no uso da língua estrangeira" (Silva, 2014, p. 24). Dessa forma, com esse decreto, a abertura e a autorização de funcionamento de escolas primárias particulares dependiam da obtenção de uma licença que considerava aspectos como a nacionalidade do professor e o uso da língua vernácula. Por exemplo, o artigo 4º estipulava que o requerimento de licença deveria incluir documentos que comprovassem que os professores responsáveis por disciplinas como "língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil, e educação moral e cívica, em todos os cursos"[45] fossem brasileiros natos. Quanto aos diretores e professores de outras disciplinas, eles tinham a opção de serem brasileiros naturalizados. Para Monteiro (1983, p. 60):

> Foi, sem dúvida, o decreto-lei n° 88 do governo Nereu Ramos a mola propulsora da nova política de nacionalização posta em prática em Santa Catarina, durante o Estado Novo. O legislador atingiu o ponto básico de todo o processo de nacionalização – a escola particular. Já em seu prefácio, o interventor Nereu Ramos justificou a assinatura do novo decreto-lei, apresentando uma série de considerando, demonstrando ativa e a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes, relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo.

Era a partir dessas e de outras tantas leis, normativas, decretos e portarias que os inspetores escolares federais e estaduais atuaram em Santa Catarina no período entre 1938 e 1942. É importante destacar que constam no arquivo pessoal de Elpídio Barbosa uma vasta gama de livros, publicações e regulamentos referentes à legislação do ensino, na ordem dos 110 exemplares datados entre as décadas de 1910 a 1960[46], o que reafirma a posição de Elpídio como um aplicado e atento profissional da educação.

4.2 ECOS TELEGRÁFICOS: OS VESTÍGIOS DE UMA CULTURA POLÍTICA NOS TELEGRAMAS/FONOGRAMAS INSTITUCIONAIS DE 1939 A 1942

É preciso ter em mente que a campanha de nacionalização em curso durante a década de 1930 em Santa Catarina não representou apenas uma luta pela construção de uma identidade nacional; as disputas entre as elites políticas do estado também tiveram papel chave e influenciaram na dinâmica de quem comandava esse processo a nível estadual. De igual modo, compreendo essas tensões entre elites econômicas e grupos políticos do Estado como parte de

---

[45] Decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938, inserido no livro de Decretos-leis de 1938, da página 78 a 86, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Também disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/referencias_documentais/Nilson%20Thome%20-%20ref_doc.htm

[46] A lista completa de obras relacionadas à legislação do ensino no arquivo de Elpídio pode ser acessada em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/9255/colecao_elpidio_2016_1702303426417_9255.pdf

um cenário de embates dentro de um campo político cultural, e este é sujeito às flutuações e mudanças de poder que passam a afetar a organização das culturas políticas movimentadas em solo catarinense. Entendo que quem domina este campo passa a reproduzir seus próprios ideais, interesses e visões de mundo, por meio do sistema de ensino e econômico que o capital político proporciona.

O historiador Serge Berstein (1998) afirma que o uso do conceito de cultura política não é uma chave universal que abre todas as portas e leva a uma resposta única e estática, mas que se adapta à complexidade dos comportamentos humanos. Nesse sentido, o autor compreende "[...] o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país" (Berstein, 1998, p. 350).

Neste viés, compreendo que a primeira metade do século XX em Santa Catarina foi marcada pela disputa entre os grupos políticos do Estado para assumir o controle do processo de formação de identidade do cidadão brasileiro que já ocorria a nível federal, afetando diretamente o andamento das reformas educacionais e, consequentemente, a prática da inspeção escolar. Admito que esse processo interferiu diretamente na produção das comunicações analisadas nesta pesquisa, como será verificado a seguir.

Atento aos estudos de Gertz (2005) e Hackenhaar (2015) até o ano de 1930, o domínio econômico e político do Estado catarinense estava nas mãos das elites do Vale do Itajaí, reunidas em torno do Partido Republicano Catarinense (PRC)[47], liderado por Adolfo Konder[48], de ascendência alemã. Já a família Ramos, que se organizava em torno do grupo político que tomou o controle do governo de Santa Catarina com o movimento de 1930, defendia os interesses da grande propriedade e da pecuária, considerando o PRC e as elites do Vale como seus principais opositores políticos. Desse modo, os autores explanam que o governo catarinense após 1930 procurou desmantelar a rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que sustentava o PRC desde a Primeira República. Consequentemente "[...] as intervenções estatais nas regiões coloniais tornaram-se expediente rotineiro de autoridades públicas aliadas dos Ramos e dos liberais" que afirmavam estar combatendo os inimigos da pátria e os "quistos étnicos" (Hackenhaar, 2015, p. 157). No entanto, essas intervenções

[47] O Partido Republicano Catarinense (PRC) foi fundado em 1887. Teve sua origem nos clubes republicanos montados em diversos municípios da província de Santa Catarina a partir de 1885 (Souza, 2022).

[48] Nascido em 6 de fevereiro de 1884, na cidade de Itajaí/SC. Foi um advogado, jornalista e político catarinense e ocupou diversos cargos chave dentro do governo estadual, dentre eles: Governador de Santa Catarina (1926-1930), Deputado Estadual na Casa Legislativa (1935), Deputado Federal (1921-1923), (1924-1926), (1935-1937) e Senador (1930), representando os catarinenses. Para mais detalhes da carreira, consultar a biografia no *site* Memória Política de Santa Catarina, disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1027-Adolfo_Konder

estavam sujeitas a "[...] constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores" (Gertz, 2005, p. 49).

Com esse cenário em mente e com tudo que já foi dito, é importante destacar que o processo de nacionalização em Santa Catarina vinha ocorrendo desde a Primeira República, quando teve maior influência das elites industriais do Vale que se reuniam em torno do Partido Republicano Catarinense. Este possuía muitos membros de ascendência estrangeira, dessa forma, nesse período, o processo de assimilação, intervenção e nacionalização dos núcleos de imigração ocorreu de forma mais passiva e liberal. Quando o eixo de poder estadual passa a submeter-se à intervenção federal em 1930, ocorre que nos quinze anos subsequentes o governo do Estado fica sob mando do Partido Liberal Catarinense (PLC)[49] e da família Ramos, ligada ao latifúndio e com muita influência no Planalto e no Oeste de Santa Catarina – esta já havia realizado uma reforma com fortes princípios nacionalistas de 1910 a 1914. A partir do alinhamento com a forte proposta nacionalista de Getúlio Vargas, a família Ramos pôde exercer o poder no Estado, utilizando-o também como fator para enfraquecer seus opositores políticos e econômicos, de origem estrangeira.

Nesse sentido, para dar corpo à discussão que será realizada nesta sessão, torna-se necessário permanecer ainda na década de 1930 e ter em mente alguns movimentos políticos que ocorreram dentro do Departamento de Educação e levaram nossos personagens a ocuparem seus respectivos cargos entre 1939 e 1942.

Também estavam subjugados ao jogo político os profissionais do Departamento de Educação. Conforme os estudos de Fiori (1991) e Philippi e Faverin (2023), houve tensionamentos e rupturas nas relações e estruturas da alta cúpula do ensino em Santa Catarina a partir da posse de Nereu Ramos, membro do PLC e aliado de Getúlio Vargas, como governador de Santa Catarina em 1935. Esse movimento teve reflexos diretos na chefia do Departamento de Educação, que nesse período estava a mando de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, conforme já foi explanado. Philippi e Faverin (2023) apontam que as relações entre Nereu Ramos e Luiz Trindade se afastaram por posições políticas e ideológicas já em 1935:

> Luiz Trindade foi próximo de Adolpho Konder, ex-governador catarinense, que declarou aberto apoio a Júlio Prestes, candidato de oposição a Getúlio Vargas no pleito eleitoral de 1930, e seguiu como oposição varguista, tendo inclusive apoiado o levante Constitucionalista deflagrado em São Paulo em 1932. [...] Não por acaso, após a posse de Nereu Ramos, sucessor de Aristiliano Ramos na Interventoria Estadual, Luiz Trindade não mais participou dos eventos e sociabilidades político partidárias locais. (Philippi; Faverin, 2023, p. 4-5).

[49] Sucessor da chama Aliança Liberal Catarinense, o PLC foi fundado em 1927 por Nereu Ramos, que foi também o primeiro presidente de seu diretório central. O partido foi extinto junto com os demais partidos políticos do País pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937 (FGV/CPDOC, acesso em 14 abr. 2024).

O tensionamento ideológico chegou ao ápice no ano de 1938, com a criação da Superintendência de Ensino por Nereu Ramos – agora o Departamento de Educação não era mais o órgão mais poderoso do sistema educacional catarinense, ficando subordinado à recém-criada Superintendência de Ensino sob alegação de busca por renovação de lideranças (Fiori, 1991). Para chefia do novo órgão, Nereu Ramos solicitou a vinda do paulista Sebastião de Oliveira Rocha, que ficou apenas dois anos no cargo. Além disso, o governador criou mais uma pasta, com o nome de Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, que:

> Dentre outras tarefas, era da sua competência a realização de concurso para inspetores escolares, o zelo pela efetivação das leis de nacionalização do ensino, a fiscalização das associações escolares, a cooperação com a Superintendência, o auxílio à fiscalização federal do ensino primário e a aplicação de penalidades regulamentares a quem coubesse. (Philippi; Faverin, 2023, p. 6).

A pasta foi criada essencialmente para realizar o trabalho de campo de inspeção. Com essa mudança, Luiz Trindade, que antes havia ocupado o mais alto cargo da educação em Santa Catarina, voltou a desempenhar a função de inspetor dentro da Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Essa inspetoria funcionou até 1962, quando foi modificada a partir da Lei Estadual nº 3.122[50]; já Luiz Trindade voltou à chefia do Departamento de Educação somente em 1950, e sob esse cargo se aposentou. O órgão da Superintendência do Ensino, porém, teve vida mais curta. A atuação de Sebastião de Oliveira Rocha não foi considerada feliz:

> [...] ele não conseguiu exercer a necessária liderança e organizar uma eficiente equipe de assessores. [...] Após esse final melancólico, o Interventor Nereu Ramos houve por bem esquecer possíveis desarmonias que existiriam com relação ao Inspetor Escolar Elpídio Barbosa. Em dezembro de 1940, esse professor foi nomeado para exercer interinamente o cargo de Superintendente Geral do Ensino. Breve foi extinta essa Superintendência, e, em 1942, o Departamento de Educação readquiriu sua posição de mando no ensino público estadual, para uma fase de grandes realizações. (Fiori, 1991, p. 124).

Com essa mudança de poder e estrutura na chefia do sistema de ensino, Elpídio Barbosa, que já ocupava o cargo de Subdiretor Técnico do Departamento de Educação, passou a ocupar o cargo de Superintendente Geral Interino do Ensino até 1942, tornando-se responsável pela organização do ensino no estado até o referido período. Já o cargo ocupado por João dos Santos Areão como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União foi alterado pelo Governo Federal em 1938 para centralizar e alinhar as políticas nacionalistas promulgadas naquele ano, e nasceu assim o cargo de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União e Nacionalização do Ensino. Nesse cargo, ele permaneceu todo o período, de 1938 a 1942, saindo do cargo em 1943, quando foi nomeado como Inspetor das Associações Escolares do Estado de

[50] Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1962/3122_1962_Lei.html

Santa Catarina (Unglaub, 2014). Nesse sentido, entendo que os telegramas e fonogramas aqui analisados foram produzidos nesse espaço de tempo e evocam memórias dessas mudanças políticas e também fornecem vestígios sobre a prática de fiscalização do projeto nacionalista almejado no período.

Tendo em vista as disputas políticas e sucessiva implementação da legislação já debatida, é possível verificar, segundo os estudos de Monteiro (1979, p. 107), que já em 1938 foram fechadas pelo governo 137 escolas, em sua maioria particulares, por não cumprirem as normas estipuladas. Em contrapartida, a pesquisa do autor indica que no mesmo ano foram abertas pelo governo 99 novas escolas públicas, a maioria em núcleos de colonização estrangeira.

Compreendo esse movimento como parte do cumprimento das medidas nacionalizadoras do período e entendendo que tanto o fechamento de uma escola financiada pela comunidade local quanto a abertura de uma escola promovida pelo governo carregam uma série de cargas simbólicas. Nesse viés, em contraponto ao fechamento de escolas étnicas, ocorria a abertura de escolas públicas por parte do Governo Estadual, e esse movimento também pode ser considerado uma forma de nacionalizar a população local. A própria inauguração dessas instituições era repleta de uma ritualística nacionalista, que movimentava a comunidade e as mídias locais.

Um exemplo de como os inspetores escolares auxiliavam nessas inaugurações figura entre os telegramas do arquivo de Elpídio Barbosa, por meio da mensagem escrita por Luiz Sanches Bezerra da Trindade em 1942:

> Blumenau 18 março 42
> Departamento Educação
> Florianópolis
>
> Possível remeter trezentas canecas para inauguração sopa escolar sábado Grupo Santos Dumont?
> Saudações
>
> Trindade
> Hotel Pauli (Trindade, 1942)

A inauguração a que Trindade se refere não é a do grupo escolar em questão, este havia sido inaugurado já em 1941; o fato relatado deve-se à criação da Sopa Escolar, uma das associações escolares dentro da instituição criada em 1942. Essas associações foram: Pelotão de saúde, Biblioteca, Clube Agrícola, Jornal Escolar, Clube de Leitura, Liga da Bondade, Círculo das Mães, Caixa Escolar, Museu, Cooperativa escolar, Sopa Escolar. Criou-se também

o Curso Complementar vinculado ao grupo escolar[51], localizado na cidade de Blumenau/SC. Nesse viés, alinho-me às ideias de Santos (2018, p. 220) para compreender que as cerimônias e festas escolares durante o Estado Novo tinham como finalidade: "[...] contribuir para a nacionalização da população infantil em meio cultural com presença de aspectos estrangeiros, utilizando-se, repetidamente, os rituais num projeto de abrasileiramento e atendimento ao contexto político de governo."

Um destes rituais era o plantio de mudas de pau-brasil: essa tradição ocorre até os dias de hoje, podendo ocorrer tanto na abertura de uma escola quanto a partir da comemoração de alguma data específica. Um exemplo desse cenário figura em dois telegramas emitidos pelo inspetor Luiz Trindade durante o mês de setembro de 1939 – em uma primeira mensagem ele faz uma solicitação em virtude da comemoração do Dia da Árvore, comemorado em 21 de setembro:

> 19 setembro 39
> Inspetor Celso Rila Blumenau
>
> 1002 - Possível conseguir para amanhã aqui muda pau-brasil? Grato.
> Luiz Trindade

Dois dias depois, o mesmo inspetor informa à Superintendência de Ensino o desfecho da situação, mostrando como o trabalho dos inspetores iam além de relatos de infrações ou inadequações da instituição visitada; também respondiam por demandas de materiais necessários ao funcionamento da escola, como foi o caso das canecas citadas anteriormente e agora a muda de pau-brasil, que carrega uma carga simbólica por ser a árvore símbolo do Estado Brasileiro:

> 22 setembro 39
> Superintendente Ensino
> Florianópolis
>
> Nº 1003 Grupos Locais comemoraram dia da árvore tendo professores feito lições sobre assunto alunos Colégio Santos Anjos plantaram muda pau-brasil pátio colégio. Grupo escolar organizou festa típica (ilegível) Saudações
> Luiz Trindade
> Inspetor Nacionalização (Trindade, 1939)

A mensagem nos fornece prova de que a muda de pau-brasil foi entregue, e com isso toda a carga simbólica do plantio da árvore pode ser transmitida ao ambiente escolar. Esses rituais presentes em comemorações ou cerimônias tinham importância extra durante o Estado

[51] Os dados referentes ao histórico da instituição constam em: https://bairrogarciasc.blogspot.com/2013/05/santos-dumont.html#:~:text=A%20ordem%20para%20pagamento%20foi,Diretoria%20de%20Estradas%20de%20Rodagem. E também no *site* da prefeitura de Blumenau: https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/fundacao-cultural/fcblu/memaoria-digital-colaegio-estadual-santos-dumont54.

Novo. De acordo com os estudos de Bencostta (2006; 2011) Stentlzer e Chelepa (2019), é possível afirmar que nesse período da história brasileira destacava-se a ênfase na formação cívica da identidade coletiva, na cultura política do nacionalismo, no culto ao corpo e na disciplina, em prol da ordem e do progresso nacional, fundamentando também o processo de educação escolar e a formação de professores. Assim, utilizando a língua portuguesa como fio condutor, era comum o uso de símbolos em rituais e práticas associadas à educação da juventude, visando construir um "[...] sentimento de lealdade para com o Estado [...] através de um aparato ideológico eficaz e de políticas nacionalizantes" (Stentzler; Chelepa, 2019, p. 2), enaltecendo o potencial da juventude na construção da nação. Essa construção identitária se confirma também em outros telegramas presentes no arquivo de Elpídio Barbosa e serão analisados a partir dos tópicos abordados a seguir.

4.2.1 A questão do ensino em língua portuguesa

Conforme já mencionado anteriormente, o fator linguístico era tido pelo governo de Getúlio Vargas como ponto central do plano de homogeneização cultural da população brasileira. A obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa era o ponto inicial para validar a identidade brasileira almejada, e a partir dela que deveriam ser ministradas as aulas, as celebrações e os rituais tanto em ambiente escolar quanto em outras esferas da comunidade. Nesse sentido, diálogo com os estudos de Santos (2010, p. 108) para compreender que:

> [...] nas regiões catarinenses de imigração alemã, a educação escolar foi utilizada como veículo para a construção de uma identidade nacional alinhada à campanha de nacionalização então em voga. A ação governamental foi orientada para que as práticas pedagógicas e a gestão das escolas se tornassem instrumentos ideológicos a serviço do enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces de um patriotismo parametrizado por fatores genuinamente brasileiros, que deviam contrapor-se aos aspectos sociais e culturais estrangeiros.

Como já demonstrado até aqui, mediante expedição de uma série de decretos por parte tanto do Governo Federal quanto estadual, foi-se criando um ambiente de cerceamento e proibição da utilização de línguas estrangeiras no ensino tanto por alunos quantos professores, e em repartições públicas, na nomeação de instituições e na proibição da publicação e circulação de materiais em língua diferente da portuguesa. Para Soligo (2008), o projeto de formação do cidadão brasileiro durante os governos de Getúlio Vargas:

> Tinha como pilares "conteúdos nacionais", como a imposição do uso da língua vernácula, e aspectos mais modernos, relacionados com o ufanismo verde-amarelo, a disseminação dos hinos patrióticos, o culto às autoridades, todos envolvidos no projeto de homogeneidade nacional e padronização do ensino para todos os cursos. Nesse contexto, os inspetores desenvolveram um papel preponderante na fiscalização e imposição dos projetos nacionais no estado. (Soligo, 2008, p. 13).

O ensino primário obrigatoriamente ministrado em língua portuguesa tinha a finalidade de não só nacionalizar o espírito do estudante, mas sim sua família e da sociedade em que se inseria. A ideia era que o aluno passaria os hábitos, costumes e linguagens nacionais para os círculos sociais em que circulava – também era mais fácil imprimir uma identidade em um infante ainda em construção do que em seus pais, por exemplo, que já estavam imersos em um meio cultural baseado em tradições estrangeiras por mais tempo. Com esse cenário em mente, o telegrama a seguir expõe que também fazia parte da prática de inspeção tecer elogios aos professores que conseguiam corresponder às expectativas do governo:

> Joinville 25 setembro 39
> Superintendente Ensino - Florianópolis
>
> Nº 1004 - É notável o digno registro especial trabalho brasilidade vem realizando professora Marilia Flora *vg* Zélia Veiga e Diva Koerich diretora e professora Grupo Olavo Bilac em Pedreira *pt* Crianças que em sua maioria início analfabetas não falavam língua nacional (ilegível) já se expressam na língua vernácula com releitura. (Trindade, 1939)

Essa mensagem é interessante pois não carrega assinatura, porém, pela caligrafia da letra foi possível identificar que foi escrita por Luiz Trindade, conforme consta nos anexos desta dissertação. Outro aspecto que ela carrega é a localidade em que ocorreu, segundo consta no *blog* da Escola de Educação Básica (E.E.B) Olavo Bilac: a referida instituição foi inaugurada em 7 de setembro de 1938, na localidade de Pedreira, atual Pirabeiraba, um distrito da cidade de Joinville/SC[52]. A mensagem relata elogios às referidas professoras e diretora após um ano de abertura da instituição, intuindo que o trabalho do professorado vinha demonstrando resultados na localidade que fez parte de um dos maiores núcleos de imigração alemã no Estado.

Para além dos elogios, as penalidades também eram solicitadas pelos inspetores escolares e deixaram suas marcas nas mensagens guardadas por Elpídio. O seguinte texto não possui data nem local de emissão[53], porém contém informações valiosas, e nela o inspetor Luiz Trindade solicita:

> - 2 -
> apurar se usa lingua estrangeira com crianças *pt* com este procedimento transgride-se decreto federal 1545 que proíbe linguas estrangeiras repartições *pt* Peço também efetivar multas pastores Arndt e Berklein. Saudação
> Luiz Trindade
> Inspetor Nacionalização. (Trindade, 1939)

---

[52] Informações disponíveis em: https://olavobilacpirabeiraba.blogspot.com/2013/05/escola-de-educacao-basica-olavo-bilac.html

[53] Pela comparação da numeração "-2-" presente no documento com outros telegramas do arquivo, é possível que este tenha sido produzido em 1939. Também foi encontrado "colado" em outros exemplares datados de 1939.

Novamente surge um relato da aplicação do Decreto nº 1.545 de 1939, que visava adaptar o estrangeiro ao meio nacional – nesse caso, sob o prisma da proibição do ensino em língua diversa do português. O fato revela como os 21 artigos dessa legislação elaborada pelo Governo Federal agiam diretamente no dia a dia das comunidades de origem estrangeira em Santa Catarina, afetando inclusive na esfera religiosa, a partir da determinação de multas aos dois pastores citados. As multas poderiam ser aplicadas a partir do que determinava o artigo número 1:

> Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma conciência comum. (Brasil, 1939).

Também poderia ter a ver com o caráter religioso refletido no artigo número 16, que ressaltava que, "[...] sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as práticas religiosas deverão ser feitas na língua nacional" (Brasil, 1939).

Para compreender o papel da língua na formação de uma consciência comum dos sujeitos na sociedade, utilizo os estudos de Mikhail Bakhtin (1997). Este entende que os indivíduos só podem ser plenamente integrados na trama social que permeia as relações socioculturais de uma comunidade por meio da língua falada. Para o autor,

> [...] a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. [...] Os sujeitos não "adquirem" sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência. (Bakhtin, 1997, p. 108).

Nesse contexto, o projeto de integração e formação de um sentimento nacional e cultural concebido pelo Estado Novo, refletido no Decreto-lei nº 1.545 de 1939, só poderia ser realizado, dentre outros fatores, mediante o ensino e a aprendizado da língua nacional nas comunidades que partiam de uma base identitária e cultural diferente da nacional. No contexto das comunidades de descendência estrangeira em Santa Catarina, os indivíduos já nasciam envolvidos em uma cultura diferente da nacional, que era transmitida pelos seus pais, pela escola comunitária da própria comunidade e pela religião do grupo.

De acordo com Bakhtin (1997), desde o nascimento, a pessoa é integrada na complexa rede de comunicação verbal que permeia a sociedade. No entanto, a língua não é algo estático e definitivo, mas sim resultado de um processo contínuo de construção. É importante ressaltar que os indivíduos são inseridos na estrutura social por meio da língua, que lhes proporciona o

acesso a cultura, ideologias e identidades, tornando-se um meio para interagir linguisticamente e socialmente com os seus pares. Como já foi explanado, esse processo de construção da linguagem pode ser observado em várias comunidades catarinenses da época, que tinham uma origem cultural diferente da nacional. Por exemplo, comunidades de descendência alemã foram educadas e criadas utilizando o idioma alemão, transmitido e preservado por seus professores, familiares e membros da própria comunidade.

Para se ter uma noção do que o Governo Brasileiro buscava combater, é preciso visualizar como funcionava a construção identitária em uma região de colonização estrangeira, nesse caso a alemã, e para isso diálogo com o escrito por Seyferth (2004) na compreensão de que um sujeito nascido:

> [...] nas cidades emergentes de antigos núcleos coloniais como Blumenau, era possível ter uma alta cultura associada à atividade criadora do "espírito germânico" – música, poesia, romance, teatro, conhecimento da tradição literária em língua alemã, e toda uma sociabilidade marcada pela convivência nos espaços chamados *Verein* (associação). (Seyferth, 2004, p. 156).

Para a autora, a tradição de organização em torno dessas associações, também chamadas pelos tradutores da época como sociedades, englobava os aspectos: esportivos, por meio das associações da prático de tiro (*Schützenvereine*), sociedades de ginástica (*Turnverein*) e as sociedades de canto (*Gesangvereine)*; escolares, por meio das associações escolares (*Schulverein*); religiosas, a partir do culto a religião evangélica luterana (Seyferth, 2004). O contato desse tipo de organização com o meio brasileiro fez florescer uma "cultura híbrida", produzindo a ideia do teuto-brasileiro. Este estava "[...] diferenciado das suas origens germânicas, em processo de aculturação que incorporou considerável número de elementos da cultura brasileira" (Seyferth, 2004, p. 151).

Nesse cenário, as pesquisas de Maíra Pires Andrade (2014) nos atentam que era fiscalizado não só o ensino ministrado na língua vernácula, mas também as matrículas e frequências das crianças nas escolas, e isso foi estipulado mediante a chamada quitação escolar, criada a partir do Decreto-lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939. Este "[...] obrigava as crianças de oito a quatorze anos a frequentar escolas primárias oficiais" (Andrade, 2014, p. 195).

Um exemplo do olhar atento de fiscalização desse decreto por parte dos inspetores escolares figura entre os telegramas guardados por Elpídio Barbosa:

> Braço Norte, 16 novembro 40
> Dr. Secretário Interior Florianópolis
>
> Nº6 Colonos que fazem transações repartições esta vila e cidades Tubarão e Orleans reclamam que Coletora aqui exija quitação escolar quando aquelas cidades não o fazem *pt* Peço vossência providenciar sentido repartições estaduais e municipais Tubarão Orleans cumpram rigorosamente dispositivos decreto 301
> Saudações Luiz Trindade

Insp. Geral Nacionalização
Hotel Central (Trindade, 1940)

Essa mensagem explicita a importância concedida à frequência regular e permanência das crianças em idade escolar no ambiente da escola. Era nele que as práticas pedagógicas de cunho nacionalizante operavam e agiam sobre o jovem, moldando seus corpos e suas mentes. Compreendo que, para o Estado, tanto a presença nas instituições escolares quanto a utilização da língua portuguesa atuavam como fios condutores para canalizar e internalizar uma série de práticas e rituais que aconteciam dentro do ambiente escolar, e uma dessas práticas/rituais era a realização do canto orfeônico, que consta entre os telegramas analisados, como será visto a seguir.

4.2.2 A prática do canto orfeônico

De acordo com as pesquisas de Tânia da Rocha Unglaub (2005; 2009; 2015), Cristina Iuskow (2022) e Alessandra Coutinha Lisboa (2005), durante os quinze anos de governo Vargas, é possível perceber como a música contribuiu para moldar na alma infantil um elevado espírito de civismo e patriotismo a nível nacional, a partir da obrigatoriedade e do fomento da prática do canto orfeônico[54].

Para Lisboa (2005), foi durante as décadas de 1910 e 1920 que começaram a surgir no Brasil as primeiras formas de um ensino identificado como canto orfeônico. Para a autora, esse tipo de ensino, conforme suas diretrizes europeias originais, foi introduzido com o propósito de desempenhar um papel na escola pública, visando a pedagogia e a disseminação do conhecimento musical, por meio da instrução musical da população que frequentava o sistema público de ensino, sendo composto majoritariamente por experiencias ocorridas em escolas no estado de São Paulo.

Porém, foi somente por meio da já citada Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890) de 1931[55] que o ensino de canto orfeônico passou a ser parte obrigatório no currículo das três séries iniciais do ensino secundário em todo o País. Posteriormente, em 1934, com o

[54] Segundo a pesquisa de Unglaub (2009), a denominação "Canto Orfeônico" foi pela primeira vez introduzida em 1833 por Bouquillon-Wilhelm, um professor de canto nas escolas de Paris. Segundo a autora, ele escolheu esse termo como uma homenagem ao mitológico Orfeu, o deus músico da mitologia grega, associado à origem mítica da música e à sua capacidade de evocar emoções naqueles que a ouvem. Essa conexão com a mitologia foi fundamental para o Canto Orfeônico, pois buscava envolver os alunos de forma integrativa e emocional, capturando sua atenção e sentimentos.

[55] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-republicacao-141247-pe.html#:~:text=Art.,Art.

Decreto nº 24.794[56], tornou-se obrigatório o ensino de canto orfeônico em todos os estabelecimentos escolares, inclusive os de ensino primário, que nesse momento da história brasileira correspondia aos quatro anos iniciais da formação do cidadão. Para esta pesquisa, é interessante destacar que o Decreto nº 24.794 de 1934 considera o ensino do canto orfeônico:

> [...] como meio de renovação e de formação moral e intelectual, é uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo; considerando a utilidade do canto e da música como fatores educativos e a necessidade de difundir, disciplinar e tornar eficiente e uniforme a sua pedagogia. (Brasil, 1934).

Em Santa Catarina, a pesquisa de Unglaub (2009) aponta que a prática do canto orfeônico não ficava restrita ao ambiente escolar; esta era constantemente utilizada em celebrações e datas cívicas por meio de "[...] conferências, recitativos, concertos, apresentações de ginásticas, marchas e cantos cívico-patrióticos em muitas escolas, teatros, ruas e praças das cidades e lugarejos catarinenses" (Unglaub, 2009, p. 107). A autora também aponta que os hinos nacionais e o ensino do canto orfeônico foram incentivados pelas autoridades e estabelecidos como componentes obrigatórios do currículo escolar, ganhando destaque em grandes eventos cívicos que envolviam toda a população (Unglaub, 2015).

De acordo com os escritos de Iuskow (2022), durante as décadas de 1930 e 1940, o músico e compositor Villa-Lobos[57] foi o principal maestro desse projeto educacional e musical a nível nacional, sob apoio direto de Getúlio Vargas e Francisco Campos. O músico compôs canções e melodias que buscavam introduzir e reforçar na mentalidade do infante temas como o culto à história nacional, sentimento de patriotismo, pertencimento e valorização das raízes históricas brasileiras. É importante destacar que a formação dessa mentalidade se dava a partir de uma rígida disciplina, postura correta e atenção constante ao regente, que no fundo não buscava alinhar somente o espírito dos sujeitos, mas também buscava um regramento de seus corpos. Nesse viés, dialogando com a autora, encaro a institucionalização do canto orfeônico como parte do projeto político cultural do período, partindo do entendimento de que: "[...] ao

---

[56] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%2C%20no%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,Orfe%C3%B4nico%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

[57] Segundo Mariz (1983), Heitor Villa-Lobos (1887-1959), nascido na cidade do Rio de Janeiro, destacou-se como um renomado compositor e músico brasileiro. Segundo o autor, ele compôs uma vasta gama de obras, incluindo choros, sinfonias, concertos, óperas, corais e trilhas sonoras para cinema. Durante as décadas de 1930 e 1940, Villa-Lobos compôs nove Bachianas Brasileiras e compilou o Guia Prático, contendo 137 peças destinadas a diversas formações escolares. Além de suas contribuições como compositor, Villa-Lobos também teve um papel significativo como educador musical. Ele foi o primeiro superintendente da Superintendência da Educação Musical e Artística (1932), vinculada ao Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Villa-Lobos também regia grandes eventos orfeônicos envolvendo estudantes, como parte do esforço de nacionalização do ensino. Ele foi o primeiro diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e organizou o programa de Canto Orfeônico para ser implementado em escolas de todo o País.

buscar as massas para a concretização de seus eventos, opera por meio delas a organização de um conjunto que represente a sociedade satisfeita e imersa no civismo, na disciplina e na beleza que naquele momento se almejava para a nação" (Iuskow, 2022, p. 210).

Assim, entendo que ao coordenar as vozes e os movimentos sincronizados de milhares de crianças, o Estado transmitia seus símbolos, suas maneiras e seus desejos, buscando cultivar o apreço pelos ideais que ele próprio defendia, assegurando, dessa forma, a continuidade de seus objetivos como autoridade estatal.

Em solo catarinense, a maior autoridade na ordenação do canto orfeônico foi o inspetor federal João dos Santos Areão. Segundo Unglaub (2015), que analisou os relatórios de inspeção do referido inspetor acerca da prática do canto orfeônico em escolas de Joinville/SC, muitas das músicas orfeônicas cantadas nas escolas catarinenses foram criadas por João dos Santos Areão e outros educadores que trabalhavam no campo da educação no Estado. Para a autora, o canto orfeônico foi:

> [...] sistematizado, orientado e fiscalizado nas escolas catarinenses sob a coordenação do inspetor João dos Santos Areão. Com essa responsabilidade, teve autoridade de impor a prática do repertório nacionalista e impedir que as escolas estrangeiras entoassem outras canções que exaltassem sua pátria de origem inclusive o Hino Nacional alemão. (Unglaub, 2015, p. 3).

Com esse cenário posto, constam entre os telegramas guardados por Elpídio Barbosa duas mensagens que contêm vestígios da dimensão tanto da prática do canto orfeônico em Santa Catarina quanto da importância de João dos Santos Areão para ordenamento e instrução da disciplina:

> - 2 -
>
> Conta quinhentos mil réis livros didáticos Biblioteca sera instalada vossa presença bem como Orfeão Grupo Conselheiro Mafra podendo solenidades realizarem-se em três dias vinte seis e trinta corrente *pt* Convem presença aqui professor Areão melhor orientar canto orfeônico *pt* Aguiar data vossa chegada afim poder organizar programa definição a seguir hoje (Trindade, 1939)

A mensagem não possui autor nem data, nesse sentido novamente o ofício do historiador é posto à prova, sendo necessário ligar alguns pontos para compreender o emissor desta e da próxima mensagem. Baseado no ângulo de inclinação das palavra e nas curvas de determinadas letras, é possível constatar que é a caligrafia de Luiz Trindade, utilizada em outros telegramas com sua assinatura. A atuação de inspeção do mesmo no período também corresponde à circunscrição escolar de Joinville/SC, cidade onde se localizava o Grupo Escolar Conselheiro Mafra. Assim, segue a próxima mensagem guardada por Elpídio:

> 29 setembro 39
> Superintendente Ensino Florianópolis

> 1005 Ontem perante numerosa assistência foi inaugurado Orfeão Escolar Barriga Verde organizado alunos Grupo Conselheiro Mafra
> Festa constou números variados pelos alunos escola *vg* palestra José Deniz sobre velhas letras nacionais *vg* e diversos numeros Orfeão inclusive hino Proclamação da República Três (Trindade, 1939).

Pela data e pelo conteúdo desse documento, é possível entender que as solenidades citadas no primeiro documento sem data ocorreram no dia 28 de setembro de 1939. Nesse dia, foram inauguradas a Biblioteca Escolar da instituição e o seu Orfeão Escolar, que recebeu o nome de Barriga Verde, fortalecendo a ideia de que as nomenclaturas e os símbolos utilizados no período remetiam sempre a uma memória nacional. O termo remete aos brasileiros que habitam o Estado de Santa Catarina, sendo que sua origem remonta ao "[...] peitilho verde utilizado pelos soldados de um regimento liderado pelo sargento José da Silva Paes, que assumiu o governo de Santa Catarina a partir de 1738" (Theis *et al*., 2011, p. 39). Isso reforça o desejo das autoridades do período em associar a cultura nacional com a história da cultura portuguesa no Brasil.

É possível verificar também que a inauguração ocorreu seguindo toda a simbologia e os rituais cívico-patrióticos esperados pelo governo da época, com apresentações dos alunos, palestras e canções por parte do recém-inaugurado grupo orfeão – este foi solicitado por Trindade que fosse organizado especificamente pelo inspetor João dos Santos Areão, refletindo a importância que ele possuía nesse campo no período.

De acordo com Unglaub (2005), a disciplina do canto orfeônico foi tão levada a sério durante os anos do Estado Novo que foram estabelecidos tanto o arcabouço legal quanto o aparato repressivo para suprimir possíveis resistências à implementação do canto orfeônico em todo o sistema educacional brasileiro. Em Santa Catarina, já em 1938, mediante publicação do já citado Decreto-lei nº 88, de 31 de março de 1938, ficou determinado que "[...] um dos motivos para exoneração do diretor ou professor seria sua negligência quanto ao canto de hinos oficiais em todos os cursos e ao ensino obrigatório de música, entre outros" (Unglaub, 2005, p. 151-152). Esse fato reflete em uma das muitas demonstrações de força com ares de intimidação e punição que o estado brasileiro do período utilizou na busca por homogeneizar os espíritos e corpos da população.

Outra organização escolar importante para esta pesquisa foi citada no primeiro telegrama trabalhado neste subcapítulo, a biblioteca escolar. Esta também deveria ser um órgão a serviço da formação da criança e da nacionalização do ensino, como será visto a seguir a partir da análise de outros telegramas que contém vestígios sobre o tema e dialogam diretamente com os dois telegramas citados acima.

4.2.3 As bibliotecas escolares

O cenário catarinense de pesquisas específicas acerca das bibliotecas escolares, criadas tanto pelo estado quanto por escolas particulares durante a primeira metade do século XX, carece de estudos mais aprofundados. Nesse viés, os estudos de Alzemi Machado (2017) e Graziela Pavei Peruch Rosso (2019) nos fornecem pistas valiosas sobre a criação dessas organizações escolares e sobre seu papel pedagógico durante o Estado Novo em Santa Catarina para capilarização de uma cultura escrita que tinha como fortes alicerces o fortalecimento moral a partir da leitura e oratória.

A pesquisa de Rosso (2019) demonstra que as bibliotecas escolares já faziam parte de algumas escolas já na década de 1910, e vieram a adquirir uma nova conotação com o movimento escolanovista durante as décadas de 1920 e 1930, com ênfase no interesse da criança, e não apenas no conteúdo didático. Já na Era Vargas, as bibliotecas passaram a desempenhar um papel significativo nos grupos escolares como agentes de nacionalização da língua e de integração cultural e social. Nesse contexto, a partir de 1935 e da Reforma de Ensino organizada por Luiz Sanches Bezerra da Trindade:

> [...] o Decreto nº 713/1935 fixou a criação de bibliotecas para os alunos nos institutos de educação, escolas normais primárias e grupos escolares, recomendando a ampliação das já existentes. As instruções para a implantação dessas bibliotecas foram publicadas em 1937, por meio da Portaria nº 4, de 13 de janeiro. (Rosso, 2019, p. 200).

Da mesma forma, com a ocorrência da Reforma Trindade, foi fundada a Subdiretoria de Bibliotecas, Museus e Radiodifusão, subordinada ao Departamento de Ensino, e também foram criados os cargos de “Professora Bibliotecária e Professora Encarregada de Bibliotecas Escolares e o de Professora bibliotecária na Escola Normal Superior e Superior Vocacional em Florianópolis” (Machado, 2017, p. 454). Com esses movimentos, nota-se uma atenção mais direcionada por parte do estado para a organização e o funcionamento das bibliotecas nas escolas e para os seus gestores.

No que diz respeito à formação de seus acervos, os tipos de materiais permitidos conforme as instruções do Estado no período referiam-se às obras recomendadas pelo Departamento de Educação para adoção nas escolas, tais como livros organizados por gêneros e temas, periódicos, e também poderiam ser incorporadas no acervo as produções textuais dos alunos, com o intuito de enriquecer a atividade educativa e fortalecer a aprendizagem. O estudo de Machado (2017) coloca mais precisamente a constituição de obras desejadas para uma biblioteca escolar:

> As bibliotecas constarão de livros sôbre viagens, ciências naturais (tanto quanto possível sob forma atrativa), biografias, romances, memórias, trabalhos a respeito do Brasil, do Estado, poesias, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo. E deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros. Trará essa iniciativa ainda a vantagem de interessar as crianças pela leitura dos jornais, habituando-as a selecionar a parte sadia das publicações. (Revista da Educação, 1937, *apud* Machado, 2017, p. 457).

Nota-se a valorização da memória e da cultura do estado brasileiro. E mais ainda, eram valorizados os trabalhos escritos pelos alunos sobre essa temática, ou seja, nessa constituição já ocorria uma seleção dos documentos que seriam guardados se estivessem de acordo com o estipulado pelo Estado.

De acordo com o estudo de Rosso (2019), as bibliotecas escolares dialogavam diretamente com outra organização, os clubes de leitura[58]. A autora aponta que esses clubes deveriam ser formados entre os alunos mais avançados, nos terceiro e quarto anos dos grupos escolares, com o objetivo de incentivar a leitura e o apreço por obras de qualidade, além de promover o desenvolvimento de habilidades de oratória.

As bibliotecas escolares dialogavam com os clubes de leitura na medida em que as primeiras forneciam a base material para trabalhar a leitura; já os clubes de leitura reforçam essa prática e ainda trabalham a questão da oratória, muito desejada pela escola e pelo Estado durante o período. Assim, dialogo com Rosso (2019, p. 202) entendendo que:

> [...] enquanto as bibliotecas representavam a parte “material” — por fazerem circular os saberes necessários à formação intelectual das crianças —, os clubes de leitura atuariam como a parte “moral”, desenvolvendo o hábito da leitura, socializando e estabelecendo condutas de expressão e crítica, ambos indissociáveis na transmissão do capital cultural indispensável ao progresso nacional tão esperado.

É importante destacar, para esta pesquisa, que as bibliotecas escolares deveriam ser organizadas pelos próprios alunos que a frequentavam, atuando como “sócios”. Também poderiam constar os “sócios protetores - composta por pais e amigos da instrução” (Machado, 2017, p. 455). Nesse sentido, segundo Machado (2017) e Rosso (2019), para manter a biblioteca, cada “sócio” poderia contribuir, não obrigatoriamente, com 100 réis, sendo a responsabilidade da direção da escola e dos professores a organização de eventos para arrecadação de outros fundos, tais como atividades culturais e artísticas em colaboração entre a escola e a comunidade. Além disso, os “sócios protetores” poderiam ser sugeridos pelos alunos,

[58] Foram instituídos em 1941, a partir da Circular nº 9, de 28 de janeiro. Em 1940, havia 18 clubes implantados nas escolas do Estado e, com as diretrizes traçadas, no ano seguinte esse número subiu para 148 (Rosso, 2019, p. 202).

e aqueles devidamente registrados concordariam em fazer doações mensais em dinheiro para colaborar.

É possível perceber vestígios da organização para constituição de uma unidade dessas bibliotecas escolares nos telegramas armazenados por Elpídio Barbosa. Os dois telegramas expostos a seguir dialogam com as duas mensagens analisadas anteriormente acerca da prática e do grupo de canto orfeônico do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, em Joinville/SC, portanto os quatro telegramas foram escritos por Luiz Trindade, durante o mês de setembro de 1939. Nesse cenário podemos averiguar algumas peças desse quebra-cabeça no telegrama a seguir:

> Joinville 18 setembro
> Superintendente Ensino Florianópolis
> Nº 1001
> Trabalhar nacionalização regular virou normal *pt* Professor Coelho com cooperação diretores escolas locais organização Biblioteca pública escolar instituição constroem apoio meio social *pt* Secretário Rubio Coral sem fazemos propaganda diariamente (ilegível) eleito (ilegível) (Trindade, 1939)

Logo depois, neste outro telegrama, agora assinado:

> - 2 -
>
> vozes *pt* Hoje tarde será inaugurada Biblioteca Pública Escolar cuja festa contará numeros diversos pelos alunos *pt* Congratula-me essa Superintendência pelas realizações que no setor educacional se vem pondo prática circunscrição. Joinville
> Saudações
> Luiz Trindade
> Inspetor Nacionalização
> Hotel Palacio (Trindade, 1939)

Pode-se notar que os quatro telegramas falam do mesmo fato: dois foram enviados alguns dias antes da referida inauguração do Orfeão Barriga Verde e da Biblioteca do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, no dia 28 de setembro de 1939; os outros dois telegramas, um deles foi enviado no dia da inauguração, referindo-se às congratulações destinadas à Superintendência de Ensino pelas realizações naquela região. No telegrama do dia 18 de setembro é possível verificar que a prática da nacionalização na escola já tinha se tornado regular, o que queria dizer que os alunos estavam devidamente expostos a símbolos, conteúdos, condutas, práticas e ensinamentos desejados pelo Estado. Também é visível que a partir da cooperação com outras escolas locais foi possível construir um apoio da comunidade para a manutenção da referida biblioteca escolar, demonstrando que os métodos e as práticas do Estado conseguiam certa penetração em um grande núcleo de colonização alemã em Santa Catarina.

De igual modo, essas mensagens são prova da atuação de Luiz Trindade na circunscrição escolar de Joinville/SC, sendo possível perceber que mesmo ao ser tirado do mais alto cargo de

gestão do Estado, ainda se mostrava empenhado em coordenar e divulgar os resultados obtidos à Superintendência de Ensino. Nesse sentido, esses documentos refletem fragmentos das memórias de sua atuação nesse período e dialogam com a preservação da memória educacional de Santa Catarina, guardada no arquivo pessoal de seu colega, Elpídio Barbosa.

4.2.4 A visita do professor norte americano Robert King Hall

Como último tópico desta pesquisa, serão expostos um telegrama e um fonograma que dão prova que os esforços do Estado Brasileiro para nacionalizar suas populações de origem estrangeira estavam sob olhares observadores de outros países, que buscavam verificar como ocorria a experiência brasileira. Nesse caso, as comunicações analisadas narram os preparativos para a chegada do pesquisador norte americano Robert King Hall[59] e o primeiro dia de inspeções a unidades escolares junto ao inspetor Luiz Sanches Bezerra da Trindade.

Ilustração 15 – Foto de Robert King Hall, década de 1940.

Fonte: Inep (2024).

Utilizando como base os estudos de Adriana Mendonça Cunha (2021a); (2021b), Simone Petraglia Kropf (2020) e Rony Silva, Ilka Mesquita, Vera Santos (2019), é possível

[59] Robert King Hall nasceu em solo estadunidense no ano de 1912, na cidade de Kewanne, localizada no estado de Illinois. Graduou-se pela Lake Forest University em 1934. Em 1936 finalizou seu mestrado em Educação pela Universidade de Chicago. No ano seguinte, Hall deu início a seu doutorado em Educação, agora pela Universidade de Michigan. Seu projeto focava inicialmente seu estudo no controle federal sobre o ensino secundário em dois países latino-americanos: Argentina e Chile. O Brasil não estava inicialmente entre seus objetos de pesquisa, mas foi incluído quando Hall foi convidado a participar do grupo de estudantes estadunidenses que fariam intercâmbio com o Brasil (Cunha, 2021, p. 235-236).

perceber que a vinda do professor Hall ao Brasil fazia parte do *Brazilian Fellowship Program*[60], programa que buscava promover laços de intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil e também visava combater a crescente influência da Alemanha nazista em países latino-americanos. De acordo com as pesquisas de Cunha (2021a), que analisou os relatórios e artigos produzidos por Hall durante suas visitas a escolas por todo o Brasil,

> A criação deste programa acompanhava as mudanças na política externa dos Estados Unidos voltada à América Latina nos anos 1930. Preocupado com o crescimento das relações entre a Alemanha nazista e países do continente, o governo estadunidense procurou estreitar os laços econômicos, políticos e culturais com os latino-americanos por meio da chamada Política da Boa Vizinhança. (Cunha, 2021a, p. 227).

A autora também destaca que essa relação de intercâmbio de pesquisadores entre os dois países agia como instrumento de uma "diplomacia cultural" aliada a trocas culturais em outras áreas como cinema, propaganda, imprensa e rádio, que tinham como espelho, referência e liderança a cultura norte americana do período. Desse modo, dialogo com a autora na compreensão de que:

> Na busca para "persuadir" o Brasil a se aliar aos Estados Unidos, inúmeros personagens foram mobilizados, de cientistas e educadores a músicos, atores, diretores, políticos e empresários. Robert King Hall seria um, dentre os muitos indivíduos, que a partir de interesses específicos e de suas trajetórias individuais atuariam para a construção de relações de cooperação cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. (Cunha, 2021a, p. 238-239).

Nesse viés, os apontamentos de Cunha (2021a) nos fornecem informações valiosas acerca da impressão que o pesquisador da Universidade de Michigan obteve sobre o ensino brasileiro, com foco no ensino secundário e da política de nacionalização dos imigrantes, especialmente, alemães, italianos e japoneses.

Os estudos de Silva, Mesquita, Santos (2019) complementam esta pesquisa, explanando que Hall também forneceu consultoria ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para ajudar na implementação do Programa de Organização do Ensino Primário. Segundo os autores, durante sua permanência no Brasil, o educador visitou várias cidades do Sul, Sudeste e Nordeste, também sugeriu um novo modelo de escola primária rural a ser adotado no País e instruiu professores de escolas rurais em cursos oferecidos pelo Inep.

O pesquisador estadunidense realizou um percurso por escolas brasileiras durante seis meses, entre março e agosto de 1940, percorrendo quatorze estados, com intuito de coletar fontes para sua tese de doutorado. Foram eles: "Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás,

---

[60] Foi promovido pela parceria estabelecida entre a Universidade de Michigan (UM) e o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU). (Kropf, 2020)

Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo" (Cunha, 2021a, p. 240).

Em Santa Catarina, sua chegada no ano de 1940 foi comunicada ao inspetor Luiz Trindade, mediante expedição de um fonograma enviado por Ivo d'Aquino, então Secretário do Interior, Justiça, Educação e Saúde, no dia 22 de setembro:

> *Procedencia do Fonograma* FPOLIS
> *Nº. Orig.* 791 *Pls.* 75 *Data 227 A's* 18
>
> *Receb* Ivete *A* Professor Luis Trindade
> *A's* 1830 Blumenau
> *Emp.* ML
>
> devendo chegar amanhã Joinville vindo Curitiba professor Roberto King da Univercidade Michigan ficara sua desposição para acompanha-lo visita nossos estabalicimentos educação informando-o respeito nossa organisação escolar de modo tenha inpreenção conjuntos *pt* caso possivel ireis encontra-lo joinville acompanhando-o toda excurção fizer ate esta capital *pt* convem veja ele nossos grupos não só Joinville Blumenau como outras cidades na passagem saudações
> Ivo Aquino Secretario Interior Justiça (Ivo d'Aquino, 1940)

É interessante destacar inicialmente o modo como essa mensagem foi enviada, ou seja, a partir de um fonograma, este exigia mais recursos para ser enviado pois partia de um telefonema para uma agência telegráfica, na qual foi ditada por Ivo d'Aquino a um teletipista, que enviou a mensagem via rede telegráfica até seu destinatário, em Blumenau/SC. Esse cenário reflete na importância concedida à chegada do professor norte americano em terras catarinenses e também norteia que as visitas realizadas por ele não deveriam se restringir às grandes cidades como Blumenau/SC e Joinville/SC, e que durante a estadia de Hall em terras catarinense, Luiz Trindade deveria guiá-lo de forma a passar por outras localidades.

No dia 24 de julho de 1940, o inspetor Luiz Sanches Bezerra da Trindade informa a Ivo d'Aquino a chegada de Robert King Hall à cidade de Blumenau/SC, por meio do seguinte telegrama:

> 24 julho 40
> Exmo. Dr. Secretário Interior Florianópolis
>
> Nº4 Professor Roberto King chegou hoje *pt* Visitamos durante manhã estabelecimentos ensino esta cidade e tarde continuaremos *pt* Seguiremos amanhã cedo essa capital Saudação
> Luiz Trindade
> Inspetor Nacionalização
> Hotel Pauli (Trindade, 1940)

Pelo diálogo com outros telegramas analisados é possível confirmar que o Hotel Pauli estava localizado na cidade de Blumenau/SC. Desse modo, a mensagem documenta não só a chegada do professor a uma zona de intensa colonização alemã; também indica que ao lado de

Trindade, já começara a visitar as escolas da região. Entendo que essas visitas funcionavam como uma vitrine que o Estado promovia para divulgar a outros países seu modelo de gestão educacional, especialmente no tocante ao ensino direcionado à nacionalização de descendentes de imigrantes.

A partir do cruzamento de fontes é possível visualizar vestígios das impressões do professor Hall ao percorrer as realidades vividas pelas instituições escolares daquele contexto. Seguindo as pesquisas de Cunha (2021b), ele produziu sua tese de doutorado e pelo menos quatro artigos que dialogavam com suas visitas às escolas brasileiras. Compostas de muitas análises, comparações, elogios e críticas, serão selecionadas apenas algumas de suas impressões para compor o cenário desta pesquisa, pois fornecem uma visão externa do processo de nacionalização ocorrida até o ano de 1940. Segundo a autora, a política de nacionalização dos imigrantes, conduzida pelo governo de Getúlio Vargas, atraiu a atenção de Robert King Hall durante sua primeira visita ao Brasil em 1940. Embora sua pesquisa estivesse centrada no ensino secundário, o estudioso norte-americano concluiu que o analfabetismo era o problema mais basilar do nosso sistema de ensino, por isso defendia que "[...] a atuação do governo brasileiro deveria recair sobre a alfabetização da população e a assimilação dos estrangeiros" (Cunha, 2021b, p. 248).

Entendo que no contexto da Segunda Guerra Mundial tornara-se imperativo desenvolver políticas nacionais para alfabetizar a população, especialmente no Brasil, onde residia um grande número de estrangeiros que não dominavam o idioma do País – para Robert King Hall, essa questão estava intimamente ligada ao problema do analfabetismo. De acordo com Hall (1941, *apud* Cunha, 2021b, p. 249), "[...] observou-se que os brasileiros, filhos de estrangeiros, eram analfabetos brasileiros, visto que só conheciam a língua de seus pais. Eles não tinham nenhum elo com a cultura nacional". A partir das pesquisas realizadas, pode-se visualizar que parte desse cenário narrado por Hall se confirma, mas não deve se estender à totalidade de comunidades de descendência estrangeira em Santa Catarina: algumas já haviam se abrasileirado há décadas, tendo em vista que as medidas nacionalizadoras já estavam ocorrendo desde o início do século XX, confirmando o combate a esse cenário pelos gestores políticos e educacionais do período.

De mesmo modo, em um artigo publicado em 1942, Hall reconhecia a existência de "[...] jovens professores, recém-formados em escolas alemãs, ensinando em língua alemã, com livros nazistas, às vezes até financiados pelos nazistas" (Hall, 1942, *apud* Cunha, 2021b, p. 221), e também destacou a importância do governo brasileiro em combater essa situação, especialmente nos estados do Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. No entanto, ele

questionava a aplicação “indiscriminada” dos decretos de Getúlio Vargas em relação à importação de livros, às escolas lideradas por imigrantes e à proibição do ensino de uma língua estrangeira para menores de 14 anos, pois todas essas medidas acabavam restringindo a disseminação do inglês no País (Cunha, 2021b, p. 252).

É importante destacar que as críticas do pesquisador não visavam a política de nacionalização em si, mas sim as violências cometidas durante o processo. A questão central destacada por Hall era o papel da educação no processo de assimilação dos imigrantes. No caso dos alemães em Santa Catarina, a nacionalização teria sido bem-sucedida porque o governo local investira na construção de escolas para substituírem os estabelecimentos germânicos (Cunha, 2021b).

Com os resultados da pesquisa realizada neste trabalho, é possível concluir que as medidas não se limitavam somente à abertura de escolas públicas e ao fechamento de escolas estrangeiras. A partir da emissão dos decretos e leis já vistos, foi se estruturando uma “atmosfera nacionalizante” nos núcleos de imigração estrangeira, que de um lado promovia a criação de uma identidade brasileira baseada em práticas, rituais, símbolos e organizações que irradiavam a construção do sujeito a partir de um prisma cívico-patriótico; e do outro fomentava a prática dos inspetores escolares e outras autoridades locais para fiscalizar o andamento das determinações do Governo Estadual e Federal.

Acerca da disseminação do ideal nazista pelo Estado, os telegramas e fonogramas analisados não fazem nenhuma referência, porém são feitas citações sobre a influência da língua e cultura alemã em comunidades catarinenses e são relatados os esforços dos agentes educacionais em combater essas influências, balizados pela legislação da época.

Tendo em vista o cenário trabalhado neste capítulo, é possível compreender as comunicações armazenadas por Elpídio Barbosa como parte do quebra-cabeça que constituiu não somente a memória acerca da história da educação em Santa Catarina, mas também abriga vestígios da memória sobre as relações socioculturais entre Estados Unidos e Brasil no final da década de 1930 e início de 1940, dialogando diretamente com os estudos que abordam as influências dos intelectuais e da cultura estadunidense em solo catarinense durante o período, podendo assim ser acessado e analisado também sob o olhar de pesquisadores desses outros campos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação discorreu sobre a análise e o tratamento de uma série documental recém encontrada entre os documentos que compõem o arquivo pessoal do professor Elpídio Barbosa, salvaguardado pelo IDCH. Os 65 documentos que compõem o conjunto passaram por procedimentos da ordem da conservação preventiva para contribuir com a sua preservação e tornar seguro o seu manuseio. Como característica do suporte que abriga a informação, é preciso destacar que constam muitas mensagens repetidas, algumas com duas, três e até quatro cópias, obtidas pela escrita manuscrita utilizando papel carbono, e isso reflete a importância das mensagens e retrata como a comunicação era feita na época. Desse modo, foram selecionadas quinze mensagens para análise, de acordo com sua afinidade com o tema. Os documentos restantes podem ser analisados em novas pesquisas que busquem vestígios da organização do sistema de ensino catarinense durante as décadas de 1930 e 1940. Para fomentar um olhar mais acurado sobre como as políticas de nacionalização do ensino foram articuladas por determinados sujeitos no período, também foram utilizados decretos-leis, notícias de jornais, relatórios e discursos proferidos por políticos e gestores educacionais da época.

Com a realização desta pesquisa, foi possível visualizar como os arquivos pessoais funcionam como uma potente fonte que, a partir do olhar crítico e atento do pesquisador, podem nos fornecer uma variada gama de informações e também vestígios e marcas de memórias vividas, não se limitando somente ao seu titular. Memórias que passaram a ser salvaguardadas por instituições especializadas como o IDCH e agora representam fragmentos de um passado que podem ser lidos utilizando perguntas do presente. Destacou-se com igual importância as ações de conservação e preservação que visem prolongar a vida útil desses arquivos e facilitar seu manuseio durante a consulta.

Foi tomado como princípio metodológico a criação de uma distância dos princípios positivistas que viam os documentos como garantidores de uma verdade única e objetiva, e para isso foram utilizadas ferramentas teórico-metodológicas e olhar crítico para compreender os documentos analisados como pertencentes a um tempo e um cultura específica. Os documentos foram apresentados em vários suportes que podem nos ajudar a tecer considerações e compor o mosaico de pesquisas acerca da história da educação catarinense. Para operacionalizar os dados obtidos, foram elaboradas duas tabelas e um quadro contendo informações sobre a rede telegráfica de Santa Catarina durante o período.

A partir das ideias postas e análises realizadas ao longo deste trabalho, foi possível entender que o processo de nacionalização do ensino promovido em Santa Catarina durante a

gestão de Getúlio Vargas, em nível federal, e Nereu Ramos, em nível estadual, entre os anos de 1939 e 1942, foi caracterizada pela implementação de políticas que buscavam imprimir uma identidade cívico-patriótica brasileira. Como foi demonstrado, isso ocorreu a partir de diversas práticas de proibição de manifestações culturais estrangeiras, que não ficavam restritas somente ao ambiente escolar. O destaque foi considerar a presença e atuação do telégrafo como uma importante ferramenta a serviço dos inspetores e gestores do período, possibilitando enviar mensagens importantes de forma quase que instantânea. Nesse sentido, tanto pela pesquisa bibliográfica como pelo estudo documental dos telegramas e fonogramas trocados entre os inspetores escolares ("Santíssima Trindade da Educação"), pode-se concluir que o inspetor escolar no período representou o braço fiscalizador do governo tanto no ambiente escolar quanto na própria comunidade em que estava inserido. De igual modo, pode-se perceber como ocorria a comunicação entre os inspetores escolares, a Superintendência de Ensino e a Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde, durante as viagens de inspeção.

Para abordar as marcas das políticas de nacionalização do ensino inseridas nos telegramas e fonogramas, foram movimentados os tópicos acerca da fiscalização do ensino em língua portuguesa, a formação das bibliotecas escolares, o canto orfeônico e a visita do professor norte americano Robert King Hall. Esses elementos presentes no arquivo de Elpídio Barbosa foram lidos como irradiadores e promotores dos princípios cívico nacionalistas muito caros à gestão do Estado na época e desse modo foi possível concluir que a sua fiscalização representava uma boa parcela do cotidiano de trabalho dos inspetores escolares.

A presença desses documentos no interior do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa levanta a perspectiva de que talvez ele quisesse guardar registros e memórias desse período, tornando-se especialmente importantes pois retratam três dos quatro anos de subordinação do Departamento de Educação à Superintendência de Ensino, que durou até 1942 quando o órgão foi extinto – esta ficou sob comando de Elpídio entre 1940 e 1942. Dessa forma, a realização deste trabalho se justifica também pela contribuição nas discussões acerca dos registros de memória em documentos inseridos em arquivos pessoais e na reflexão sobre o tratamento técnico de conservação preventiva que este conjunto documental em questão recebeu, prolongando sua existência e, consequentemente, perpetuando a memória educacional e política de Santa Catarina. Além disso, a discussão acerca das ações de conservação aplicadas na série documental em questão poderá servir como referência para trabalhos futuros em centros de documentação e pesquisa que armazenam e preservam conjuntos documentais.

Para finalizar, esta pesquisa se insere também em um contexto mais amplo do qual fazem parte diversos debates e produções historiográficas que dialogam com o horizonte

temporal referente à primeira metade do século XX, perpassando o período da Primeira República (1889-1930) e também da Era Vargas (1930-1945), e buscou elucidar de que forma os projetos e as políticas de cunho nacionalista afetaram as mais variadas esferas da sociedade brasileira por meio da prática da inspeção escolar, podendo funcionar como referência e comparação para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Getúlio Vargas**, 2016. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/biografia. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt Almeida. **Percursos de um Arq-Vivo**: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação. Porto Alegre: Letra1, 2021.

ANDRADE, Maíra Pires. Nação, língua e ensino: aspectos da nacionalização a partir dos discursos de Carlos Gomes de Oliveira. *In:* SILVA, Cristiani Bereta (org.). **Educar para a nação**: Cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014. p. 189-208.

ARQUIVO NACIONAL. **Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**. Arquivos pessoais, Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

AZEVEDO, Fernanda Vicente. **Discurso intelectual e políticas educacionais**: Orestes Guimarães e a questão pedagógica da nacionalização do ensino catarinense (1900- 1920). 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BASTOS, Augusto Antônio Roa *et al.*. **O livro da Guerra Grande**. Rio de Janeiro: Record. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BENCOSTTA, Marcus Levi Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). *In:* VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares**: cultura primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 299-322.

BENCOSTTA, Marcus Levi Albino. A História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória, Espírito Santo: Edufes, 2011. p. 247-268.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BOMBASSARO, Ticiane. O movimento pela Escola Nova em Santa Catarina: formação docente e modernização do ensino (1930). **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009.

BRASIL. [**CONSTITUIÇÃO (1934)**]. Constituição Da República Dos Estados Unidos do Brasil. Rio do Janeiro, 1934b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 24.794**, 1934. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1934a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei. nº 1.545**, 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1939.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. *In*: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CAREY, James W. **Comunicação como cultura**: ensaios sobre mídia, tecnologia e sociedade. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2022.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989. Reformas da Instrução Pública. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO; Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

CASSARES, Norma. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. **Biografia de Francisco Campos**, 2024. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAMPOS,%20Francisco.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Verbete**: Partido Liberal Catarinense. Fundação Getúlio Vargas. 2024. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-liberal-catarinense. Acesso em: 17 abr. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE. **Edição especial Comemorativa aos 30 anos da instalação do Conselho**. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação, 1992.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – CEE. **Quem foi Elpídio Barbosa**. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, 2023. Disponível em: https://www.cee.sc.gov.br/index.php/eventos-o/elpidio-barbosa/premio-educador-elpidio-barbosa-quem-foi-elpidio-barbosa. Acesso em: 26 abr. 2024.

CODATO, Adriano. Intervenção estatal, centralização política e reforma burocrática: o significado dos departamentos administrativos no Estado Novo. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 62, n. 3, p. 321-339, jul./set. 2011.

COELHO JUNIOR, Nelson Maurilio. **Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor**: as correspondências de Elpído Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939/1949). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CORRÊA, Humberto Carlos. **Um estado entre duas repúblicas**: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Editora UFSC, 1984.

CUNHA, Adriana Mendonça. Intercâmbios educacionais em tempos de guerra: os apontamentos de Robert K. Kall sobre as reformas do ensino secundário no Estado Novo. **Revista Hydra**, v. 6, n. 10, ago. 2021a.

CUNHA, Adriana Mendonça. A nacionalização dos imigrantes durante o Estado Novo a partir do olhar do pesquisador estadunidense Robert k. Hall. **Revista Sillogés**, v. 4. n. 1. jan./jun. 2021b.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro. **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, v. 3, n. 1, 2007.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Uma biblioteca anotada**: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60/século XX). Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do manual ao digital: o acervo profissional do professor Elpídio Barbosa (SC - 1930-60). *In:* ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC, 16.. 2016, Chapecó. **Anais** [...]. Chapecó, UFFS, 2016.

CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. **Revista História da Educação On-line**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 187-206, jan./abr. 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre Netuno e Clio: primeiras aproximações às cartas do Almirante Henrique Boiteux (Santa Catarina/Século XX). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 3, n. 9, p. 900-911, set./dez. 2018.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)Arquivar**: arquivos pessoais e ego-documentos no Tempo Presente. Florianópolis: Rafael Coppeti Editor, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos; ALMEIDA, Doris Bittencourt. Arquivos pessoais no radar do tempo presente. Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, e.49, 2021. DOI: https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-49

D'AQUINO, Ivo. [Fonograma] 22/07/1940, Florianópolis [para] Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Blumenau. 1 folha. Assunto: Informa providências para chegada de professor. 1940.

DALLABRIDA, Norberto**. A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Porto Alegre: Autêntica, 2011.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FRAGO, Antonio Viñao. **Culturas escolares, reformas e innovaciones**: entre la tradición y el cambio. (texto divulgado pelo autor e ainda não publicado), 2000.

GENTIL, Flávio Welker Merola. **Acervo professor Elpídio Barbosa**: nacionalização do ensino, culturas políticas e escolares. (Santa Catarina, 1930-1940). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

GENTIL, Flavio Welker Merola. Intelectuais no gabinete: a rede de sociabilidade no processo de Nacionalização do Ensino em Santa Catarina (1935-1945). *In*: Encontro Estadual de História "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado", 15, 2014, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405721199_ARQUIVO_simposio_9_intelectuais_no_gabinete_a_rede_sociabilidade_flavio_gentil_anpuh_xv.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

GERALDO, Endrica. O combate contra os "quistos étnicos": identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 15, n. 1 p. 171-187, 2009.

GERT, René. Guerra contra cidadãos. **Revista Catarinense de História**, v. 13, p. 35-43, nov. 2005.

GONÇALVES, Rosemari Conti. Inspeção, civilidade e progresso. *In*: Reunião Anual da ANPED, 27. 2004, Caxmabu/MG. **Anais** [...] Caxambu/MG, 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/. Acesso em: 6 fev. 2024.

GOULART FILHO, Alcides. Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX. **Estud. Econ**., São Paulo, v. 47, n. 2, p. 395-428, abr.-jun. 2017.

GOULART FILHO, Alcides. Formação do Sistema de Comunicações em Santa Catarina: telefonia (1876-1927). **Passagens**, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: v. 10, n. 2, p. 274-300. maio/ago. 2018.

GOULART FILHO, Alcides. Expansão da Rede de Telégrafos em Santa Catarina: Sistema Regional de Economia e Adensamento do Estado no Território Catarinense. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 39, n. 79, p. 225-250, jun. 2021.

HACKENHAAR, Clayton. O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): disputas políticas e conflitos culturais. *In*: Simpósio Nacional de História. 28, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434290643_ARQUIVO_ClaytonHackenhaar_Anpuh2015.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez: 2006.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. O legado do Estado Novo [9 f.]. In: Seminário "O Estado Novo 70 anos", Rio de Janeiro, CPDOC, 2007. **Apresentação de Trabalho** [...] CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 28 nov. 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. *In*: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Jöelle; HEYMANN, Luciana (Org.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 67-76.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escolarização da infância catarinense**: a normatização do ensino público primário (1910-1935). 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira; DAROS, Maria das Dores. Repertório de ações e conferências educacionais: intelectuais e projetos em disputa pela modernidade educacional (Brasil, anos de 1920). **Educação em Revista**, n. 37, 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação – RS, Porto Alegre, n. 27, p. 25-35, 2000.

HOUAISS DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. [Insituto Antônio Houaiss]. **Documento**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS - IDCH. **Acervo Elpído Barbosa**: lista de obras. 2023. Disponível em: https://www.udesc.br/faed/idch/acervos/elpidiobarbosa. Acesso em: 3 fev. 2024.

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS - IDCH. **Acervo.** 2024. Disponível em: https://www.udesc.br/faed/idch/acervos. Acesso em: 3 fev. 2024.

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS – IDCH. **Resolução nº 64** - Regimento Interno. Conselho Universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Perspectivas** – Passado: Robert King Hall, 2017. Disponível em: http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/robert-king-hall-decada-de-40/154# . Acesso em: 18 abr. 2024.

IUSKOW, Cristina. Ritmos, letras e gestos ordenados: o canto orfeônico como projeto educacional no brasil da Era Vargas. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, v. 19, n. 2, 2022.

KLUG, João. A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina: a ação da igreja luterana através das escolas (1871-1938). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15: set./out./nov./dez., 2000.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 79-96, jul. 1999.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **UNISUL**, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 71-84, jan./jun. 2010.

KROPF, Simone Petraglia. Circuitos da boa vizinhança. Diplomacia cultural e intercâmbios educacionais entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Varia História**, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LISBOA, Alessandra Coutinho. **Villa-Lobos e o canto orfeônico**: música, nacionalismo e ideal civilizador. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, 2005.

MACHADO, Alzemi. A reforma de 1935: sinalizando a constituição de bibliotecas escolares no sistema estadual de ensino de como. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 450-466, ago./nov., 2017.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

MAKOWIECHY, Sandra; GOUDARD, Beatriz. Museu da escola catarinense: patrimônio escolar em acervos, experiências e reflexões. **Rev. CPC**, São Paulo, v. 15, ed. 30 especial, p. 209-246, ago./dez. 2020.

MARIZ, Vasco. **Heitor Villa-Lobos**: compositor brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia dos deputados estaduais**. 2023. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/biografias>. Acesso em: 1º out. 2023.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Ivo d'Aquino**. 2022. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/406-Ivo_d_Aquino>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MENDES, Marylka *et al.* **Conservação**; conceitos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em e arquivos de professores/as. **Revista Educação Em Questão**, v. 25, n 11, p. 40–61, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8286. Acesso em: 12 jan. 2024.

MONTEIRO, Jaecir. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.

MONTEIRO, Jaecir. **Nacionalização do Ensino**: uma contribuição à História da Educação. Florianópolis: Editora UFSC, 1983.

MORAES, Marcos Juvencio de. **As disputas pelo palácio governamental catarinense**: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOREIRA, Ildeu de Castro; SILVA, Mauro Costa da. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-62, jan./jul. 2007.

NASCIMENTO, Dorval. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 21, p. 123-143, set./dez. 2009.

NODARI, Eunice. S. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços**: Histórias Em Contextos Globais, v. 10, n. 10, p. 29–51, 2002. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/23336

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10. 1993. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101

O ESTADO. Florianópolis, 1972.

OLIVEIRA, Aline Lima de; MELO, Danielle Rose Souza Cruz; LIMA, Fábio Souza Correa; SILVA, Rakel Fabianne Cantanhede da; ALVES, Syangue Bardales. Era Vargas e a educação: Um estudo do contexto histórico e político dos avanços educacionais da época. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 39, 10 out. 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/39/era-vargas-e-a-educacao-um-estudo-do-contexto-historico-e-politico-dos-avancos-educacionais-da-epoca. Acesso em: 12 mar. 2024.

OLIVEIRA JUNIOR, Joeci de. **Um educador** – deputado: a atuação do professor Elpídio Barbosa na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1951-1955). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

OTTO, Claricia. Escolas italianas em Santa Catarina: disputas na construção da identidade. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: UCS, 2014. p. 233-253.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 34, n. 3. 2023.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. **Nacionalização** – autoritarismo e educação inspetores e professores nas escolas catarinenses - 1930-1940. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PHILIPPI, Carolina Cechella. Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930). **Educação em Foco,** Belo Horizonte (MG), ano 26, n. 49, 2023.

PHILIPPI, Carolina Cechella; FAVERIN, Thaís Cardoso. A Reforma comemorada: o aniversário da Reforma Orestes Guimarães nas páginas Revista de Educação (Santa Catarina, 1936). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, 2023.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Ed. da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

POSSAMAI, Zita. Patrimônio e Acervos. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Orgs.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, Editora da Unicamp. 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou.... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

RICOUER, Paul. A **memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Cintia Regina. "Os senhores da floresta": Impressões sobre os indígenas na imprensa de Blumenau/SC. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 47, n. 1, 2021.

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. **Representações do departamento de educação sobre a escola nova e o habitus pedagógico dos professores primários catarinenses (1935-1946)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SÁ, Dominichi Miranda; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde,** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

SANTA CATARINA. **Anais da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário**. Florianópolis, Off. Graph. da Escola de Aprendizes de Artífices, 31 de julho de 1927.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 124**, de 18 de junho de 1938 - cria a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e nacionalização do Ensino. Coleção de decretos-leis de 1938. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938, p. 228.

SANTA CATARINA. **Indicador agro-pecuário, industrial, comercial, bancário e postal-telegráfico**: Ano 1-1941. Departamento Estadual de Estatística. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1941. Disponível em: https://pergamum.ufsc.br/acervo/365356. Acesso em: 4 jan. 2024.

SANTA CATARINA. **Regulamento Geral da Instrução Pública**. Execução da Lei nº 967, de agosto de 1913. Florianópolis, 1914.

SANTOS, Ademir Valdir dos. A campanha nacionalista e a inspeção escolar. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 10, n. 1/2, p. 259 - 280, maio/nov. 2008.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 24, p. 83-111, set./dez. 2010.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Zeitgeist ou espírito alemão: etno-história de germanidade e instituição da escola em Santa Catarina. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 325-340, abr./jun. 2015.

SANTOS, Ademir Valdir. Ritualismo e nacionalização da escola primária em Santa Catarina (anos 1940). **Revista Educação Em Questão**, v. 56, n. 49, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2018v56n49ID14462. Acesso em: 4 nov. 2023.

SANTOS, Luciana Mara Espíndola. O jornal "O Estado" de Santa Catarina e as brincadeiras impressas (1972 – 1979). *In*: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2. 2014. Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2014.

SANTOS, Paulo. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. *In*: SILVA, Maria; SANTOS, Paulo (orgs.). **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SANTOS, Vinicius Teixeira. **O olho e mão da autoridade**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

SERIPIERRI, Dione. *et al*. **Manual de conservação preventiva de documentos**: papel e filme. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 121-147, jul./dez. 2004.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.199-228.

SEYFERTH, Giralda. Conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. *In*: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia e educação**: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: UFSC; Tubarão: Unisul, 2003. p. 21-61.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos**. São Paulo: Revista Travessia, 2005.

SILVA, Adriana Maria de Souza. ENDERLE, Adriano. **História do Museu da Escola Catarinense**. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

SILVA, Cristiani Bereta (Org.). **Educar para a Nação**: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014.

SILVA, Daniele Húngaro. A política de Getúlio Vargas e as escolas primárias de Santa Catarina (1930-1945). **Revista Grifos**, v. 25, n. 40, p. 144-171, 2016.

SILVA, Mayara Becker Oliveira da. **No silêncio ordenado: preceitos para a educação catarinense nos cadernos do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa (1945-1966)**. 2023. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2023.

SILVA, Rony Rei do Nascimento; MESQUITA, Ilka Miglio; SANTOS, Vera Maria. Robert King Hall e a expansão da escola rural no estado de Sergipe (1947-1951). **Revista Diálogo Educ**., Curitiba, v. 19, n. 61, p. 662-687, abr./jun. 2019.

SILVA, Mauro Costa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-62, jan./jul. 2007.

SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SOLIGO, Valdecir**. A educação catarinense entre 1930 e 1945**: história das políticas educacionais a partir da imprensa e da legislação. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2008.

SOLIGO, Valdecir. Nacionalismo e nacionalidades na história da educação catarinense: imprensa e legislação educacional entre 1930 e 1945. **Revista Espaço Acadêmico,** n. 110, jul. 2010.

SOUZA, Tibério Storch de. **Discursos de nacionalização e inspeção escolar na Primeira Conferência de Ensino Primário em Canta Catarina (1927)**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Centro de Ciências Humanas da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis 2022.

SOUZA, Tibério Storch de. **Ações de conservação preventiva nos telegramas do arquivo de Elpídio Barbosa (1939-1942)**. Relatório Técnico. ESPECOR: UFSC, 2023.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. 90 p. Disponível em: https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/conservacao-acervos-bibliograficos-documentais Acesso em: 9 jun. 2023.

STENTZLER, Márcia Marlene. Escolas complementares: um novo modelo de escola para formação de professores na região do Contestado (1928-1938). **Práxis Educativa**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 769-786, 2018.

STENTZLER, Márcia Marlene; CHELEPA, Marina Gabrielli Topolski. Festividades cívico-patrióticas na formação da juventude brasileira nas cidades fronteiriças de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) em 1941. **Educação em Perspectiva**: Viçosa, MG. v. 10, p. 1-15, 2019.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **"Uma vez Normalista, sempre Normalista"**: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense- 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Sugestões sobre a educação popular no Brasil: proposta do Professor Orestes Guimarães. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 228-243, jul./dez. 2010.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni (org.). **Professor Areão**: experiências de um "bandeirante paulista do ensino" em Santa Catarina (1912-1950). Florianópolis: Insular, 2014.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC, 2012. v.1. Coleção Estudos Museológicos.

THEIS, Ivo M. *et al*. O cavalo de troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 39-56, jan./jun. 2011.

THIES, Vania Grim (org.). **Arquivos pessoais**: fontes potenciais em baús escondidos. Aracaju: Criação, 2023.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 1939 [para] ? . 1 folha. Assunto: Apurar se utiliza língua estrangeira e efetivar multas. 1939a.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 1939, Joinville [para] Superintendente de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informa abertura de biblioteca escolar, solicita vinda de professor. 1939b.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 1939, Joinville [para] Superintendência de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Abertura de Biblioteca Escolar. 1939c.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 18/09/1939, Joinville [para] Superintendente de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informa sobre trabalho da nacionalização. 1939d.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 19/09/1939, Joinville [para] Inspetor Celso Rila. Blumenau. 1 folha. Assunto: Solicitação de muda de pau-brasil. 1939e.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 22/09/1939, Joinville [para] Superintendente de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informar celebração em grupo escolar. 1939f.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 25/09/1939, Joinville [para] Superintendente de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informar bom trabalho de professoras. 1939g.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 29/09/1939, Joinville [para] Superintendente de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informa sobre celebração de abertura de grupo escolar. 1939h.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 16/10/1939, Joinville [para] Superintendente de Ensino. 1 folha. Assunto: Relato de caso em centro de saúde, ocorrência de fala em língua alemã. 1939i.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 26/10/1939, Joinville [para] Departamento de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informar nome de enfermeira. 1939j.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 17/07/1940, Hamônia [para] Superintendente de Ensino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Inauguração de grupo escolar. 1940a.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 27/07/1940, Blumenau [para] Ivo d'Aquino. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Informa chegada professor Robert King. 1940b.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 16/11/1940 [para] Ivo d'Aquino. 1 folha. Assunto: Sobre quitação escolar. 1940c.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 24/06/1941, Blumenau [para] Sargento Delegado de Indaial. 1 folha. Assunto: Fiscalizar ocorrência de fala em língua alemã. 1941.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da. [Telegrama] 18/03/1942, Blumenau [para] Departamento de Educação. Florianópolis. 1 folha. Assunto: Solicitação de canecas. 1942.

UNGLAUB, Tania Regina da Rocha. Música e nacionalismo em um projeto de hegemonia política. **Revista Esboços**, UFSC: Florianópolis, n. 14, 2005.

UNGLAUB, Tania Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. **Revista Linhas**: Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 105-127, jan./jun. 2009.

UNGLAUB, Tania Regina da Rocha. Inspetor João dos Santos Areão - educador e músico em prol do nacionalismo. In: Seminário ANPED SUL, 10. 2014. Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, outubro de 2014.

UNGLAUB, Tania Regina da Rocha. Cultura escolar e práticas educativas embaladas por sons orfeônicos – uma história da educação catarinense. In: Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis, 2015. **Anais [...].** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação phisica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

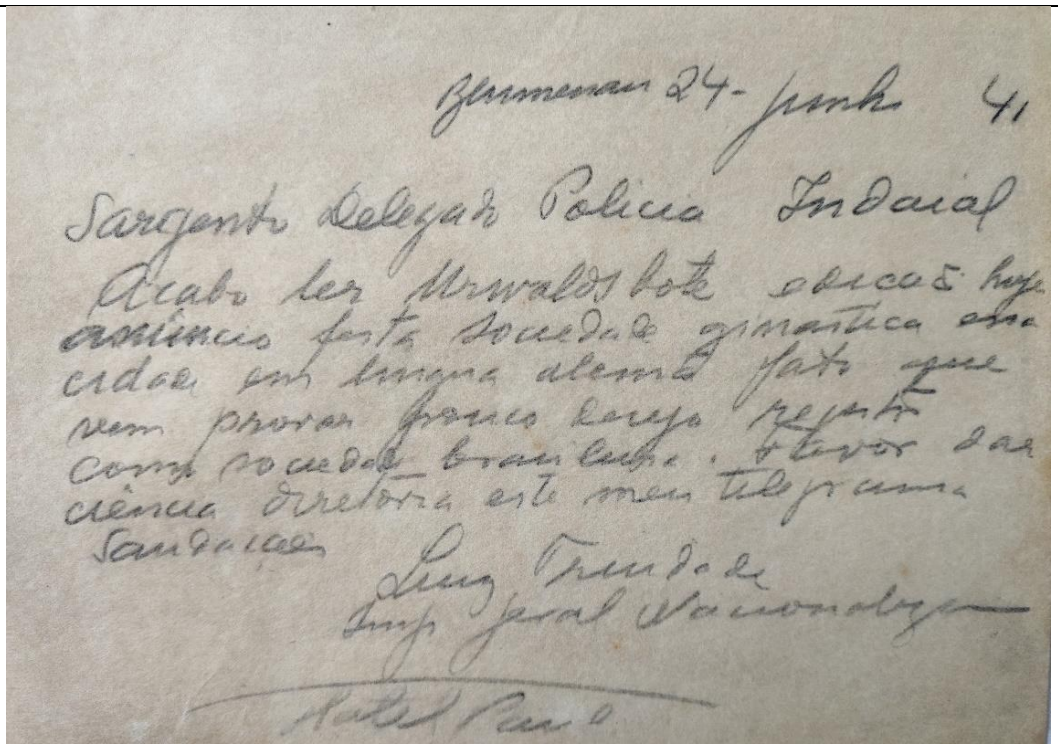
VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres / A educação no Brasil de Oitocentos.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VIDAL, Diana. **Culturas Escolares**. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva - alguns elementos de reflexão. **Patrimônio e Memória,** UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, p. 3, 2007. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/download/1/452. Acesso em: 3 jan. 2024.

ZEBENDO, Lúcio Folly Sanches; VEGA, Alexandre Santos. **Código Morse**. Programa de Educação Tutorial - Grupo PET-Tele: UFF, 2019. Disponível em: https://www.telecom.uff.br/pet/petws/downloads/tutoriais/codigo_morse/Tutorial_Codigo_Morse_2019_12_19.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

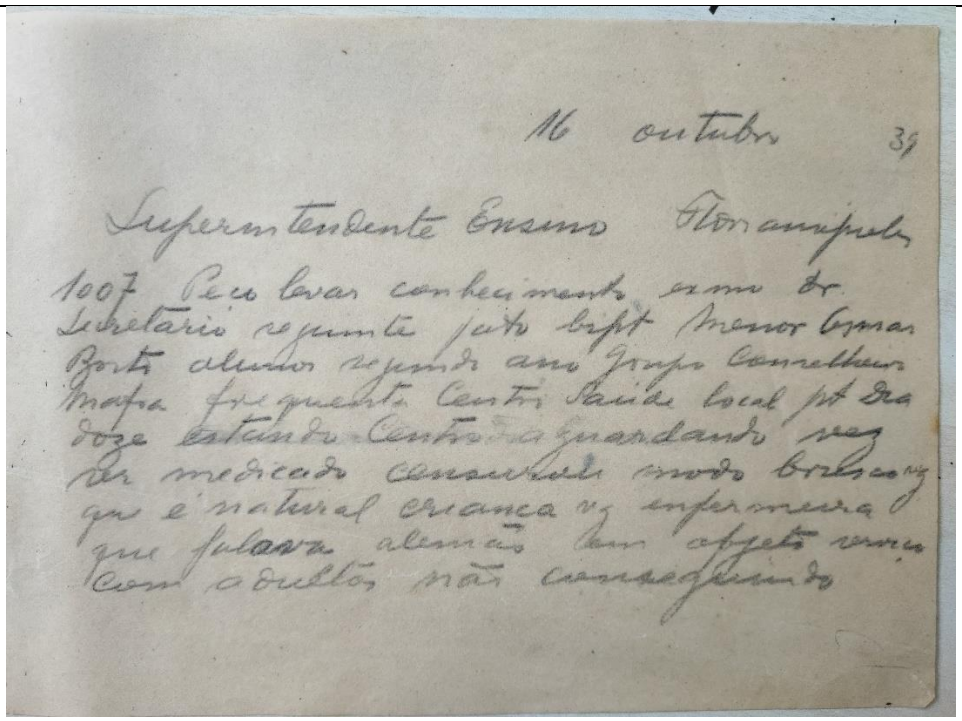
ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DOS QUINZE TELEGRAMAS ANALISADOS E UTILIZADOS NA PESQUISA



Transcrição:

Blumenau 24-junho 41
Sargento Delegado Polícia Indaial

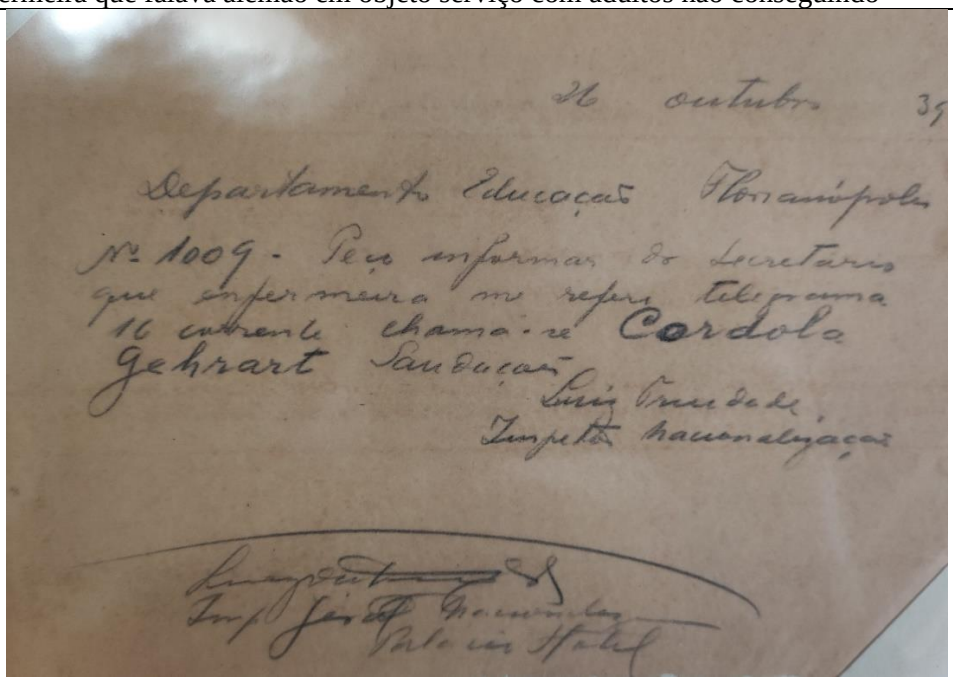
Acabo ler Urwaldsbote edição hoje anúncio festa Sociedade Ginástica essa cidade em língua alemã fato que vem provar pouco desejo como sociedade brasileira. Faça dar ciência diretor este meu telegrama. Saudações
Luiz Trindade
Insp Geral Nacionalização
Hotel Pauli



Transcrição:

16 outubro 39
Superintendente Ensino Florianópolis

1007 Peço levar conhecimento exmo. Dr. Secretário seguinte fato *bipt* Menor Osmar Borto aluno segundo ano Grupo Conselheiro Mafra frequenta Centro Saúde local *pt* Dra. doze estando Centro aguardando vez ser medicado censurou modo brusco *vg* que é natural criança *vg* enfermeira que falava alemão em objeto serviço com adultos não conseguindo

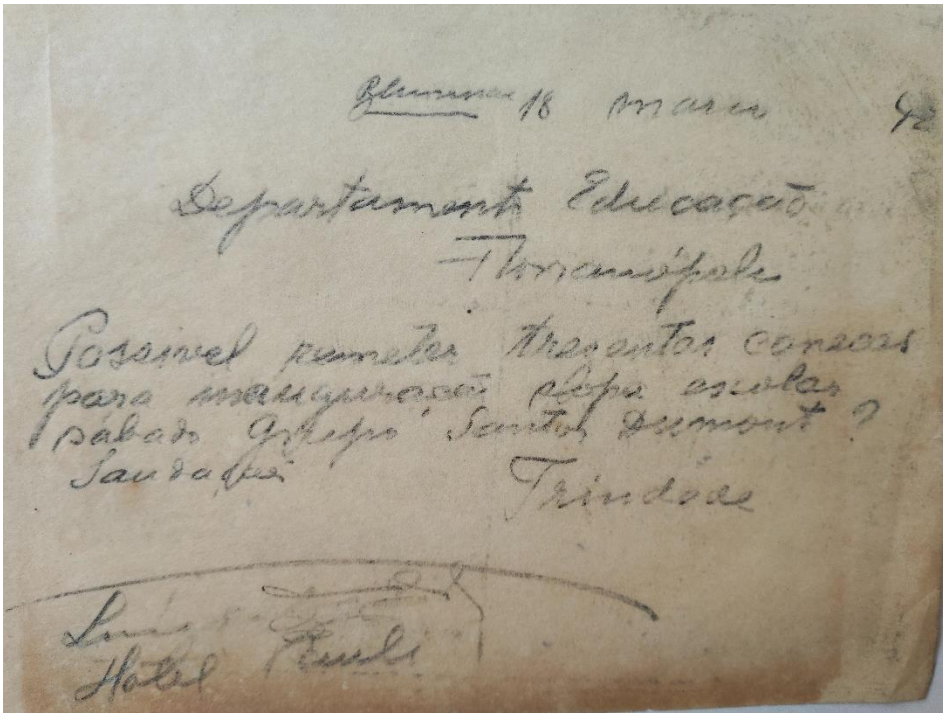


Transcrição:

26 outubro 39
Departamento Educação Florianópolis

1009 – Peço informar ao Secretario que enfermeira me referi telegrama dia 16 corrente chama-se Cordula Genhart

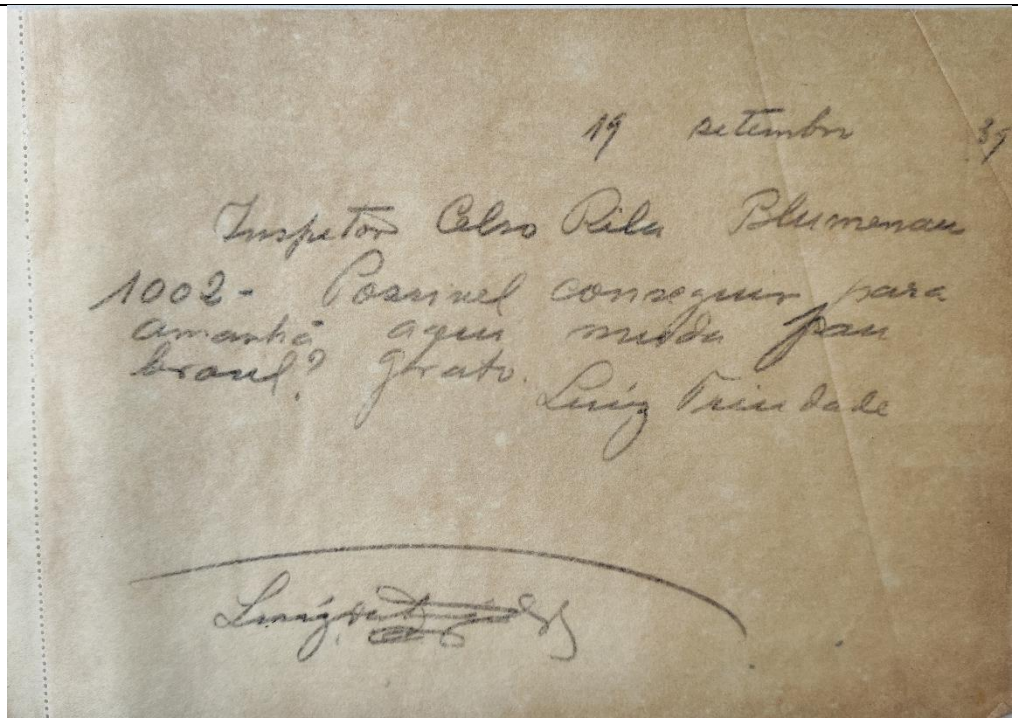
Saudações
Luiz Trindade
Inspetor Nacionalização
Palace Hotel


Blumenau 18 março 42
Departamento Educação
Florianópolis
Possível remeter trezentas canecas para inaugurações sopa escolas sábado Grupo Santos Dumont?
Saudações
Trindade
Hotel Pauli

Transcrição:

Blumenau 18 março 42
Departamento Educação Florianópolis

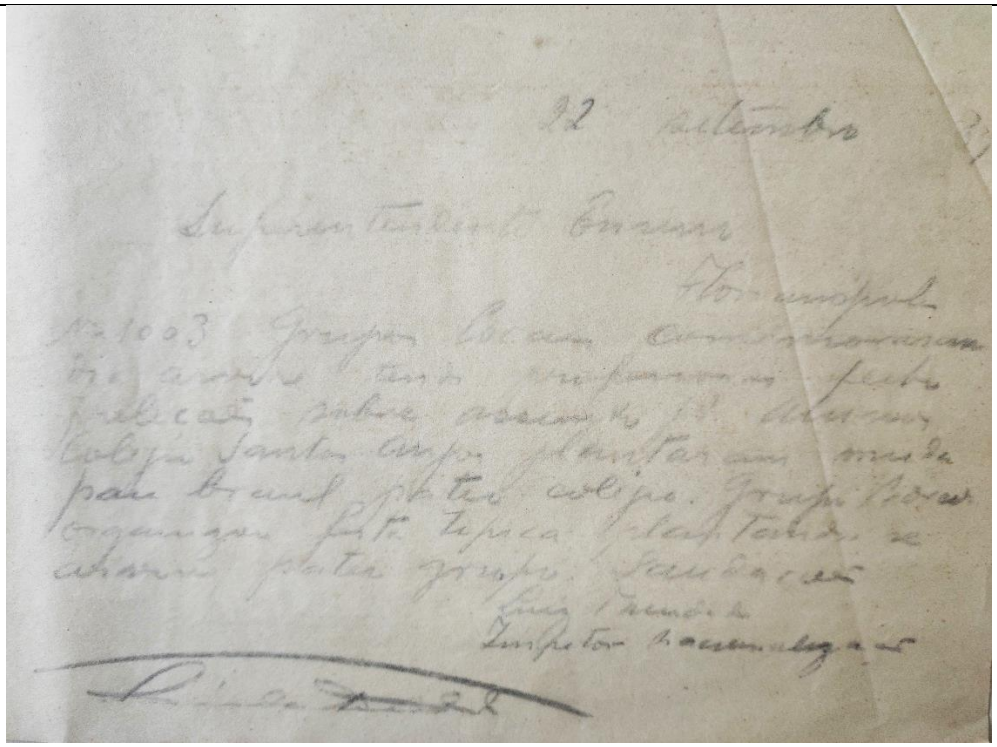
Possível remeter trezentas canecas para inaugurações sopa escolas sábado Grupo Santos Dumont?
Saudações
Luiz Trindade
Hotel Pauli



Transcrição:

19 setembro 39
Inspetor Celso Rila Blumenau

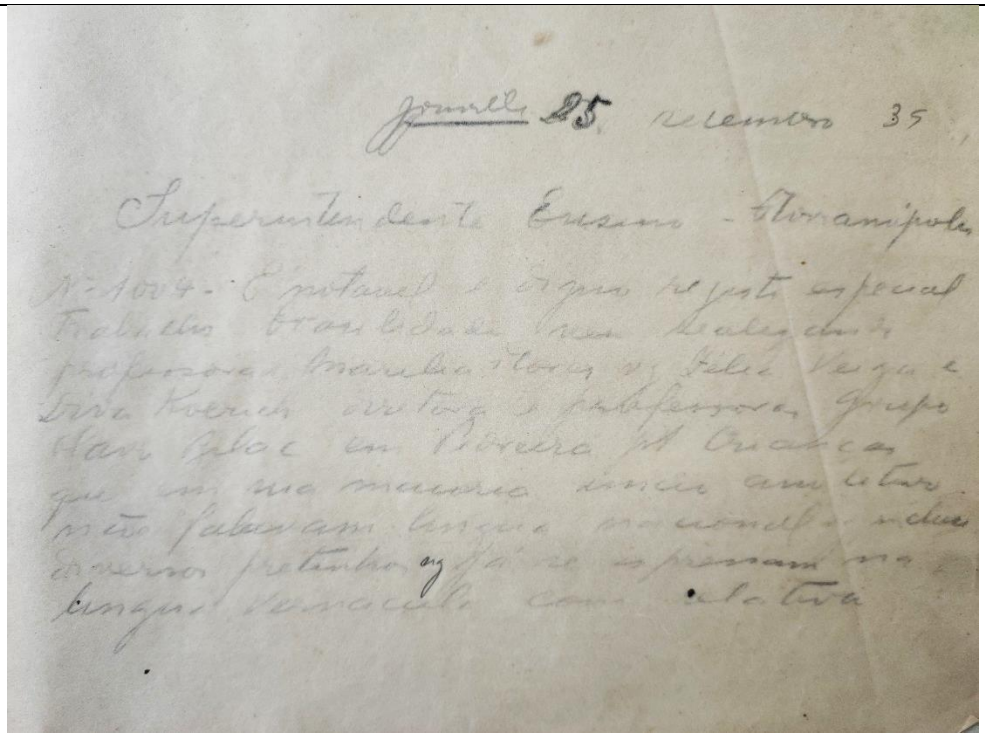
1002 - Possível conseguir para amanhã aqui muda pau-brasil? Grato.
Luiz Trindade



Transcrição:

22 setembro 39
Superintendente Ensino
Florianópolis

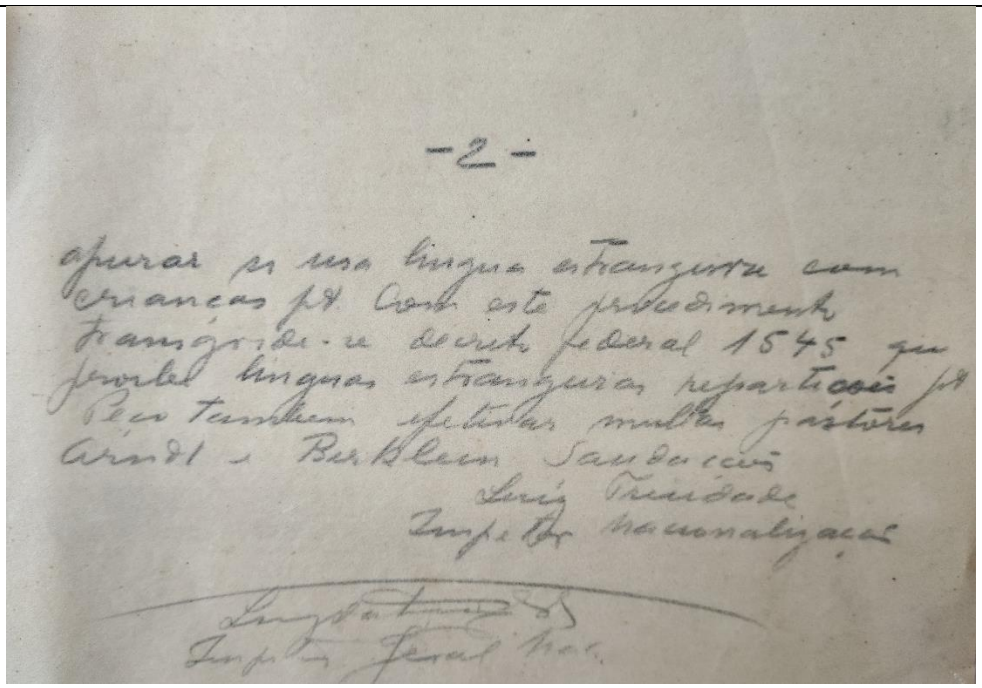
Nº 1003 Grupos Locais comemoraram dia da árvore tendo professores feito lições sobre assunto alunos Colégio Santos Anjos plantaram muda pau-brasil pátio colégio. Grupo escolar organizou festa típica (ilegível) Saudações
Luiz Trindade
Inspetor Nacionalização



Transcrição:

Joinville 25 setembro 39
Superintendente Ensino - Florianópolis

Nº 1004 - É notável o digno registro especial trabalho brasilidade vem realizando professora Marilia Flora *vg* Zélia Veiga e Diva Koerich diretora e professora Grupo Olavo Bilac em Pedreira *pt* Crianças que em sua maioria início analfabetas não falavam língua nacional (ilegível) já se expressam na língua vernácula com releitura



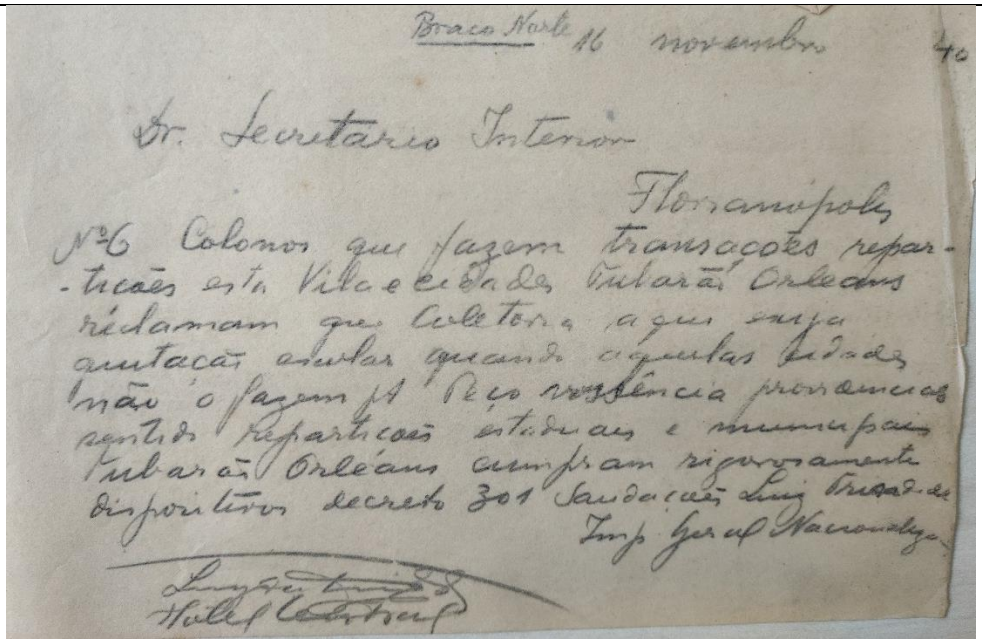
Transcrição:

- 2 -

apurar se usa lingua estrangeira com crianças *pt* com este procedimento transgride-se decreto federal 1545 que proíbe linguas estrangeiras repartições *pt* Peço também efetivar multas pastores Arndt e Berklein. Saudação

Luiz Trindade

Inspetor Nacionalização



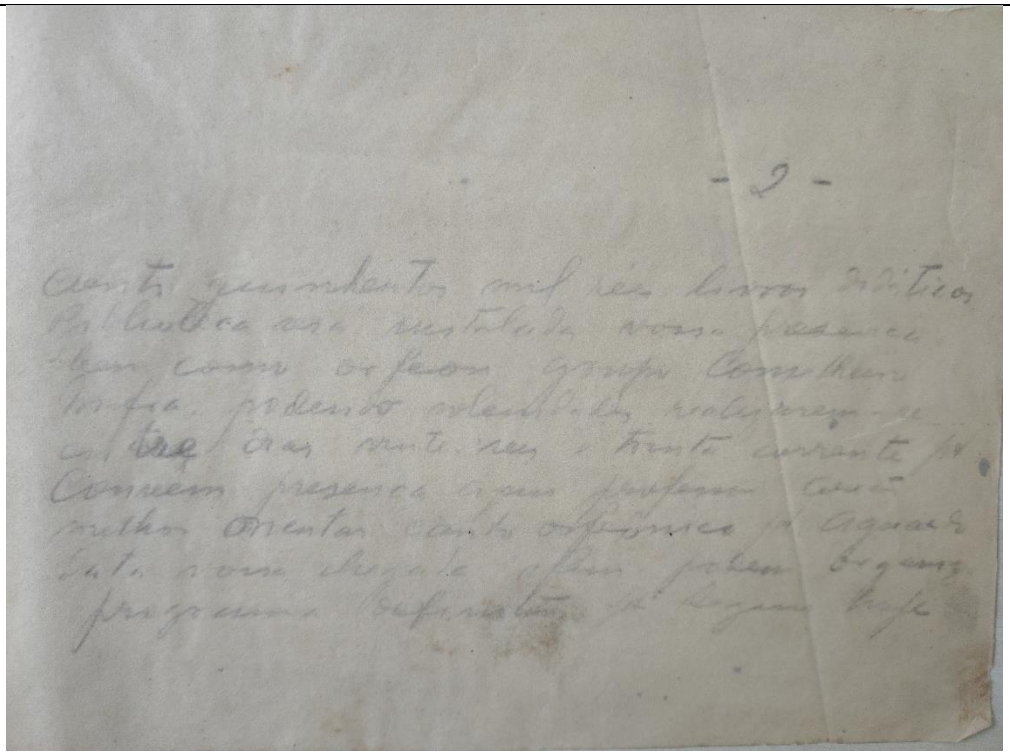
Transcrição:

Braço Norte, 16 novembro 40

Dr. Secretário Interior Florianópolis

Nº6 Colonos que fazem transações repartições esta Vila e cidades Tubarão Orleans rédamam que Coletora aqui exija quitação escolar quando aquelas cidades não o fazem *pt* Peço vossência providenciar sentido repartições estaduais e municipais Tubarão Orleans cumpram rigorosamente dispositivos decreto 301

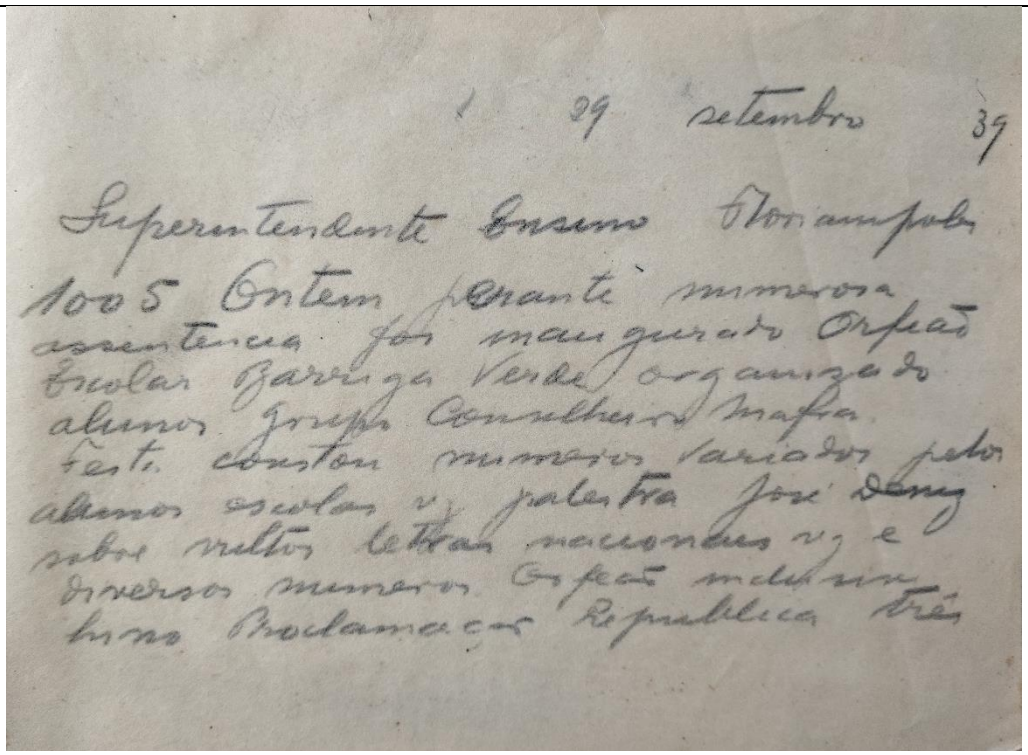
Saudações Luiz Trindade
Insp. Geral Nacionalização
Hotel Central



Transcrição:

- 2 -

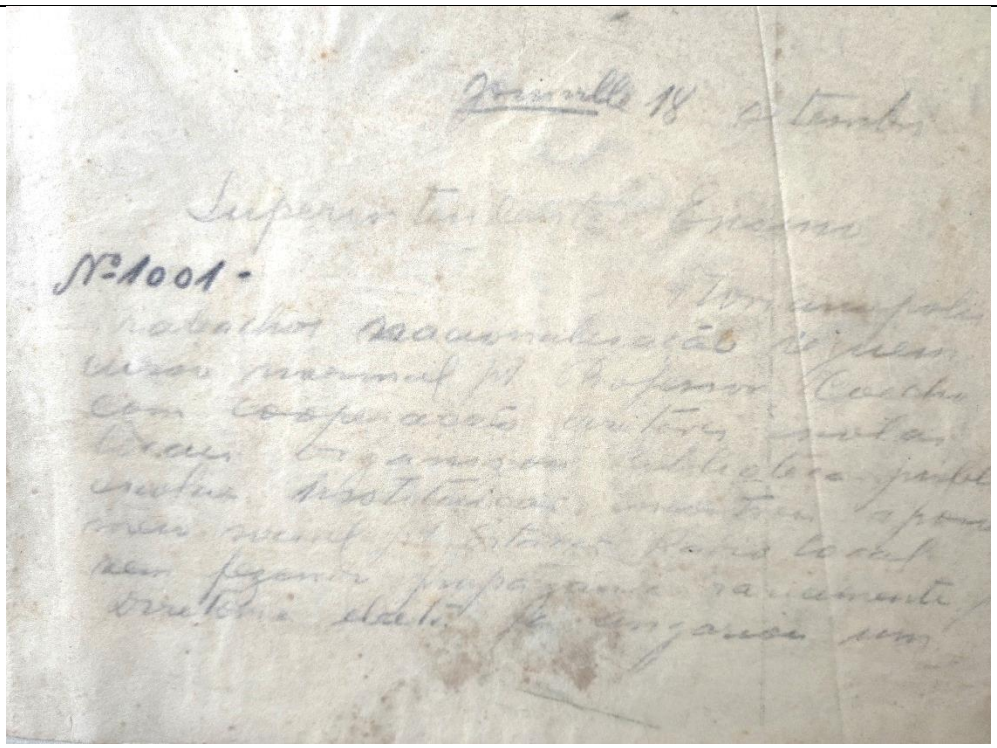
Conta quinhentos mil réis livros didáticos Biblioteca sera instalada vossa presença bem como Orfeão Grupo Conselheiro Mafra podendo solenidades realizarem-se em três dias vinte seis e trinta corrente *pt* Convem presença aqui professor Areão melhor orientar canto orfeônico *pt* Aguiar data vossa chegada afim poder organizar programa definição a seguir hoje



Transcrição:

29 setembro 39
Superintendente Ensino Florianópolis

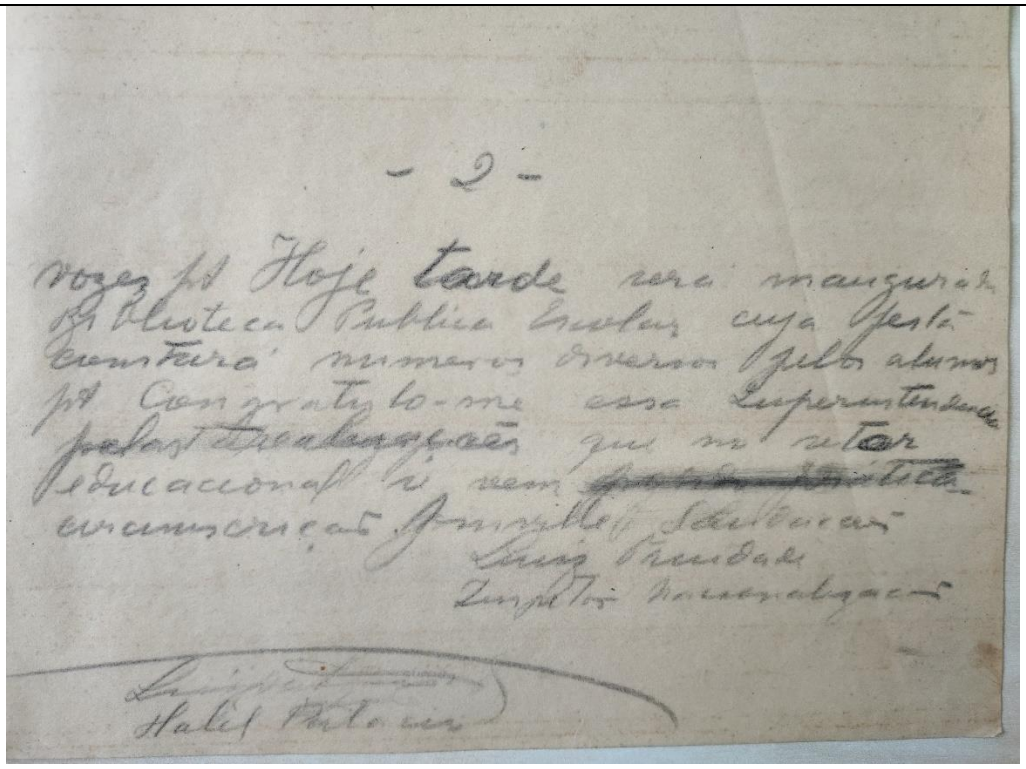
1005 Ontem perante numerosa assistência foi inaugurado Orfeão Escolar Barriga Verde organizado alunos Grupo Conselheiro Mafra
Festa constou números variados pelos alunos escola *vg* palestra José Deniz sobre velhas letras nacionais *vg* e diversos numeros Orfeão inclusive hino Proclamação da República Três



Transcrição:

Joinville 18 setembro

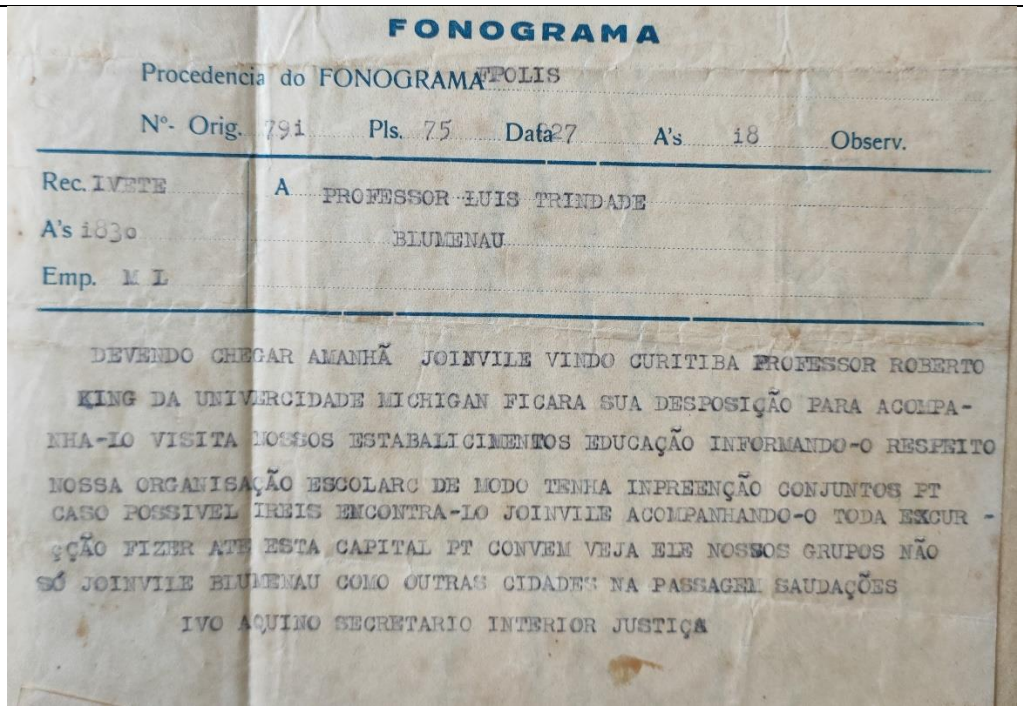
Superintendente Ensino Florianópolis
Nº 1001
Trabalhar nacionalização regular virou normal *pt* Professor Coelho com cooperação diretores escolas locais organização Biblioteca pública escolar instituição constroem apoio meio social *pt* Secretário Rubio Coral sem fazemos propaganda diariamente (ilegível) eleito (ilegível)



Transcrição:

- 2 -

vozes *pt* Hoje tarde será inaugurada Biblioteca Pública Escolar cuja festa contará numeros diversos pelos alunos *pt* Congratula-me essa Superintendência pelas realizações que no setor educacional se vem pondo prática circunscrição. Joinville Saudações
Luiz Trindade
Inspetor Nacionalização
Hotel Palacio



FONOGRAMA

Procedencia do FONOGRAMA FPOLIS

Nº. Orig. 791 Pls. 75 Data 227 A's 18 Observ.

Rec. IVETE A PROFESSOR LUIS TRINDADE

A's 1830 BLUMENAU

Emp. M L

DEVENDO CHEGAR AMANHÃ JOINVILE VINDO CURITIBA PROFESSOR ROBERTO KING DA UNIVERCIDADE MICHIGAN FICARA SUA DESPOSIÇÃO PARA ACOMPANHA-LO VISITA NOSSOS ESTABALICIMENTOS EDUCAÇÃO INFORMANDO-O RESPEITO NOSSA ORGANISAÇÃO ESCOLARC DE MODO TENHA INPREENÇÃO CONJUNTOS PT CASO POSSIVEL IREIS ENCONTRA-LO JOINVILE ACOMPANHANDO-O TODA EXCUR - ÇÃO FIZER ATE ESTA CAPITAL PT CONVEM VEJA ELE NOSSOS GRUPOS NÃO SÓ JOINVILE BLUMENAU COMO OUTRAS CIDADES NA PASSAGEM SAUDAÇÕES

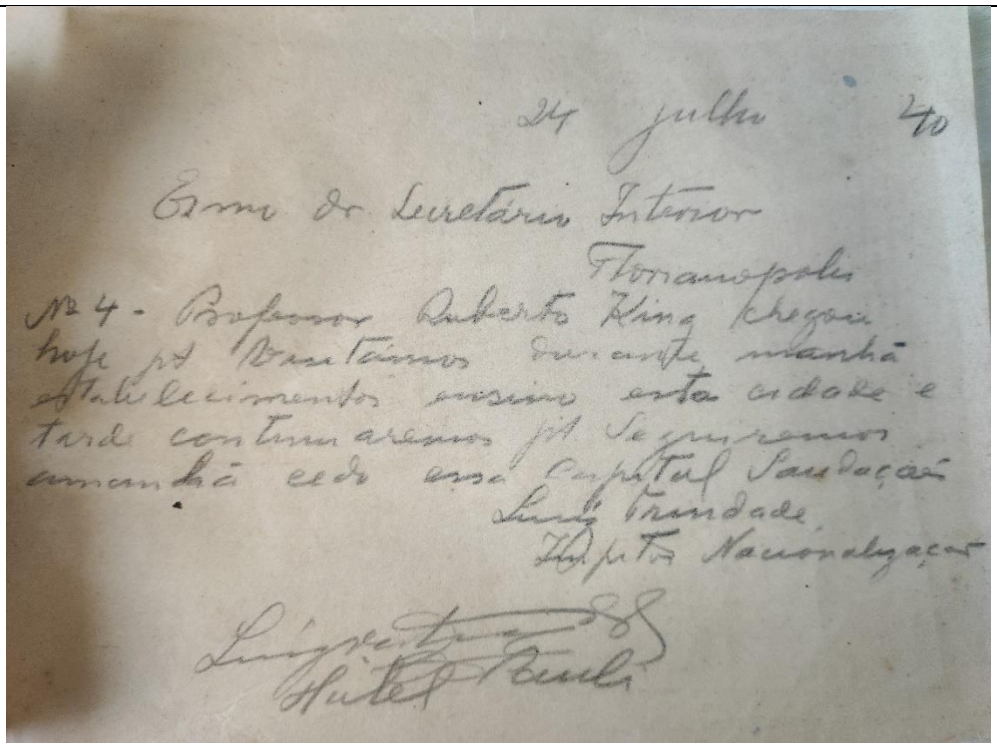
IVO AQUINO SECRETARIO INTERIOR JUSTIÇA

Transcrição:

Procedencia do Fonograma FPOLIS
Nº. Orig. 791 *Pls.* 75 *Data* 227 *A's* 18

Receb Ivete *A* Professor Luis Trindade
A's 1830 Blumenau
Emp. ML

Devendo chegar amanhã Joinville vindo Curitiba professor Roberto King da univercidade Michigan ficara sua desposição para acompanha-lo visita nossos estabalicimentos educação informando-o respeito nossa organisação escolar de modo tenha impreenção conjuntos *pt* caso possivel ireis encontra-lo Joinville acompanhando-o toda excurção fizer ate esta capital *pt* convem veja ele nossos grupos não só Joinville Blumenau como outras cidades na passagem saudações
Ivo Aquino Secretario Interior Justiça



Transcrição:

24 julho 40
Exmo. Dr. Secretário Interior Florianópolis

Nº4 Professor Roberto King chegou hoje *pt* Visitamos durante manhã estabelecimentos ensino esta cidade e tarde continuaremos *pt* Seguiremos amanhã cedo essa capital Saudação
Luiz Trindade
Inspetor Nacionalização
Hotel Pauli